



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

EMANUELLY PEREIRA DE ARAÚJO

**AGRESSÃO SOCIAL ENTRE ESTUDANTES
ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E SUA
RELAÇÃO COM O DESENGAJAMENTO MORAL**

**CAMPINAS
2016**

EMANUELLY PEREIRA DE ARAÚJO

**“AGRESSÃO SOCIAL ENTRE ESTUDANTES
ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E SUA
RELAÇÃO COM O DESENGAJAMENTO MORAL”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Roberta Gurgel Azzi

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA EMANUELLY PEREIRA DE ARAÚJO E ORIENTADA PELA PROF^ª. DR^ª. ROBERTA GURGEL AZZI

**CAMPINAS
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 134283/2014-7

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Ar12a Araújo, Emanuely Pereira de, 1986-
Agressão social entre estudantes através das redes sociais virtuais e sua
relação com o desengajamento moral / Emanuely Pereira de Araújo. –
Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Roberta Gurgel Azzi.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Assédio virtual. 2. Assédio moral. 3. Agressão. 4. Desengajamento
moral. I. Azzi, Roberta Gurgel, 1956-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Social aggression among students through virtual social networks
and its relation to moral disengagement

Palavras-chave em inglês:

Assedio virtual

Assédio moral

Aggression

Moral disengagement

Área de concentração: Psicologia Educacional

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Roberta Gurgel Azzi [Orientador]

Luciene Regina Paulino Tognetta

Telma Pillegi Vinha

Data de defesa: 20-05-2016

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AGRESSÃO SOCIAL ENTRE ESTUDANTES
ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E SUA
RELAÇÃO COM O DESENGAJAMENTO MORAL**

Autora: Emanuely Pereira de Araújo

COMISSÃO JULGADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Gurgel Azzi

Profa. Dra. Luciene Regina Paulino Tognetta

Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela vida, pela oportunidade de estar por aqui vivendo muitas experiências. Gratidão!

Agradeço imensamente às mulheres da minha vida: minha querida mãe e minha amada irmã Danielly, por estarem sempre ao meu lado me apoiando em todas as minhas escolhas e decisões. Acho que nunca estivemos tão próximas mesmo a quilômetros de distância, amo vocês.

Aos meus amigos, Breno, Bia Carvalho, Bia Laurindo, Fernanda, Renata, Bel e Nadja Caetano por estarem sempre ao meu lado, me incentivando durante toda essa caminhada, acolhendo minhas angústias e se alegrando com minhas descobertas.

Ao meu companheiro e amigo Matheus, por todo o apoio, pelo o amor, e pela compreensão de conviver em muitos momentos com minha ausência

À minha orientadora, Roberta Azzi, por respeitar meu tempo, pela compreensão e generosidade diante das minhas dificuldades e limitações. Suas contribuições foram imprescindíveis para a realização deste trabalho, muito obrigada.

Às professoras que participaram da minha banca de qualificação, Telma Vinha e Luciene Tognetta, muito obrigada pelas valiosas contribuições.

Aos colegas de grupo de pesquisa, Warley, Benassi, Ana, Elias, Marilda que me acolheram muito bem desde o primeiro momento e que tanto contribuíram durante as reuniões e conversas individuais. Muito obrigada pessoal!

Agradeço ao CNPq pelo suporte financeiro, muito importante para eu manter em Campinas e finalizar minha pesquisa.

RESUMO

As relações agressivas entre alunos através das redes sociais virtuais é um fenômeno preocupante, com consequências negativas para todos os envolvidos. Na busca por conhecer um pouco mais sobre esse fenômeno, este trabalho objetiva investigar as formas de agressão social nas redes sociais virtuais entre alunos do ensino médio que se percebem como agressores e as justificativas (desengajamento moral) por eles usadas para praticar tais agressões. Para tanto realizou-se uma pesquisa de delineamento não experimental transversal de alcance exploratório. A amostra foi composta por 184 estudantes do ensino médio de escolas públicas da região metropolitana de Campinas, de ambos os sexos e com idades entre 14 e 20 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de um único questionário. A análise dos dados foi realizada pelo programa de análise estatística *The SAS System for Windows (Statistical Analysis System)*, versão 9.2 por meio dos testes Qui-Quadrado ou exato de Fisher. Os resultados obtidos quanto à agressão social entre estudantes nas redes sociais virtuais mostraram que houve baixa expressão desse fenômeno, não havendo diferença significativa entre sexo e idade. As agressões sociais indiretas foram as que os participantes mais indicaram ter praticado, sendo a exclusão social não verbal a mais usada. Com relação às justificativas, os participantes de ambos os sexos indicaram justificar com maior frequência através dos mecanismos de desengajamento moral desumanização e atribuição de culpa à vítima.

Palavras-chave: agressão social virtual; agressão entre pares; desengajamento moral.

ABSTRACT

Aggressive relations among students through virtual social networks are a worrying phenomenon, with negative consequences for all involved. In order to know a little more about this phenomenon, this study aims to investigate the types of social aggression in virtual social networks among high school students who perceive themselves as aggressors and the justifications (moral disengagement) used by them to commit such aggression. Therefore it was held an exploratory non-experimental cross-sectional study. The sample was composed by 184 high school students from public schools in the metropolitan region of Campinas, of both gender and aged between 14 and 20 years. Data collection was performed using only one questionnaire. Data analysis was performed using statistical analysis SAS System for Windows (Statistical Analysis System), version 9.2 using the chi-square or Fisher's exact tests. The results obtained on social aggression among students in virtual social networks showed that there was low expression of this phenomenon, with no significant difference between gender and age. Indirect social aggressions were the most indicated by the participants as practiced, and social exclusion nonverbal the most used. Regarding the justifications, participants of both gender indicated to justify more often through moral disengagement mechanisms, dehumanization and blaming the victim.

Keywords: virtual social aggression; peers aggression; moral disengagement.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos alunos por sexo	71
Tabela 2. Distribuição dos alunos por faixa etária	71
Tabela 3. Distribuição dos alunos por escola	71
Tabela 4. Distribuição dos alunos por turno.....	71
Tabela 5. Distribuição dos alunos por série.....	72
Tabela 6. O que os participantes acessam na internet	72
Tabela 7. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento nas redes sociais virtuais.....	86
Tabela 8. . Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação de relacionamento direta através das redes sociais virtuais	87
Tabela 9. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento nas redes sociais virtuais.....	87
Tabela 10. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais	87
Tabela 11. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta nas redes sociais virtuais	88
Tabela 12. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais	88
Tabela 13. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta nas redes sociais virtuais.....	88
Tabela 14. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais	89
Tabela 15. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social verbal direta nas redes sociais virtuais	89
Tabela 16. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta verbal através das redes sociais virtuais.....	89
Tabela 17. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social indireta verbal nas redes sociais virtuais	90
Tabela 18. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal indireta através das redes sociais virtuais.....	90
Tabela 19. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social direta não verbal nas redes sociais virtuais.....	91

Tabela 20. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais.....	91
Tabela 21. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais.....	91
Tabela 22. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal através das redes sociais virtuais.....	92
Tabela 23. Frequência das subformas de agressão social usadas pelos participantes	92
Tabela 24. Justificativas identificadas como mecanismos de desengajamento moral mais utilizadas para a ocorrência de cada subforma de agressão social	93
Tabela 25. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de manipulação de relacionamento direta de acordo com o sexo do agressor	93
Tabela 26. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	94
Tabela 27. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	94
Tabela 28. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento de acordo com o sexo do agressor	95
Tabela 29. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	95
Tabela 30. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	95
Tabela 31. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta de acordo com o sexo do agressor	96
Tabela 32. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	96
Tabela 33. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	97

Tabela 34. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta de acordo com o sexo do agressor	97
Tabela 35. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	98
Tabela 36. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência da agressão social espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	98
Tabela 37. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal direta nas redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	99
Tabela 38. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	99
Tabela 39. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social verbal direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	99
Tabela 40. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal indireta de acordo com o sexo do agressor	100
Tabela 41. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	100
Tabela 42. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social verbal indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	101
Tabela 43. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal de acordo com o sexo do agressor.....	101
Tabela 44. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor	102
Tabela 45. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	102
Tabela 46. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social do tipo exclusão social indireta não verbal de acordo com o sexo do agressor	102

Tabela 47. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	103
Tabela 48. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social indireta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor.....	103
Tabela 49. Frequência das subformas de agressão social usadas pelos participantes do sexo masculino e feminino	104
Tabela 50. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor	106
Tabela 51. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	106
Tabela 52. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	107
Tabela 53. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor	107
Tabela 54. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	108
Tabela 55. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	108
Tabela 56. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor.....	109
Tabela 57. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor.....	109
Tabela 58. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	110

Tabela 59. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor.....	110
Tabela 60. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	111
Tabela 61. Mecanismos de desengajamento moral identificados como justificativa para espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	111
Tabela 62. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social direta verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor	112
Tabela 63. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	113
Tabela 64. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social direta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	113
Tabela 65. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social indireta verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor	114
Tabela 66. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social indireta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor.....	114
Tabela 67. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social indireta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	115
Tabela 68. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor	115
Tabela 69. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor.....	116
Tabela 70. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor.....	116
Tabela 71. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor	117

Tabela 72. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor.....	118
Tabela 73. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social indireta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor	118
Tabela 74. Frequência das subformas de agressão social usadas pelos participantes de ambos os sexos de acordo com a faixa etária.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 O que fazem os adolescentes nas redes sociais virtuais?	35
Quadro 2 Subtipos de agressão social e perguntas feitas aos participantes conforme cada subtipo de agressão social	74
Quadro 3 Comparação de mecanismos de desengajamento moral usados pelos participantes de ambos os sexos	105
Quadro 4 Comparação de mecanismos de desengajamento moral usados pelos participantes de ambos os sexos	120

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 AGRESSÃO ENTRE PARES DE ALUNOS EM CONTEXTO ESCOLAR	21
3 NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO: A CHEGADA DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS NA VIDA DOS ADOLESCENTES	32
3.1 Nativos digitais: quem são e o que fazem nas redes sociais virtuais.....	34
4 AGRESSÃO SOCIAL.....	38
4.1 Organização da agressão social	40
4.2 Agressão social entre pares nas redes sociais virtuais.....	44
5 UMA LEITURA SÓCIO-COGNITIVA DA AGRESSÃO	51
5.1 Como desenvolvemos, instigamos e mantemos padrões de comportamentos agressivos?	52
5.2 Desengajamento moral	57
5.3 Mecanismos de desengajamento moral	60
6. OBJETIVOS	68
6.1 Geral	68
6.2 Específico	68
7 MÉTODO	70
7.1 Caracterização dos Participantes	70
7.2 Instrumento de coleta de dados	72
7.3 Procedimentos éticos	81
7.4 Procedimentos de coleta de dados	82
7.5 Procedimento de análises de dados	85
8. RESULTADOS	86
8.1 Agressão social e justificativas para cada subtipo de agressão	86
8.2 Agressão social e justificativas para cada subtipo de agressão de acordo com o sexo do agressor.....	93
8.2.1 Agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa subforma de agressão.	93
8.2.2 Agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	94

8.2.3 Agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	96
8.2.4 Agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	97
8.2.5 Agressão social na forma de exclusão social verbal direta e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	98
8.2.6 Agressão social na forma de exclusão social verbal indireta e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	100
8.2.7 Agressão social na forma de exclusão social direta não verbal e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	101
8.2.8 Agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.	102
8.3 Agressão social e justificativas para cada subforma de agressão nas redes sociais virtuais de acordo com o sexo e a idade do agressor.....	105
8.3.1 Agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	105
8.3.2 Agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	107
8.4.3 Agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	108
8.4.4 Agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	110
8.3.5 Agressão social na forma de exclusão social direta verbal e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	112
8.3.6 Agressão social na forma de exclusão social indireta verbal nas redes sociais virtuais e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	113
8.3.7 Agressão social na forma de exclusão social direta não verbal e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	115
8.3.8 Agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.	117
9 DISCUSSÃO	86
9.1 Agressões sociais mais utilizadas nas redes sociais virtuais entre estudantes do sexo feminino e masculino que se percebem como agressores	121

9.2 Mecanismos de desengajamento moral usados para justificar cada forma de agressão social de acordo com o sexo e com a faixa etária dos agressores.	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

A escola se apresenta como um espaço privilegiado de aprendizagem e socialização onde ocorrem intensas interações sociais. É nesse espaço que os estudantes têm a oportunidade de conviver diretamente com seus pares e grupos de referência, formando identidades e redes sociais. Em contraste, é também um lugar onde as dificuldades de convívio social e os mais diversos tipos de violências são notados e relatados frequentemente (ABRAMOVAY, 2015).

A violência escolar é um fenômeno preocupante, afetando a dinâmica das relações interpessoais na escola e causando prejuízos para toda comunidade escolar. Spósito (2001) aponta que formas de violência, como ações contra o patrimônio, depredações, pichações, agressões interpessoais, incivildades, agressões físicas e verbais etc, eram comuns dentro da escola. No entanto, existem violências no espaço escolar que transcendem a violência física. Tratam-se de violências mais veladas, ameaças, intimidações, humilhações, discriminações, exclusões sociais e ironias ofensivas, que ocorrem constantemente, sendo consideradas menos graves do que a violência física por não trazerem consequências visíveis ou de efeito imediato. Por esta razão, elas são naturalizadas e passam a ser consideradas como algo normal, tipicamente coisas de adolescente (CAMACHO, 2001).

As violências não-físicas, que permeiam as interações presenciais, têm sido tema de estudos, principalmente quando se recorre a literatura internacional. Dentre eles pode-se citar: agressão indireta (BJORKQVIST, OSTERMAN; KAUKIAINEN, 1992), agressão relacional (CRICK; GROTPETER, 1995) e agressão social (GALEN E UNDERWOOD, 1997). Este trabalho usará a organização e o conceito de agressão social a fim de ampliar a discussão acerca das agressões entre pares de estudantes, especialmente do ensino médio, que ocorrem nas redes sociais virtuais. Geralmente as pessoas usam vários argumentos para justificar seus comportamentos agressivos, sendo que alguns deles são usados para que o agressor não se sinta culpado ou censurado por isso. As justificativas que tem esse objetivo são chamadas de mecanismos de desengajamento moral e também serão analisadas neste trabalho. Para Bandura (2002), os mecanismos de desengajamento moral são justificativas que as pessoas podem utilizar para diminuir o sentimento de culpa, remorso, censura e autocondenação na prática de atos considerados antissociais.

Atualmente, vive-se um momento no qual as agressões entre pares que antes se limitavam aos pátios das escolas, agora podem ser nitidamente observadas em outros espaços, como os virtuais. As agressões virtuais ultrapassam o aspecto físico e presencial. Esse fato

pode ser explicado a partir da chegada da internet e das novas tecnologias da informação e comunicação, que geraram novas possibilidades de expressão de comportamentos agressivos, especialmente entre pares escolares. As agressões virtuais entre pares de alunos são conhecidas popularmente como cyberbullying, que tem como características: não ferir fisicamente à vítima, o impacto da agressão atinge o *self* e as emoções; o desequilíbrio de poder se dá em termos tecnológicos; o agressor pode recorrer ao anonimato; com relação à audiência, ela pode ser nula (quando o agressor agride diretamente à vítima) ou infinita (como a exposição de vídeos, fotos etc. através das redes sociais ou sites); é intencional; não há necessidade da repetição da agressão, pois uma única publicação agressiva pode ser replicada diversas vezes (WENDT; LISBOA, 2014). As manifestações agressivas, especialmente as agressões sociais expressas nas redes sociais virtuais entre pares de estudantes do ensino médio, são alvo deste estudo.

Dessa forma, este trabalho se justifica pela constante presença de situações violentas nas escolas, como se percebe nas pesquisas acima citadas, que preocupam não só os estudiosos do tema, gestores escolares, pais e professores, como também os próprios jovens, como se pode perceber através do que já foi brevemente discutido. Dessa forma, é esperado que os resultados produzidos por esta pesquisa possam contribuir para ampliação e aprofundamento do conhecimento nas discussões sobre agressões virtuais entre pares de alunos, especificamente as agressões sociais. Espera-se também que a discussão proposta por este trabalho possa ser útil para auxiliar na elaboração de projetos de intervenção nas escolas que visem a melhoria das relações entre pares.

Este estudo intitulado “Agressão social entre estudantes através das redes sociais virtuais e sua relação com o desengajamento moral” é parte de uma pesquisa maior intitulada “*Agressão Social no ensino médio: um estudo exploratório*”, sob coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Roberta Gurgel Azzi, coordenadora do Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia Cognitiva e Comportamental – NEAPSI. O objetivo geral da pesquisa maior é conhecer a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre a ocorrência de agressão social em suas escolas, seja em ambientes virtuais ou em interações presenciais, questionando-os sobre suas percepções como agressores, vítimas, testemunhas e defensores das vítimas de agressão social, abordando suas crenças de autoeficácia para defender as vítimas e as justificativas que apresentam para a execução da agressão social e para não tentar defender as vítimas.

Com relação aos objetivos, o presente estudo busca investigar as formas de agressão social entre alunos do ensino médio que se percebem como agressores por meio das redes sociais virtuais, e sua relação com os mecanismos de desengajamento moral.

Especificamente, os objetivos pretendem identificar, descrever e analisar: quais são as agressões sociais mais utilizadas nas redes sociais virtuais entre estudantes do sexo feminino e masculino que se percebem como agressores e os eventuais mecanismos de desengajamento moral usados para justificar cada forma de agressão social.

Este trabalho encontra-se organizado em 7 capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre a agressão entre pares de alunos em contexto escolar, enfatizando algumas considerações sobre o conceito de violência escolar e destacando pesquisas sobre as diferenças de gênero e idade no que tange a agressão entre alunos. O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre a chegada das novas formas de comunicação na vida dos jovens, destacando quem são os nativos digitais e o que fazem nas redes sociais virtuais.

No terceiro capítulo é discutida a agressão social e suas oito formas, com destaque para as agressões sociais presenciais e para as que ocorrem nas redes sociais virtuais, com ênfase em semelhanças e diferenças entre agressão social nas redes sociais virtuais e cyberbullying. No quarto capítulo se destaca uma breve apresentação sobre a teoria da agressão segundo Bandura, que enfatiza como as pessoas desenvolvem, instigam e mantém comportamentos agressivos, define e caracteriza os oito tipos de mecanismos de desengajamento moral e destaca dados de pesquisas sobre agressões entre pares presenciais e virtuais e sua relação com tais mecanismos. No quinto capítulo é apresentado o método, que inclui o número de participantes, o delineamento da pesquisa, o instrumento de coleta de dados e outros itens, como os procedimentos de coleta e de análise de dados. Respectivamente, nos capítulos sexto e sétimo, estão a descrição e a discussão dos resultados encontrados.

2 AGRESSÃO ENTRE PARES DE ALUNOS EM CONTEXTO ESCOLAR

A agressividade entre pares no contexto escolar vem sendo alvo de diversas frentes de investigação nos últimos anos, mobilizando a mídia, pesquisadores e autoridades responsáveis. Na América Latina, os casos de violência escolar entre pares são apresentados diariamente em manchetes de jornais e revistas e facilmente encontrados em diferentes sites de notícias, blogs ou *homepages* (BERGER; LISBOA, 2009; LISBOA; BRAGA; EBERT, 2009).

Os primeiros registros de ações violentas no espaço escolar ocorreram na França no século XIX. No Brasil, os primeiros estudos sobre violência escolar surgiram a partir dos anos 80. Inicialmente, a preocupação das pesquisas sobre o tema estava voltada as ações violentas contra o patrimônio escolar (depredações, pichações, invasões, assaltos etc.), que acreditava-se serem cometidas por adolescentes e jovens moradores das periferias dos centros urbanos, aparentemente sem vínculo com a unidade escolar (CHARLOT, 2002). A partir de 1990, notou-se que o padrão de violência observada nas escolas públicas passou do vandalismo à agressão interpessoal. As agressões no campo interpessoal mais frequente são agressões verbais e as ameaças (SPOSITO, 2001).

Quanto à definição, Abramovay, (2005) ressalta que definir violência escolar não é uma tarefa fácil; pelo contrário: é um grande desafio. Isso porque na literatura ainda não há um consenso quanto a definição de violência, e assim como existem vários conceitos de violência, desde os mais limitados até os mais amplos, existem também diversas definições para o fenômeno da violência escolar. A maioria das tentativas de definir violência escolar estão alinhadas aos diversos conceitos de violência que descrevem esse fenômeno como sinônimo de agressão física, delito ou crime, ataques ao patrimônio, humilhações etc.

Nesse sentido, as pesquisas relacionadas à violência no espaço escolar fazem um grande esforço para definir o fenômeno, mas não chegam a um conceito comum, principalmente pela violência ser confundida com diversos outros termos como agressão e/ou indisciplina:

Ao analisar o fenômeno da violência, deparamo-nos com uma série de dificuldades. Uma delas se refere justamente a essa multiplicidade de compreensões a seu respeito. Essa diversidade evidencia a fragilidade das suas fronteiras. A violência se confunde, se interpenetra, se inter-relaciona com a agressão de modo geral e/ou com a indisciplina, quando se manifesta na esfera escolar (CAMACHO, 2001, p. 128).

Para Nogueira (2004) a indisciplina e a agressão muitas vezes são confundidas com violência porque o fenômeno da violência encontra fronteiras no tempo e no espaço que

se tornam maleáveis, frágeis e difíceis de serem definidas. Segundo a autora, a violência pode ser classificada de duas formas: a primeira se refere aos atos de violência, ou seja, a violência se faz presente em atos concretos de agressão, destruição e transgressão das regras e da ordem em vigor. A segunda classificação diz respeito aos estados de violência, onde a violência está oculta em estados sutis do uso da força. Trata-se de uma situação ou circunstância social que oprime, reprime, violenta, gradualmente, às vezes de forma quase imperceptível.

Embora a escola seja um espaço privilegiado de reflexão sobre diversos temas, ela é também um espaço de proliferação de diversos tipos de violência. A presença da violência no contexto escolar pode afetar a relação entre alunos, professores, funcionários e pais. Se a escola é um importante espaço de aprendizagens, socialização, promoção de cidadania, formação de atitudes, opiniões e desenvolvimento pessoal, a violência é um tema que demanda atenção e, portanto, merece ser discutido, uma vez que é nesse espaço que crianças e adolescentes cotidianamente acabam se deparando, construindo e elaborando diferentes experiências de violência (MARRIEL et al, 2006).

Segundo um trabalho realizado em 2009 pelo Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo), sobre violência nas escolas públicas do Estado de São Paulo, das 496 escolas investigadas 86% já sofreram algum tipo de violência. As violências a bens materiais apontadas pelas escolas foram: depredação (85%), pichação (82%), arrombamento (62%), furtos (torneira, TV, som, lâmpadas) (58%) e explosão de bombas (65%). Com relação a violência contra pessoas a pesquisa registrou brigas (agressão física entre alunos) (86%), desacato a professores, funcionários ou direção (88%), porte ou consumo de bebidas alcoólicas (58%), agressão física a professores, funcionários ou direção (31%), tráfico/porte ou consumo de drogas (61%), invasão da escola por elementos estranhos (67%), ameaça de morte (a alunos, professores, funcionários e/ou direção) (41%), porte/uso de armas por alunos (22%).

De acordo com Camacho (2001) existem dois tipos de violências que geralmente ocorrem entre pares de alunos nas escolas. Tratam-se da violência mascarada e da violência explícita. A violência explícita é visível e comumente combatida, criticada e controlada por meio de punições. Muitas vezes os alunos conseguem driblar as punições adotadas pelas escolas de duas maneiras: 1. os alunos transferem o confronto para um lugar livre de repressão, ou seja, quando não podem resolver o problema dentro da escola, os alunos fazem os acordos de contas fora da escola usando agressão física, 2. por meio do mascaramento da ação.

O segundo tipo de violência apontado por Camacho (2001), por não ser tão visível quanto a violência explícita, quase sempre é ser confundida com indisciplina ou brincadeira, isenta de consequências relevantes ou simplesmente não é vista. Ela é considerada pouco grave porque suas consequências não são tão visíveis ou o efeito não é imediato e não machuca o corpo. Contudo, os danos desse tipo de violência são inesquecíveis, podendo causar prejuízos de ordem psicológica e/ ou moral. Essa violência ocorre frequentemente nas escolas, podendo se tornar bastante perigosa por não ter controle, regras ou freios. A constante manifestação da violência mascarada no ambiente escolar faz com que ela seja banalizada e, por conseguinte, naturalizada. A banalização dessa violência ocasiona uma série de desrespeitos como: insensibilidade ao sofrimento do outro e invasão do campo do outro.

As agressões entre pares de alunos mais comuns no espaço escolar são: humilhação, intimidações, discriminações, exclusões sociais, ironias ofensivas, roubos, furtos e destruição de objetos, dano ao patrimônio pessoal, agressão física, agressões verbais, xingamentos, como podem ser percebidas em pesquisas brasileiras como as de Camacho (2001); Abramovay e Rua (2002), Njaine e Minayo (2003); Marriel et al (2006); Gomes et al (2006); Nascimento e Menezes (2013).

Com relação ao gênero, pesquisas revelam que a expressão da agressão física, em ambos os gêneros, é reduzida em frequência e intensidade, dando lugar para o surgimento de comportamentos agressivos mais sutis e velados, como aqueles descritos pela agressão social (que será explicada mais tarde). A manifestação da agressão social aumenta durante a adolescência, época que as relações sociais se ampliam, são mais valorizadas e importantes. Assim, prejudicar o status social e interromper as relações de amizade, independente do motivo, é uma forma potencialmente eficaz de causar dano ao outro (BJORKQVIST, 1994; UNDERWOOD, BERON & ROSEN, 2009).

Durante algum tempo, os estudiosos preocupavam-se em investigar apenas a agressão física comumente relacionada a meninos em idade escolar. Assim, acreditava-se que meninos são mais agressivos que as meninas. Contudo, com a evolução das investigações sobre o fenômeno, resultados de pesquisas têm mostrado que as meninas também são agressivas. O que muda é a forma de manifestação da agressão nos dois sexos. Meninos são mais propensos a agredir de forma direta, seja fisicamente ou verbalmente. Já meninas agredem através de formas indiretas, armando situações em que a vítima se sente excluída do grupo, ou tem sua imagem deturpada por mentiras e difamações. Essas diferenças são culturalmente entendidas, uma vez que meninos são cobrados a terem posturas mais viris, que representem sua masculinidade, e meninas atitudes mais servis, menos expostas, o que as

levam a expressarem comportamentos mais discretos, mas não menos destrutivos e prejudiciais (PRODÓCIMO; SILVA; MIGUEL RECCO, 2010).

Feshbach e Sones (1971) realizaram um estudo com 87 adolescentes, 42 meninos e 45 meninas, que tinha como objetivo investigar diferenças na reação de sujeitos do sexo feminino e masculino para um recém-chegado, com foco em respostas agressivas indiretas. O estudo revelou que meninas trataram o recém-chegado de maneira menos favorável do que meninos, eram menos acolhedoras e mais propícias a ignorar as ideias do recém-chegado e a chegar a uma decisão em grupo.

Uma pesquisa conduzida por Cairns e Cairns (1984), com 174 crianças (93 meninas, 81 meninos) concluiu que, embora meninos e meninas estivessem igualmente envolvidos em algum tipo de conflito, duas diferenças de gênero foram encontradas: a agressão física foi relatada com frequência pelos meninos em conflitos com outros meninos, já meninas relataram ignorar outras meninas nos conflitos.

Galen e Underwood (1997) realizaram um estudo com 234 participantes (113 meninas e 121 meninos) com idades entre 9, 12 e 15 anos que cursavam respectivamente o 4º, 7º e 10º anos do ensino público, com o objetivo de determinar a medida que os participantes percebem os comportamentos que considerados agressão social como dolorosos e frequentes, além de observar a execução da agressão social entre meninas. Os resultados indicaram que os meninos perceberam a agressão física como mais dolorosa do que a agressão social, e o grupo de ambos os sexos do 7º ano não expressou diferença na percepção de dano entre os dois tipos de agressão. Dados alusivos à percepção de frequência de agressões não demonstraram diferenças significativas entre as classificações de meninos e meninas sobre a ocorrência de agressões físicas e sociais nos grupos do 4º e 7º anos de ensino. Apenas entre os estudantes do 10º ano foi percebido, pelas meninas, maior frequência para agressão social do que pelos meninos. Estes resultados confirmam a hipótese de que meninas não iriam perceber a agressão física como mais dolorosa do que a agressão social. A hipótese de que as meninas iria relatar ocorrência de agressão social como mais frequência foi confirmada apenas para os participantes do 10º ano.

O estudo de Xie, Cairns e Cairns (2002) envolvendo 510 participantes (220 da 4ª série sendo 116 meninas e 104 meninos, com idade média de 10,2 anos, e 290 participantes da sétima série sendo 155 meninas e 135 meninos, com idade média de 13,2 anos) revelou que participantes do sexo feminino tendem a usar agressão social contra meninas, enquanto os meninos tendem a usar a agressão física contra meninos.

A pesquisa de Martins (2005) sobre agressão e vitimização entre adolescentes em contexto escolar, com 572 sujeitos (286 do sexo masculino e 286 do sexo feminino) de 12 a 21 anos de idade indicou que a agressão física diminuiu à medida que avança o nível de escolaridade, dando espaço para o surgimento de agressões menos visíveis, como a indireta. Para eles, esse fato talvez possa ser explicado por incluir participantes mais velhos na amostra. A agressão indireta, em particular, a conduta “falar mal de alguém” foi a agressão mais frequente nas três escalas utilizadas (vitimização, agressão e observação).

Fitzpatrick e Bussey (2011) conduziram uma pesquisa com 636 estudantes adolescentes, com idades entre 11 e 16 anos, para o qual desenvolveram um conjunto de quatro escalas que visavam medir o grau de envolvimento dos sujeitos em situações de bullying social. Cada situação era marcada por um dos quatro papéis que participam do bullying social: agressor, vítima, testemunha e interventor. Os resultados apontaram que alunos de anos escolares mais avançados apresentaram maior envolvimento em situações de bullying social, sejam como testemunhas, agressores ou vítimas. No que tange aos resultados sobre os agressores, o estudo revelou que não houve diferença significativa entre sexos. Este resultado indica que a agressão social não é um fenômeno exclusivo das relações entre pares de meninas, uma vez que formas dissimuladas e manipuladoras de comportamento agressivo podem ser praticadas tanto por meninas como por meninos. Isso pressupõe que a agressão, em suas diversas formas de manifestação, deve ser investigada em ambos os sexos.

Com relação as diferenças de idade em agressão social, é possível perceber, num estudo de avaliação comparativa coordenado por Bjorkqvist (et al.,1992) que os picos de agressão indireta ocorreram em participantes com a idade de 11 anos quando comparados com de 9 e 15 anos.

Estudos sugerem que existem marcantes diferenças acerca da idade entre sexos no que tange a manifestação de condutas agressivas. Assim, alunos mais novos que frequentam os anos iniciais do ensino básico tendem a exibir mais agressão física e direta, enquanto que alunos mais velhos que estudam em séries mais avançadas apresentam diminuição da agressão física e a presença de agressão relacional e indireta (OLWEUS, 1997; WHITHNEY; SMITH, 1993)

Pra Smith e Monks (2008), o comportamento agressivo praticado por crianças mais novas é diferente daquele praticado por crianças mais velhas e adolescentes. As crianças mais novas tendem a ser mais agressivas fisicamente e verbalmente, enquanto crianças mais velhas e adolescentes estão mais inclinadas a usarem agressão indireta, como espalhar

rumores. Tais alterações podem estar diretamente relacionadas com a mudança das capacidades cognitivas, e com a maior experiência de crianças mais velhas ou adolescentes.

É interessante ressaltar que, dentre as inúmeras violências que ocorrem no espaço escolar, um tipo particular tem despertado a atenção de diversos pesquisadores e da mídia em todo o mundo. Trata-se do bullying, caracterizado como um problema que afeta as escolas do mundo todo, sejam elas públicas ou privadas. Para Tognetta e Vinha (2010), o bullying é um fenômeno que possui definição bem demarcada em meios acadêmicos e se refere às formas de intimidação, de humilhação e menosprezo. Para as mesmas autoras, o Bullying é uma forma de agressão entre pares que possui pelo menos cinco características marcantes: 1 desequilíbrio de poder (físico ou psicológico); 2 repetição; 3 intencionalidade; 4 as vítimas são pessoas que possuem uma autoimagem empobrecida e 5 o autor do bullying sempre o faz na frente de expectadores.

O bullying constitui-se uma subcategoria bem delimitada de agressão, por conservar as características acima mencionadas, especialmente a repetitividade e o desequilíbrio de poder. Dessa forma pode-se dizer que existem comportamentos agressivos que não podem ser classificados como bullying, pois só ocorrem de tempos em tempos (OLWEUS, 1999).

Martins (2005), baseado em diversos estudos como os de Morita, Soeda, Soeda e Taki (1999); Olweus (1995) e Smith e Sharp (1995) propôs que os comportamentos de bullying podem ser classificados em três categorias:

1. Direto físico: inclui bater ou ameaçar fazê-lo; dar pontapés, roubar objetos que pertencem aos colegas, estragar os objetos dos colegas, extorquir dinheiro ou ameaçar fazê-lo, forçar comportamentos sexuais ou ameaçar fazê-lo, obrigar ou ameaçar os colegas a realizar tarefas servis contra a sua vontade;
2. Direto verbal: que engloba insultar, xingar ou por apelidos desagradáveis, zoar, fazer comentários racistas e/ou que salientam qualquer defeito ou deficiência dos colegas;
3. Indireto: se refere a situações como excluir alguém sistematicamente do grupo de pares, ameaçar com frequência a perda da amizade ou a exclusão do grupo de pares como forma de obter algo do outro ou como retaliação de uma suposta ofensiva prévia, espalhar boatos sobre os atributos e/ou condutas de alguém com o objetivo de destruir a sua reputação, e em suma manipular a vida social dos pares. Este tipo de agressão pode se expressar tanto em

interações presenciais quanto em ambientes virtuais, podendo assim fazer parte do cyberbullying.

Contudo, Abramovay, Cunha e Calaf (2009) ressaltam que pesquisas brasileiras, algumas sob liderança de Mirian Abramovay, indicam que o bullying não representa o problema mais grave que as escolas enfrentam. Comportamentos agressivos, geralmente os mesmos encontrados em situações de bullying, mas que não são marcados pelas 5 características que definem o bullying, também assustam. Situações igualmente graves foram encontradas nessas pesquisas, tais como: agressões verbais entre alunos, ameaças, agressões físicas, discriminações racistas e sexistas, furtos, violência sexual, a presença de gangues e tráfico de drogas. A violência verbal, as ameaças e discriminações também permeiam as relações entre alunos e professores. Na pesquisa “Revelando tramas, descobrindo segredos” Abramovay, Cunha e Calaf (2009) destacam que as discriminações racistas e sexistas foram detectadas na maioria das escolas do Distrito Federal. Os tipos de discriminações identificados foram: homofobia e o racismo, tanto por professores quanto por alunos.

De acordo com Tognetta e Vinha (2012), suas pesquisas com professores revelaram que existem problemas desafiadores com os quais a escola deve lidar como, por exemplo, a agressividade, violência e incivildades demonstradas constantemente pelos alunos no cotidiano escolar. Para as mesmas autoras, todas essas manifestações não podem ser reduzidas a um único problema, pois se tratam de processos com múltiplas causas e que, portanto, não podem ser vistos numa única direção. Comumente, percebe-se que as escolas resumem muitos desses problemas como indisciplina. Dessa forma, é necessário conhecer, definir e entender as características de todos os fenômenos que protagonizam os conflitos escolares, de forma a pensar não em intervenções paliativas, mas sim no cotidiano das ações dos agentes educativos na escola. Essas ações devem estar associadas a sensibilidade moral dos envolvidos em situações conflituosas.

No âmbito dessas preocupações sobre a violência escolar, Abramovay e Rua (2002) salientam que esse fenômeno tem aumentado nas escolas brasileiras, uma vez que diversos episódios agressivos envolvendo agressões verbais, físicas e simbólicas são cotidianamente notificados e amplamente divulgados pela mídia. No entanto, em uma entrevista concedida a revista nova escola em novembro de 2013 (https://www.youtube.com/watch?v=_dmFKoV5x6k), Telma Vinha e Yves de La Taille discutiram educação moral nos dias de hoje. Nessa entrevista, Vinha destacou um dado relevante sobre a falsa sensação do aumento da violência nas escolas. Segundo ela inúmeros

estudos apontam que a incidência de violências duras entre alunos não aumentou. As violências duras são aquelas descritas e regidas pelo Código Penal como, por exemplo: ameaça, extorsão, uso de arma, furto, agressão física e abuso sexual. Contudo, pais e professores percebem que a violência tem aumentado, fato que os deixam inseguros. Nessa perspectiva, as políticas públicas estão voltadas para procedimentos que visam a contenção através, por exemplo, de filmadoras e presença de polícia nas escolas. Na realidade o que tem aumentado são as incivildades ou microviolências.

Segundo Abramovay, Cunha e Calaf (2009, p. 23) as incivildades, “são aqueles atos que não contradizem nem a lei, nem os regimentos dos estabelecimentos, mas as regras de boa convivência (desordens, grosserias)”. Tratam-se de pequenas ameaças, ofensas, algazaras, barulhos. Por não serem crimes as incivildades passando despercebidas pelas escolas, havendo assim naturalização dessa prática. Muitas delas sequer são consideradas violências, o que acaba impedido que providências mais pontuais de combate e prevenção sejam tomadas. Contudo, segundo Tognetta (2013), quando não recorremos ao conhecimento científico, corremos o risco de interpretar todos os conflitos que existem na escola como formas de violências.

As incivildades causam um clima de tensão e insegurança nos espaços públicos como a escola. De acordo com Abramovay (2015) o sentimento de desproteção afeta as vítimas, podendo fazer com que elas deixem de circular em espaços coletivos, como a escola. Assim, a proliferação de incivildades também pode ser a porta de entrada para violências mais duras.

Diante do que foi exposto, das inúmeras pesquisas que existem sobre violência escolar e sobretudo da vivência de pais, alunos, professores e todos aqueles que fazem parte do contexto escolar, as expressões agressivas entre pares de alunos no contexto escolar é uma realidade difícil de ser negada. Ela é visível e vivida cotidianamente em todas as escolas do mundo. Por outro lado, não se pode negar o poder que a escola possui de contribuir para a formação de personalidades mais justas e solidárias. Assim, a educação é uma ferramenta importante para enfrentar a violência escolar, e para isso é imprescindível o investimento em iniciativas que ajudem a prevenir esse fenômeno, que deixa tantas marcas na vida daqueles que dele participam.

Para Abramovay (2012), a Educação em Direitos Humanos é uma estratégia viável no processo de rompimento do ciclo de violências nas escolas. Para isso, o corpo docente e os demais profissionais da escola devem passar por formações que os ajudem a melhor se apropriarem de práticas pedagógicas que possam promover a autonomia e o

protagonismo das pessoas através do respeito à diversidade. A transformação social é o principal objetivo da Educação em Direitos Humanos, e ela só pode ser efetivada através de práticas educativas que visem a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. O respeito é um aspecto importante quando se fala em Educação em Direitos Humanos, pois uma pessoa não terá uma vida digna e nem respeitará o direito de outras pessoas se ela própria não for respeitada. “Garantir a Educação em Direitos Humanos é assegurar o aprendizado para a convivência baseada em práticas democráticas e em atitudes de respeito aos direitos fundamentais e de não-discriminação” (ABRAMOVAY, 2012, p. 73).

Muitas agressões com características não presenciais são mais veladas, como as que ocorrem no ambiente virtual, e portanto mais difíceis de serem combatidas, uma vez que o espaço virtual se revela um lugar confortável para que os agressores se manifestem sem necessariamente revelar suas identidades. Essa possibilidade é reflexo do surgimento e ampliação das redes sociais *online*, que revolucionaram o modo de comunicação entre as pessoas, e possuem cada vez mais adeptos tornando-se um dos grandes fenômenos da atualidade. O grande avanço da tecnologia e a facilidade de aquisição de dispositivos móveis (*notebooks, netbooks, computadores, smartphones, tablets*) por todas as classes sociais e faixas etárias e o acesso altamente facilitado à Internet (redes *wi-fi*, 3G) são fatores que contribuem para o sucesso do mundo virtual (MIRANDA, 2013).

O cyberbullying, por exemplo, é uma dessas agressões. Esse fenômeno é considerado por muitos estudiosos como a prática do bullying através das tecnologias de informação e comunicação. Os dispositivos tecnológicos são usados para constranger, humilhar, denegrir, ameaçar através da internet. Geralmente a vítima desse tipo de agressão só fica sabendo quando ela já ocorreu. Informações sobre o conceito de cyberbullying, suas formas de expressão e as aproximações desse conceito com a agressão social entre pares nas redes sociais virtuais serão abordadas no capítulo sobre agressão social, no tópico acerca da agressão social entre pares nas redes sociais virtuais.

Em sua revisão de literatura acerca da prática de cyberbullying, Tokunaga (2010) afirmou que gênero e idade não são preditores de cyberbullying. Outras investigações indicam que não há um consenso sobre a prevalência dessas variáveis, pois algumas destacam maior prevalência de meninos, outras de meninas e outras indicaram não haver diferença significativa entre meninos e meninas (SLONJE; SMITH, 2008; SHARIFF, 2011; MARÉES; PETERMANN, 2012).

Muitos estudos indicam que a idade não é um preditor significativo de cyberbullying entre os adolescentes (Beran; Li, 2007; Ybarra 2004). Contudo Slonje e Smith

(2008) e Williams e Guerra (2007) aludem que a prevalência de agressores virtuais é maior em adolescentes mais novos com idades entre 12 e 15 anos.

Li (2006) realizou uma pesquisa em três escolas situadas no Canadá, da qual participaram 264 estudantes (130 do sexo masculino e 134 do sexo feminino) que frequentavam do 7º ao 9º ano. Ela encontrou resultados que indicam prevalência relativamente maior nos agressores virtuais do sexo masculino (22%), quando comparados com o sexo feminino (12%).

Investigações sobre as diferenças no que se refere ao gênero em praticantes de cyberbullying, indicou que existe uma maior tendência para as meninas utilizarem agressões indiretas, rumores ou comentários pejorativos (Patricia; Racupero, 2008), e os meninos utilizarem com maior frequência a publicação de gravações e imagens de colegas em situações embaraçosas e agressões, através do celular (CALVETE ET AL., 2009).

Uma pesquisa portuguesa realizada por Pinto (2011) com adolescentes de 12 a 18 anos de idade revelou que quando comparadas, as frequências entre gêneros no que se refere à realização de comportamentos de agressão por cyberbullying, observou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas para as agressões do tipo: “enviar links de imagens humilhantes a outras pessoas para que as possam ver” e “gravar vídeos ou tirar fotografias com o celular enquanto alguém batia ou magoava outra pessoa”, sendo os participantes do sexo masculino quem mais expressaram tais agressões.

Um estudo conduzido por McNulty (2014) com 119 participantes (29 do sexo feminino e 90 do sexo masculino) com idades entre 12 e 18 anos de duas escolas secundárias em Dublin revelou que participantes do sexo masculino se envolviam mais na prática de cyberbullying do que participantes do sexo feminino. Neste estudo a autora previu um aumento das práticas de cyberbullying entre os participantes mais velhos, contudo os resultados não indicaram diferença significativa a esse respeito.

Fonseca (2015) realizou um estudo com 116 indivíduos (58 do sexo feminino e 58 do sexo masculino) com idades compreendidas entre 16 e 23 anos. Os resultados revelaram que dos 36 agressores de cyberbullying, 55% eram do sexo masculino e 30.4% eram do sexo feminino.

É importante salientar que existem confusões quanto ao entendimento de violência e agressão. Neste trabalho, como já mencionado na introdução, a agressão foi considerada como uma das diversas formas de expressão da violência. Trataremos todas as formas de agressão, em especial a agressão social nas redes sociais virtuais, recorte desta

pesquisa, como modalidade da violência. Essa ideia vai ao encontro com o pensamento de Martín-Baró (1997):

O conceito de violência é mais amplo que o de agressão e que, em teoria, todo ato ao que se aplique uma dose de força excessiva pode ser considerado como violento. A agressão, por outro lado, somente seria uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional, ou seja, aquela ação mediante a qual se pretende causar um dano a outra pessoa (p. 365-366).

O próximo capítulo abordará aspectos importantes sobre as formas de comunicação na vida de jovens e adolescentes, quem são os nativos digitais e o que fazem nas redes sociais virtuais. É importante salientar que o termo agressão será usado nos próximos capítulos como uma das várias expressões da violência.

3 NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO: A CHEGADA DAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS NA VIDA DOS ADOLESCENTES

Com o intuito de tornar a comunicação cada vez mais instantânea, com alto grau de rapidez e eficiência, aproximando as pessoas que estão geograficamente distantes, o homem globalizado vem desenvolvendo e aprimorando tecnologias de comunicação e informação cada vez mais sofisticadas para responder as demandas que se tornam mais específicas com o passar do tempo (WILLIAMS; STELKO-PEREIRA, 2013).

As formas de comunicação passaram por grandes mudanças ao longo do tempo. Anteriormente, tinham-se as pinturas rupestres largamente utilizadas pelo homem pré-histórico. Atualmente, devido a revolução tecnológica, chegamos à era digital e conseqüentemente temos à disposição vários dispositivos que vem revolucionando os modos de comunicação entre as pessoas: computadores, smartphones, tablets etc (WILLIAMS; STELKO-PEREIRA, 2013).

O avanço tecnológico, que inclui o surgimento da internet, é considerado um divisor de águas na vida humana, principalmente por ter provocado um grande impacto nas relações interpessoais, especialmente na dos jovens que são, em sua maioria, quem mais usufruem do mundo virtual. A chegada das novas tecnologias de informação e comunicação foi bem aceita pela população e é sucesso mundial, especialmente quando o assunto são as redes sociais virtuais, que inaugurou um novo e altamente complexo ambiente social virtual. "A era digital está mudando os estilos de vida, os comportamentos, os relacionamentos familiares e sociais e a saúde de todos" (EISENTEIN; ESTEFENON, 2011).

Ainda para Eisenstein e Estefenon (2011), os nativos digitais vivem tanto no mundo real, interagindo presencialmente com outras pessoas, quanto no virtual, que se revela como um mundo bem mais atraente e interessante, proporcionando inúmeras possibilidades, mas que também oferece riscos à saúde de crianças e adolescentes, especialmente quando não usado adequadamente. O mundo virtual deixa as pessoas com uma reduzida habilidade de distinguir o que é verdadeiro ou falso, o que é real ou virtual, sendo essa falta de habilidade um dos principais riscos oferecidos pelo ciberespaço. No entanto, adolescentes entre 11 e 17 anos, segundo um estudo brasileiro, possuem conhecimento para comparar diferentes *sites* na web e identificar quais informações são verdadeiras ou falsas (TIC KIDS ONLINE, 2013).

Assim sendo, de acordo com Subrahmanyam e Greenfield (2008), a comunicação eletrônica adquire cada vez mais importância na vida dos adolescentes, pois é por meio dela

que surgem novas formas de relacionamento. O uso dessas formas de comunicação pelos jovens possui diferentes propósitos, dentre os quais destacam-se: interagir com amigos, conhecidos e estranhos; manter contato com seus pares da vida real; planejar programas e manter contato tanto com amigos que eles possuem contato mais próximo como também com aqueles que raramente veem.

Com a expansão do uso da tecnologia, tanto em casa como em outros ambientes, aumentou-se a preocupação com a privacidade, segurança de informações e exposição a conteúdos indesejados (pornografia, manifestações de ódio, racismo, homofobias e tantos outros) (WENDT; LISBOA, 2013). Outra preocupação, segundo Bryant, Sanders-Jackson e Smallwood (2006) é o prejuízo que o uso indiscriminado das redes sociais virtuais pode provocar nas relações sociais face-a-face de jovens e adolescentes, pois nem sempre eles têm a percepção de que o tempo que passam *online* é proporcional ao que passam longe do contato presencial com seus amigos e familiares. Com isso, provavelmente as relações que os jovens estabelecem no cyberspaço, apesar de numerosas, são mais frágeis e menos profundas quando comparadas àquelas existentes no espaço não virtual.

Para proteger crianças e adolescentes dos riscos oferecidos pelo ambiente virtual, é fundamental que os pais, responsáveis e educadores possam mediar a relação desses sujeitos com o universo *online* (TIC Kids *Online* Brasil, 2013). Nesse sentido, é importante salientar que nem todas as situações de risco vividas virtualmente irão se converter em danos para o desenvolvimento de uma criança ou adolescente. Isso dependerá de algumas variáveis, tais como, o grau de escolaridade, a faixa etária e as habilidades para o uso crítico das informações acessadas. Apesar dos riscos, o mundo virtual constitui-se como mais uma oportunidade de desenvolvimento para a sociedade e, em especial, para os adolescentes. Órgãos de proteção à criança e ao adolescente vêm demonstrando mais preocupação quanto à necessidade de orientação para o uso seguro da internet:

Fonte de oportunidades, mas também vulnerabilidade, a internet apresenta situações que demandam certo nível de conhecimento para que sejam aproveitadas em seu potencial. Se por um lado, um maior acesso à internet representa maior exposição às ameaças, só com a prática é possível garantir o desenvolvimento de certas habilidades que garantem um uso seguro e responsável entre os adolescentes (UNICEF, 2013, p.37).

O acompanhamento dos pais sobre o comportamento dos filhos na internet, segundo a pesquisa do Unicef (2013), é dividido. Para os adolescentes que fizeram parte dessa pesquisa, 54% declaram que possuem acompanhamento das suas atividades *online*, enquanto 46% dizem não ter nenhum tipo de supervisão. Os pais exercem um maior controle sobre as

meninas, e, quanto mais velho o adolescente, menor é a supervisão dos pais sobre a vida *online* de seus filhos. Para Volpi (2013), o que determina o uso positivo da Internet por parte dos adolescentes é a qualidade das informações acessadas, o acompanhamento dos pais e dos demais atores envolvidos no processo educativo desses sujeitos.

A exposição prolongada às redes sociais virtuais pode, além dos danos já mencionados, produzir no adolescente uma falsa sensação de bem-estar e aceitabilidade afastando toda e qualquer possibilidade de solidão; Todavia, quanto mais intensos são os relacionamentos virtuais, maior é o desejo do jovem em ficar mais tempo conectado, pois é nesse momento que aumentam compulsivamente as trocas de mensagens (MATOS, 2009). Dessa forma, a realidade virtual pode mascarar características típicas da adolescência como, por exemplo, a confusão, os medos e as oscilações de humor (EISENSTEIN; ESTEFENON, 2011).

Embora exista prazer na maioria das interações *online* entre adolescentes, e por mais que muitas dessas interações sejam saudáveis, evidências recentes apontam que uma parte significativa dessa população está diretamente envolvida em interações agressivas, seja como autor, vítima ou ambos (WERNER; BUMPUS; ROCHA, 2010).

Segundo Subrahmanyam e Greenfield (2008), assim como os adolescentes encontram valiosas informações em *sites* de redes sociais, eles também se deparam com mensagens racistas e odiosas. Essas mensagens podem influenciar diretamente ou indiretamente o modo como os jovens poderão se relacionar com seus pares.

3.1 Nativos digitais: quem são e o que fazem nas redes sociais virtuais

Atualmente, os principais usuários da tecnologia móvel são os jovens que nasceram após 1980, mais conhecidos pelo termo “nativos digitais”. Esta geração cresceu com a web, e estão digitalmente imersos no universo virtual, atuando tanto como receptores da informação quanto criadores de conteúdo (LUNA, 2013). É interessante lembrar que as pessoas que começaram a usar essa linguagem mais tarde na vida são nomeadas de “imigrantes digitais”.

Embora ambos, nativos e imigrantes digitais, estejam envolvidos no mundo digital, há diferenças na forma com que usam a tecnologia. Os nativos digitais vivem conectados, acessam a informação aleatoriamente, conseguem fazer inúmeras atividades ao mesmo tempo, leem imagens e textos, têm rápida facilidade de absorver o conteúdo digital e

não têm interesse por manuais. Já os imigrantes digitais conservam sua cultura de socialização: leem manuais, imprimem textos para ler, telefonam para assegurar que o *email* enviado foi recebido e não realizam várias atividades ao mesmo tempo (SILVA, 2013).

Segundo uma pesquisa nacional, intitulada “O uso da internet por adolescentes” realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF em 2013, 10 milhões de adolescentes fazem uso diário da internet. Nesta pesquisa foram entrevistados 2002 sujeitos com idades entre 12 e 17 anos (49% meninas e 51% meninos) oriundos das cinco regiões do Brasil. O adolescente brasileiro possui uma vida virtual bastante diversificada e fonte de inúmeras alternativas. Entre as principais atividades *online* dos adolescentes entrevistados, destacam-se: constante acesso às redes sociais virtuais, entretenimento e busca de informações.

No que se refere às redes sociais virtuais, 85% dos entrevistados possuem perfil ativo, sendo o Facebook a plataforma mais acessada, especialmente por aqueles adolescentes com idades entre 15 e 17 anos. No quadro abaixo, encontram-se os principais resultados sobre o que os adolescentes costumam ou não fazer nas redes sociais virtuais.

Quadro 1 O que fazem os adolescentes nas redes sociais virtuais?

Informar localização	<ul style="list-style-type: none"> • 65% Nunca fornecem esta informação; • 24% Dizem onde estão dependendo das condições; • 10% Sempre indicam onde estão.
Adicionar desconhecidos	<ul style="list-style-type: none"> • 21% adicionam desconhecidos; • 33% só adicionam sob determinadas condições; • 46% nunca adicionam.
Encontrar pessoas que conheceram <i>online</i>	<ul style="list-style-type: none"> • 61% nunca encontraram; • 39% já encontraram.
Restrição de acesso	<ul style="list-style-type: none"> • 19% sempre utilizam a ferramenta de bloqueio; • 28% usam esporadicamente; • 49% nunca usam, o que significa suas publicações podem ser visualizadas por qualquer pessoa.
Bloqueio de pessoas nas redes sociais	<ul style="list-style-type: none"> • 51% já bloquearam algum contato; • 49% nunca usaram essa ferramenta.
Por que bloquear as pessoas nas redes sociais?	<ul style="list-style-type: none"> • 40% porque não gostam da pessoa; • 30% não querem que a pessoa tenha acesso ao seu perfil; • 29% porque não gosta do que a pessoa publicou para ou sobre ele; • 24% porque não conhecem a pessoa; • 4% porque se sentem ameaçados ou com medo.
Exibição de imagens	<ul style="list-style-type: none"> • 92% publicam fotos pessoais; • 8% não publicam fotos pessoais.

Fonte: UNICEF, 2013.

Esses dados indicam que as atividades dos adolescentes nas redes sociais virtuais merecem atenção. Embora, em alguns casos, muitos adolescentes utilizem ferramentas que asseguram sua segurança e os deixam menos expostos, como a de não de informar a localização, uma grande maioria, por usar a internet sem segurança, fica extremamente

vulnerável às ações maldosas de outras pessoas como, por exemplo, assédio, constrangimentos, manipulação etc.

Outro estudo, igualmente importante, realizado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), também em 2013, denominado TIC Kids *Online* Brasil 2013, teve como objetivo compreender de que forma a população jovem, na faixa etária entre 9 e 17 anos de idade, utiliza a Internet e como lida com os riscos e as oportunidades decorrentes desse uso. A pesquisa gerou resultados altamente relevantes: 57% das crianças e adolescentes navegam na internet em seus quartos; 79% possuem perfil em redes sociais, sendo o facebook a rede social virtual mais utilizada por 77% desses sujeitos. Sobre as atividades mais realizadas pelos entrevistados, a pesquisa destaca que 87% usa a internet para fazer pesquisa sobre o trabalho escolar, 68% para assistir vídeos e 50% para baixar músicas ou filmes. Um dado preocupante aponta que 38% dos participantes, com idade entre 11 e 17 anos, adicionaram pessoas desconhecidas a sua lista de amigos ou contatos nas redes sociais virtuais, o que os deixam vulneráveis.

Uma nova versão da pesquisa TIC Kids 2013, a TIC Kids 2014, realizada de outubro de 2014 a fevereiro de 2015, aponta resultados mais atuais. Atualmente, o Brasil possui 20,5 milhões de usuários de internet com faixa etária dos 10 aos 17 anos. Destes, 81% usam a internet todos os dias. O celular é o dispositivo móvel mais utilizado por (82%) de crianças e adolescentes entre 9 a 17 anos para acessar a internet, sendo que 63% destes acessos ocorrem no quarto. O levantamento aponta que o facebook (78%) é a rede social mais acessada pelos entrevistados, seguida pelo instagram (24%) e twitter (15%). As atividades mais recorrentes entre esse público são fazer check-in nas redes sociais (25%), fazer ou receber chamadas de vídeo (9%), representando assim ameaça a estes usuários.

Sobre a violência na internet, 15% dos participantes relataram que já foram tratados de forma ofensiva nos últimos 12 meses, principalmente através das redes sociais virtuais. Destes, 58% foram vítimas de mensagens ofensivas, 24% tiveram mensagens ofensivas expostas publicamente, 26% foram deixados de fora ou excluídos de algum grupo ou atividade na internet, e 19% foram ameaçados (TIC KIDS ONLINE, 2014).

Uma outra atividade bastante presente na rotina dos usuários de redes sociais virtuais é a *selfie*, o autorretrato feito pelos *smartphones*. As *selfies* são compartilhadas diariamente em redes sociais, como o facebook e instagram, acompanhadas de *hashtag* que anuncia o estilo da foto *#selfie*. Atualmente, esses autorretratos se destacam como um fenômeno de comunicação em massa. Ao compartilhar uma *selfie*, milhares de usuários ficam

a espera de *likes* ou curtidas, pois só assim a existência parece fazer sentido, é sinal de aprovação. Os feedbacks, tão aguardados pelos adolescentes, que se expressam através dos *likes* em cada *selfie*, possuem diversos significados, dentre eles um elogio que abre portas para que o jovem: se sinta aceito pelos amigos, conheça amigos de amigos, inicie uma paquera e receba um sinal de alguém especial (GUZZI, 2013). O sucesso e a intensidade dos *selfies* são traduzidos em números de *likes* e pelo significado que eles produzem.

As curtidas em cada *selfie* podem ter desdobramentos positivos no universo virtual dos jovens, principalmente por ser um indicador de popularidade, aceitação social (ainda que momentânea), reconhecimento e diversas outras “recompensas”. Por outro lado um *like* pode apresentar desvantagens. Uma solicitação de amizade consentida através de uma curtida pode trazer complicações para a vida do usuário, pois nem sempre quem está do outro lado possui boas intenções, podendo manifestar deliberadamente intolerâncias por determinadas características ou escolhas pessoais, sejam físicas, raciais, intelectuais ou sexuais. Essa condição aumenta a vulnerabilidade de jovens às violências *online*, como por exemplo o cyberbullying, uma das maiores preocupações em termos de riscos, violência e danos a crianças e adolescentes (GUZZI, 2013).

De acordo com Priolo et al (2009), os jovens muitas vezes usam as redes sociais virtuais para criar personagens, se atualizar sobre o que acontece na vida dos amigos virtuais, desmoralizar as pessoas e construir uma imagem de alta popularidade para conquistar novos contatos virtuais, manter os atuais e demonstrar poder.

O capítulo abaixo abordará o tema da agressão social proposta por Galen e Underwood (1997). Nele, encontra-se o detalhamento do comportamento agressivo a partir de práticas entendidas, por essas autoras, como agressões sociais. Como já dito, o foco desse trabalho reside no entendimento da agressão social entre pares nas redes sociais virtuais e sua relação com os mecanismos de desengajamento moral. Existem várias agressões que ocorrem no ambiente virtual. No entanto, para propósito deste trabalho, serão analisadas as agressões sociais entre pares nas redes sociais virtuais, baseado no detalhamento da figura 1 que se encontra no próximo capítulo.

4 AGRESSÃO SOCIAL

Durante décadas, a agressão humana tem sido alvo de inúmeras investigações pelas diversas abordagens psicológicas, resultando em uma grande variedade de formulações teóricas que tentam explicar como os humanos desenvolvem diferentes padrões de comportamento agressivo. No entanto, a preocupação das teorias psicológicas sobre o comportamento agressivo, até pouco tempo atrás, tinha como ponto central apenas a agressão física, comumente relacionada a meninos em idade escolar. Dessa forma, o estudo dos comportamentos danosos entre meninas, os não-físicos, foi por muito tempo ignorado sob a justificativa de que a agressão física era mais preocupante (FRY; GABRIEL, 1994; GALEN; UNDERWOOD, 1997; UNDERWOOD; PAQUETE, 1999, CRICK et al 1996).

Segundo Underwood (2003), ao longo da história, as definições de agressão física parecem encontrar apoio nas características de agressão propostas por pesquisadores, e que estão organizadas em quatro grupos: topográficos, antecedentes, consequências e julgamentos sociais. O primeiro grupo, topográfico, concentra-se em definições que consideram formas de comportamentos agressivos observáveis em detrimento da ocorrência de eventos anteriores.

As definições do segundo grupo contemplam os antecedentes do comportamento agressivo, ou seja, a agressão é motivada por um evento anterior como, por exemplo, a frustração. Já os teóricos do terceiro grupo ressaltam que o elemento chave do comportamento agressivo é o prejuízo que ele gera na vítima pessoa que é afetada. No último grupo, os pesquisadores destacam que uma ação só pode ser considerada agressiva quando envolve um julgamento social bastante complexo, exigindo que o observador considere no seu julgamento aspectos como: precursores do comportamento, contexto social, normas culturais entre outros (UNDERWOOD, 2003).

Comportamentos agressivos podem assumir uma variedade de formas: agressão física, insultos verbais, manipulação relacionamento e expressões não-verbais de desdém. Contudo, grande parte da pesquisa anterior sobre a agressão tem se concentrado em agressão física (UNDERWOOD; GALEN; PAQUETTE, 2001).

Com isso, nem sempre as pessoas agredem apenas por vias diretas e explícitas; Em muitos casos elas são capazes de usar sua influência social para prejudicar os outros. Meninas, por exemplo, para atingir seu objetivo de causar danos aos outros por um caminho diferente da agressão física, geralmente fazem uso de comportamentos mais sutis. É importante ressaltar que, das várias definições de agressão física propostas por diversos estudiosos, a mais aceita é a que leva em consideração os seguintes critérios: o comportamento deve ter a

intenção de ferir a vítima e ela deve sentir-se prejudicada. Estes critérios também são válidos para comportamentos agressivos de ordem não física, ou seja, aqueles menos evidentes, mas que ferem os outros por prejudicar suas amizades ou status social (GALEN; UNDERWOOD, 1997).

Ao considerar as formas de agressão, é importante notar que todas podem ser consideradas estratégias sociais que evoluíram para representar diferentes meios para prejudicar os outros (ARCHER; COYNE, 2005). Por exemplo, ao defender a importância das formas não físicas de agressão, Olweus (1996), um dos grandes representantes nos estudos sobre bullying, afirmou que ações negativas podem ser realizadas através do contato físico, por meio de palavras, ou de outras maneiras, tais como fazer caretas e gestos desagradáveis ou por exclusão intencional de um grupo.

Enquanto a agressão física envolve ações visíveis, tais como danos físicos, formas não física de agressão são considerados comportamentos destinados a causar danos sociais ou nos relacionamentos de amizade, através de formas abertas ou veladas por meio de fofocas, exclusão e espalhar boatos (ARCHER; COYNE, 2005).

Isto posto, durante a década de 60, muitos pesquisadores se debruçaram no estudo sobre formas de agressões que transcendem os limites da agressão física. Assim, termos diferentes foram empregados para descrever porque especialmente meninas procuravam prejudicar seus pares através da exclusão social, manipulação de amizade e fofocas maliciosas. Para isso, três categorias de agressões foram propostas: agressão indireta, agressão relacional e agressão social. Embora possa haver diferenças sutis, os construtos convergem nas seguintes características: causar danos aos outros, espalhar boatos e fofocas, excluir pessoas de grupos ou ignorá-las, quando realizadas de forma intencional (ARCHER; COYNE, 2005).

Agressão indireta, segundo Bjorkqvist, Osterman e Kaukiainen (1992), é considerada uma espécie de manipulação social onde o agressor, geralmente meninas, com o propósito de prejudicar a vítima, se utilizam intencionalmente de manipulação, ou fazem uso da estrutura social para chegar ao seu objetivo, sem necessariamente ter envolvimento direto na situação. Nesse caso o agressor passa despercebido, evita retaliação e geralmente usa uma terceira pessoa para esconder sua intenção agressiva. Em alguns atos de agressão indireta, a identidade do agressor é revelada como, por exemplo, quando ele ignora ou diz a alguém que eles não vão ser mais amigos a menos que a pessoa faça o que ele quer. Contudo, uma característica que parece definir a agressão indireta é o comportamento velado do agressor, onde a vítima desconhece sua identidade.

Quando, propositalmente, uma pessoa se utiliza da manipulação de relacionamento com a finalidade de causar danos aos seus pares por meio de atos danosos como, exclusão social, espalhar boatos difamatórios, ignorar alguém, prejudicar os outros em seus relacionamentos de amizade ou com relação aos sentimentos de aceitação no grupo, temos a agressão relacional. A agressão relacional pode ser representada através das seguintes situações: uma pessoa diz a outra que vai parar de gostar dela se ela não obedecer seus comandos; excluir certas pessoas de atividades em grupo (CRICK; GROTPETER, 1995).

A última e mais ampla das categorias de agressão, é a agressão social. A agressão social começou a ser investigada por Cairns e colaboradores em 1989, e vem se expandindo com os estudos de Galen e Underwood. Segundo Galen e Underwood (1997), a agressão social é definida como uma classe de comportamentos adotados por uma pessoa que tenha a intenção de prejudicar a autoestima, o status social e as relações de amizade de outras pessoas. Esses comportamentos incluem formas diretas como rejeição social, expressões faciais negativas etc., ou formas indiretas como rumores, boatos maldosos e exclusão social etc. Essas formas diretas e indiretas serão detalhadas mais tarde.

A adoção do termo agressão social, segundo Underwood (2003) deve-se a três fatores. O primeiro se refere ao fato de ser o que melhor descreve a classe de comportamentos que possuem a mesma função na interação social quando o objetivo é ferir a vítima através do prejuízo causado a sua autoestima ou posição social. Segundo porque é a única categoria de comportamentos agressivos que envolve comportamentos não-verbais de exclusão social (direto e indireto). Por último, porque essa categoria de agressão parece permitir formas explícitas e dissimuladas de manipulação de relacionamento. Resumindo, a construção da agressão social, inclui formas verbais e não-verbais exclusão social, e reconhece que a exclusão, fofocas e manipulação amizade podem assumir formas diretas e indiretas.

É importante ressaltar que a definição de agressão social não está baseada no modo através do qual ela se expressa, mas sim sobre como a função desses comportamentos podem ser úteis para o agressor e para o grupo de pares (PAQUETE; UNDERWOOD, 1999).

4.1 Organização da agressão social

Com a expansão de trabalhos acerca da agressão entre meninas, Marion Underwood (2003) traz, através de seu livro "*Social aggression among girls*", grandes contribuições para o entendimento da agressão social no gênero feminino por meio de pesquisas empíricas que expandem e integram os trabalhos anteriores nessa área. Nesse

sentido, a autora estruturou uma tipologia mais ampla de comportamentos agressivos baseada na diferença entre agressão social, agressão física e agressão verbal. Na figura 1, Underwood (2003) apresenta a organização da estrutura que constitui a agressão social composta por três níveis de subtipos de agressão.

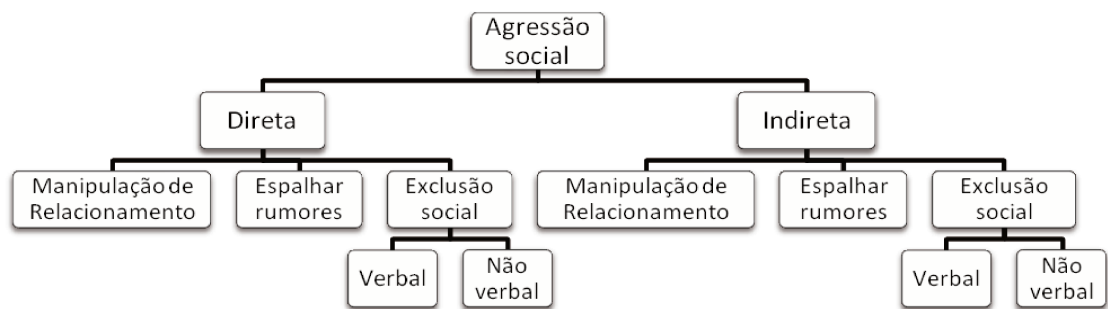


Fig 1. Formas de comportamento agressivo
 Fonte: Underwood, 2003, p.30 (adaptado)

O primeiro nível é caracterizado por meio de duas formas de comportamento agressivo: a direta e a indireta. A distinção dessas duas formas de comportamento socialmente agressivo é o elemento central para o entendimento de seus subtipos. Na **agressão social direta**, a ação agressiva é realizada face-a-face: o agressor não deseja esconder sua identidade da vítima. Na forma direta o agressor se utiliza de estratégias como a rejeição social, expressões faciais negativas e através dos movimentos do corpo para atingir seu alvo. Ao contrário, na **agressão social indireta**, o agressor se utiliza de caminhos tortuosos para praticar a agressão, ou se utiliza de um terceiro; Nesse caso a vítima não sabe quem é o agressor. A agressão social indireta pode ser exemplificada quando uma pessoa é surpreendida ao saber que um rumor está sendo espalhado envolvendo seu nome. Nesse caso, a vítima tem ciência que o rumor foi espalhado, mas desconhece quem o iniciou (FITZPATRICK; BUSSEY, 2011).

No segundo nível, as agressões sociais diretas e indiretas podem ocorrer por meio de manipulação do relacionamento, espalhar rumores caluniosos e exclusão social. A agressão social direta na forma de manipulação de relacionamento ocorre sempre que o agressor tenta manipular a vítima, ameaçando romper a amizade com ela caso não faça o que lhe foi solicitado. Esse tipo de agressão assume a forma indireta quando o agressor se utiliza de uma terceira pessoa para causar danos às relações de amizade da vítima. Espalhar rumores diretamente consiste em propagar boatos maldosos e fofocas sobre uma pessoa, com a

finalidade de prejudicar seu status social, autoestima ou relacionamentos de amizade, sem a intenção de esconder a identidade. Já espalhar rumores de forma indireta faz com que o agressor recorra a estratégias que oculte sua identidade e esconda seu verdadeiro objetivo como, por exemplo, espalhar informações prejudiciais secretamente sobre uma pessoa, sob o pretexto de ajudá-la (UNDERWOOD, 2003).

O terceiro nível das agressões sociais diretas e indiretas contempla a exclusão social que se divide em verbal ou não-verbal. A exclusão social verbal direta e indireta pode ser exemplificada, respectivamente, quando o agressor diz diretamente a uma determinada pessoa que não deseja a sua presença na sua festa de aniversário e, quando esse desejo é comunicado a terceiros mas chega a vítima fazendo com que ela se sinta excluída do evento. Logo, a exclusão social não-verbal direta pode ocorrer quando uma pessoa expressa diretamente nojo ou desprezo por outra, usando expressões faciais de desdém com relação a ela. Na exclusão social não-verbal indireta o agressor expressa comportamentos a terceiros, de forma que a vítima não perceba, na intenção deles (terceiros) a excluírem como, por exemplo, trocar olhares por trás de uma pessoa, enquanto um amigo conversa com ela, demonstrando desprezo as suas opiniões (UNDERWOOD, 2003).

Evidências sugerem que a agressão social em suas formas não-verbais são percebidas por pré-adolescentes com mais frequência do que as formas verbais, e por sua vez igualmente dolorosas (PAQUETTE; UNDERWOOD, 1999). Segundo Underwood (2004), agredir através de formas não-verbais de exclusão social pode ser um recurso poderoso e eficaz para meninas, primeiro, porque é uma estratégia eficiente para prejudicar alguém com relativamente poucas consequências sociais. Muitas vezes esse tipo de agressão pode ser praticada por trás das costas da vítima e longe da supervisão dos adultos, e, mesmo quando os agressores são capturados, não há punição. Segundo, porque é uma das maneiras mais vantajosas de exercer poder em determinadas situações. Terceiro, porque os seus relacionamentos envolvem altos níveis de intimidade e exposição, sendo assim, indicadores ainda que sutis de exclusão social não-verbal são ameaçadores. Quarto, porque embora desejem defender sua popularidade com outras meninas, elas temem ser consideradas como pessoas esnobes, preferindo manter a imagem de boazinhas.

O eixo central que norteou os estudos de Underwood, especialmente em seu livro, acima citado, foi conhecer como se expressa a agressão entre meninas, já que muitos estudos apontam que a agressão física é mais frequente entre meninos. Ao longo de sua investigação, Underwood (2003) examinou como meninas são socializadas para expressar raiva e se

manterem honestas e boazinhas da infância até a adolescência. Assim, a explicação sobre a agressão social parece ser um caminho viável para clarificar esse dilema.

Para Underwood (2003), meninas e meninos expressam suas emoções de maneiras diferentes. Por isso, esses dois aspectos, regulação da emoção e sexo, devem ser considerados na compreensão da agressão social, já que a agressão, independente da sua forma de expressão é um fenômeno diretamente ligado a experiência afetiva. Como a expressão da raiva é regulada pelas emoções, geralmente meninas, no intuito de preservar uma autoimagem positiva, agridem seus pares prejudicando suas relações de amizade e posição social. Essas formas menos evidentes de magoar são altamente eficazes em ferir os pares, e parecem ter baixa probabilidade de punição.

Pesquisas têm revelado que meninas podem usar com mais frequência agressão social porque suas amizades, especialmente quando crianças, geralmente estão segregadas por sexo, ocorrem em grupos menores e tem caráter de exclusividade maior do que a amizade entre meninos. Assim, meninas podem investir muito mais suas emoções em seu status social e em suas amizades do que meninos. A amizade entre meninas, em comparação com a amizade entre meninos, frequentemente é caracterizada por um grau mais elevado de intimidade, onde comumente compartilham suas vidas íntimas e por isso expressam maior preocupação sobre a fidelidade de seus amigos, e temem ser rejeitadas por eles. Portanto, as meninas podem usar com mais frequência a agressão social, porque ela prejudica o que mais lhes diz respeito: às suas relações com seus pares, a maioria do mesmo sexo (BERNDT, 1982; LAGERSPETZ, BJORKQVIST, PELTONEN, 1988; DANIELS-BEIRNESS, 1989; MACCOBY, 1990, CRICK; GROTPETER, 1995).

De acordo com Underwood (2004), o fato da agressão social ser mais comum entre meninas talvez seja justificado pela diferença na forma como se desenvolvem os processos sociais para meninas e meninos. O desenvolvimento de intervenções que sejam eficazes em ajudar crianças a evitarem magoar seus pares utilizando a exclusão social baseia-se numa melhor compreensão dos processos sociais de meninas e meninos sobre agressão social.

A agressão social é geralmente usada quando formas mais diretas como a agressão física são proibidas e podem gerar danos a várias áreas da vida de uma pessoa, especialmente na relacional. Ao ser exposta a situações de constantes ameaças à sua autoestima e status social, a vítima pode ter dificuldade na formação de vínculos futuros, amizade e no campo amoroso, uma vez que a confiança no outro fica prejudicada. Vítimas de agressão social também podem ter baixa autopercepção sobre sua competência acadêmica e insegurança com a aparência física (PAQUETE; UNDERWOOD, 1999).

É possível que as mudanças que ocorrem durante o desenvolvimento, especialmente da puberdade até meados da adolescência, assim como um maior envolvimento em amizades com o sexo oposto e em relacionamentos românticos, forneçam contextos adicionais para o uso de comportamentos socialmente agressivos, particularmente entre meninas mais velhas (FITZPATRICK; BUSSEY, 2011).

Embora os estudos de Underwood (2003) tenham evidenciado a expressão da agressão social no gênero feminino, no decorrer de suas investigações ela destaca que meninos não podem ser excluídos de participarem de agressões do tipo “não física”. Deve-se considerar, para um melhor entendimento sobre qual gênero se engaja mais em determinado tipo de comportamento agressivo, a diferença no desenvolvimento dos processos sociais que envolvem meninos e meninas, e o significado desses comportamentos para cada gênero. É válido ressaltar que os esforços de Underwood em entender porque meninas se envolvem mais em agressão social e meninos em agressão física não são influenciados por estereótipos de gênero. Para ela, conclusões precipitadas sobre gênero e agressão podem subestimar tanto meninos como meninas. As diferenças de gênero em agressão social merecem, como afirma a própria autora, um estudo minuciosamente cuidadoso.

4.2 Agressão social entre pares nas redes sociais virtuais

Os estudos que vêm sendo realizados a nível internacional e que fazem uso do conceito de agressão social e da forma como ela está organizada, geralmente estão limitados à agressão presencial ou face-a-face entre pares. Pesquisas realizadas em diversas bases de dados (nacionais e internacionais) não indicam claramente a presença de investigações abordando a agressão social proposta por Galen e Underwood (1997) em ambientes virtuais.

A internet permitiu a ampliação das redes sociais e a participação de centenas de pessoas ao mundo digital, o que facilitou a expansão de inúmeras possibilidades de manifestação de atos agressivos no espaço virtual. Atos agressivos tanto presenciais como virtuais entre jovens no espaço escolar é um fenômeno frequente e preocupante, que indubitavelmente acarreta uma série de prejuízos para todos os envolvidos. Atualmente, observa-se que incalculáveis manifestações de caráter agressivo são realizadas através dos meios eletrônicos de comunicação e interação (WENDT; LISBOA, 2013).

Assim como no pátio da escola, adolescentes se deparam frequentemente com comportamentos agressivos no ambiente virtual, principalmente quando passam a maior parte de suas vidas *online*. A probabilidade que um adolescente venha a se envolver em uma

agressão virtual, seja como vítima, agressor ou espectador aumenta de acordo com o tempo que ele passa conectado. Embora não haja uma mudança fundamental nos atos agressivos que estão ocorrendo no mundo virtual, quando comparado àqueles que ocorrem presencialmente, há diferenças na maneira como o impacto é experimentado pela pessoa atacada bem como por aqueles que observam sua ocorrência (PALFREY; GASSER, 2011).

De fato, é um desafio realizar uma investigação que conduza para o meio virtual tanto o conceito de agressão social como a maneira como ela está organizada, tendo em vista a vasta quantidade de conceitos e tipologias para as agressões que ocorrem no meio *online*, através das novas tecnologias da informação e comunicação (TICS), as conhecidas cyber agressões e sua notável complexidade.

A cyber agressão diz respeito a um leque de atos que incluem todas as formas de violência realizadas no espaço virtual, através da manifestação de comportamentos agressivos intencionais que visam prejudicar o outro (ameaçar um colega, espalhar um boato) por meio de tecnologias da informação e comunicação. A cyber agressão pode se manifestar através de um único ato agressivo e pode envolver uma troca recíproca de ameaças ou insultos entre dois ou mais indivíduos, sem que necessariamente os envolvidos estejam em situação de desequilíbrio de poder (DEMPSEY et al, 2011).

Existem várias formas de cyber agressão, como o Cyberharassment (cyber assédio: tradução livre), o Cyberstalking (cyber perseguição: tradução livre) que segundo Pereira e Matos (2015), é uma forma especial de cyberassédio e o cyberbullying. O que parece distinguir o cyberassédio do cyberbullying é que, no primeiro caso, não há desequilíbrio de poder entre os envolvidos, ou seja, pode não estar limitado a ocorrer entre pares, já no cyberbullying as agressões ocorrem entre pares (DEMPSEY et al, 2011).

Como este estudo, propõe-se investigar as agressões sociais que ocorrem entre pares nas redes sociais virtuais. É interessante fazer algumas considerações acerca de um tipo especial de cyberagressão, que tem despertado o interesse de vários pesquisadores, tanto a nível nacional quanto internacional, nos últimos anos: o Cyberbullying. Para isso, pretende-se unir esforços para indicar as semelhanças e possíveis diferenças sobre os dois fenômenos.

Começemos pelas definições. Existem diversas definições para cyberbullying. Aqui concorda-se com a definição proposta por Avilés (2009, 2013) que parece ser uma das mais completas atualmente. Segundo Avilés (2009, 2013), o **cyberbullying** consiste na prática de atos agressivos entre iguais como: intimidação, perseguição, ameaças, difamação, exclusão, difusão de fofocas ou rumores etc., praticados através das novas tecnologias da

informação e comunicação, em espaços virtuais, direcionados a pessoas do grupo de convivência do agressor, de forma intencional e reiterada¹, com o objetivo de causar prejuízo social, psicológico e pessoal para a vítima. Como já foi mencionado, a agressão social entre pares nas redes sociais virtuais é um tema que, aparentemente, ainda não foi investigado levando em consideração a organização proposta por Galen e Underwood (1997) e por isso ainda não foi conceituado.

Todavia, levando em consideração a definição tradicional, a **agressão social entre pares nas redes sociais virtuais** pode ser entendida como a prática de comportamentos agressivos (diretos ou indiretos de manipulação de relacionamento, espalhar rumores e exclusão social (verbal ou não-verbal)) adotados por uma pessoa, com intenção de prejudicar seus pares em seus relacionamentos de amizade, status social ou auto-estima, através de dispositivos móveis (ex.: tablets, I pads, I phones, smatphones, notebooks, netbooks) ou computadores fixos conectados à internet (especificamente aos sites de redes sociais). Quando a agressão é direta, o agressor não deseja esconder sua identidade da vítima. Ao contrário, na agressão social indireta, o agressor se utiliza de caminhos tortuosos para praticar a agressão, ou se utiliza de um terceiro, nesse caso a vítima não sabe quem é o agressor.

A semelhança desses dois conceitos consiste nas seguintes características: intencionalidade dos atos agressivos, agressão ser direcionada aos pares, prática da agressão através das novas tecnologias da informação e comunicação em espaços virtuais e objetivos. Com relação aos objetivos dos comportamentos agressivos, parece haver certa similaridade nos termos que provavelmente estão sendo usados com palavras diferentes “causar prejuízo social (prejudicar os relacionamentos de amizade e status social), psicológico (prejudicar a autoestima) e pessoal”.

As possíveis diferenças são marcadas pela questão da repetitividade (nem sempre necessária) e da forma como esses atos estão organizados. No cyberbullying proposto por Avilés (2013) é possível, mas não necessário, que o comportamento agressivo seja reiterado, já na agressão social entre pares nas redes sociais virtuais não há necessidade da repetição. No que tange a organização das formas de agressão virtual, parece haver diferenças no modo como elas estão organizadas. Na agressão social, fica claro que existem comportamentos

Muitos pesquisadores (Smith, 2013; Tognetta; Bozza 2010; Law et al 2011; Berguer et al, 2011; Del Barrio, 2013), incluindo o próprio Avilés (2010) concordam que o critério de repetição nem sempre é necessário para que ocorra cyberbullying, pois um único ato pode em poucos segundos se propagar pela web, e facilmente ser disseminado por outras pessoas, que não o agressor inicial, podendo ser experimentado muitas vezes pela vítima, adquirindo caráter de permanência.

diretos e indiretos de manipulação de comportamento, espalhar rumores e exclusão social (verbal e não verbal).

No cyberbullying, é quase unânime entre os pesquisadores, a percepção de que se trata de agressões indiretas, ou seja, o agressor deseja ficar no anonimato. O agressor pode recorrer ao anonimato, deixando a vítima sem possibilidades de identificá-lo. Avilés (2012, apud Tognetta e Bozza, 2012) revela que por se tratar de uma forma indireta de agressão o cyberbullying favorece o aparecimento de agressores indiretos que buscam certa segurança na hora de atacar, inclusive aqueles que não o fariam numa situação cara a cara. De acordo com Willard (2007), esse anonimato contribui para desinibição do comportamento dos agressores, gerando uma tendência a não responsabilização pelos seus atos, dando assim uma “falsa” sensação de liberdade proveniente da possibilidade de suas ações não serem punidas. É falsa, porque todo computador utiliza um código de IP, que por sua vez pode ser rastreado, embora com muita dificuldade, deixando o agressor com uma falsa sensação de anonimato.

A possibilidade do anonimato oferecida pelo espaço virtual, a facilidade de racionalizar o comportamento agressivo e o fato de não ver as reações da pessoa que acabou de ferir são condições que encorajam muitas pessoas a agir agressivamente (PALFREY; GASSER, 2011).

Dessa forma, parece que o cyberbullying aproxima-se da agressão social em sua forma indireta, onde o agressor não deseja ser identificado. Todavia, é possível observar que muitos tipos de agressões fazem parte dos dois fenômenos, independente da forma como estão organizadas.

A opinião dos pesquisadores ainda não é comum no que se refere aos diferentes tipos de *cyberbullying*. Willard (2007) descreveu uma tipologia que classifica o cyberbullying em vários tipos de agressões, executadas através das tecnologias da informação e comunicação com a utilização de internet. A lista de termos e definições a seguir foi desenvolvida para melhor delinear os diferentes tipos de cyberbullying. As formas apresentadas abaixo fazem parte tanto das cyberagressões quanto do cyberbullying. O que irá distinguir são as características que ambos os fenômenos possuem. Segundo Willard (2007), o cyberbullying pode assumir diferentes formas:

- *Flaming* (tradução livre: lutas *online*): é uma discussão de curta duração que ocorre entre duas ou mais pessoas, que geralmente são bem equilibradas em termos de poder social, através de mensagens eletrônicas com linguagem ofensiva, rude e vulgar, insultos, e às vezes ameaças. Uma sequência de tais mensagens é chamada de "guerra de insultos".

- *Harassment* (tradução livre: assédio): é o envio repetido de mensagens ofensivas para uma pessoa em particular. Tais mensagens são enviadas diretamente para os canais de comunicação pessoal da vítima, incluindo email, mensagens instantâneas e mensagens de texto. O assédio também pode ser publicado em contextos públicos. O que distingue o assédio do *flaming* é a unilateralidade, pois em situações de assédio virtual, existe apenas um protagonista (agressor), enquanto o alvo tenta incessantemente parar a comunicação. Na tentativa de acabar com o assédio, a vítima pode revidar a agressão enviando mensagens com linguagem ofensiva, rude e vulgar.
- *Denigration* (tradução livre: difamação): É o envio de conteúdo falso, cruel e prejudicial sobre uma determinada pessoa com o objetivo de denegrir sua reputação e imagem e prejudicar suas amizades. As atividades mais adotadas pelos difamadores são o envio de fotos, vídeos e mensagens com boatos maldosos e rumores. Na difamação, o agressor busca atingir seu objetivo (prejudicar a vítima) através do envio de material maldoso para grupos de pessoas que convivem diretamente ou indiretamente com a vítima.
- *Impersonation* (tradução livre: representação): Ocorre quando alguém se passa por outra pessoa, em qualquer tipo de comunicação *online*, publicando ou enviando materiais (fotos, vídeos etc) e informações sobre esta pessoa visando colocá-la situação de perigo, ou com má reputação perante os amigos.
- *Outing* (tradução livre: violação de intimidade): Ocorre quando alguém publica, envia ou encaminha comunicações ou imagens pessoais de outra pessoa que contenha informações secretas sobre ela. É espalhar *online* os segredos de uma pessoa. Uma forma bastante comum de *outing* ocorre quando uma pessoa mal-intencionada recebe um email com informações secretas sobre outra pessoa e em seguida compartilha com outros indivíduos.
- *Trickery* (tradução livre: enganação): É considerada parte do *outing*. Acontece quando uma pessoa é enganada por um agressor virtual e acaba enviando informações íntimas sob algum pretexto. Este, por sua vez, divulga as informações a terceiros ou usa como uma fonte de ameaças.
- *Exclusion* (exclusão): Acontece quando uma pessoa é excluída intencionalmente de um grupo *online* do qual faz parte. A exclusão pode ocorrer em qualquer ambiente de comunicação *online* protegido por senha. O impacto emocional da exclusão pode ser intenso, principalmente quando ela acontece no contexto das mensagens instantâneas. Um adolescente que é excluído claramente de um grupo de whatsapp, por exemplo, pode se interpretar a exclusão como uma rejeição definitiva.

- *Cyberstalking* (perseguição): é o envio repetido de mensagens intimidadoras, incluindo ameaças, que provocam na vítima medo expressivo. Os perseguidores têm como objetivo destruir as relações de amizade da vítima ou acabar com sua reputação. O que distingue o “cyberstalking” do “harassment”, provavelmente é o fato da vítima, no primeiro caso temer por sua segurança física e seu bem-estar.

Além dos tipos de cyberbullying acima descritos por Willard (2007), existem outras formas não tipificadas pela autora. Trata-se do “Happy Slaping”, “Slambook” e “Sexting”. Abaixo se encontra a descrição de cada dessas formas de agressão *online*, segundo Avilés (2013):

- “*Happy Slaping*” (gravar brigas e agressões): consiste na gravação de vídeos de brigas envolvendo um alvo específico. A gravação é planejada por um grupo de jovens, que, ao escolherem uma vítima, criam uma situação de agressão física enquanto outras pessoas do grupo filmam a cena para depois postam na internet com o objetivo de humilhá-la física e socialmente.
- “*Slambook*”: é a criação de espaços virtuais como blogs, sites, comunidades em redes sociais, com o objetivo de denegrir a imagem de uma determinada pessoa e espalhar boatos maldosos sobre ela.
- “*Sexting*”: consiste no envio de material (fotos ou vídeos) que a própria pessoa produz ou que é recebida de outras pessoas. Esse material possui conteúdo sexual, podendo, quem envia, aparecer nele ou não. A difusão desse tipo de material tem um grande alcance entre os usuários de internet. A finalidade desse tipo de material não é a obtenção de algum tipo de benefício sexual, e sim prejudicar a vítima.

Diante do que foi exposto e entendendo o cyberbullying conforme conceituado por Avilés (2009, 2013), possivelmente a agressão social entre pares nas redes sociais virtuais representa uma parte das agressões de cyberbullying. Nessas condições o cyberbullying pode ser considerado agressão social. Isso fica mais claro em situações indiretas de agressão virtual, contempladas tanto na caracterização do cyberbullying quanto na organização de agressão social. Para ficar mais claro, o cyberbullying compreende um universo bem maior de comportamentos agressivos, sendo as formas de agressão social entre pares escolares nas redes sociais virtuais apenas uma fração desses comportamentos. É interessante reiterar que a investigação dessas formas de comportamentos agressivos propostos pela agressão social constitui-se um desafio, onde nem sempre é possível identificá-los claramente, devido a complexidade que envolve o fenômeno.

Finalizando, é importante ressaltar que a Agressão social não é um fenômeno explicado pela Teoria Social Cognitiva proposta por Bandura. Na definição de agressão social cunhada por Galen e Underwood (1997), para que um comportamento possa ser considerado agressivo, é necessário que ele seja intencional. Do ponto de vista do que foi apresentado, assume-se a intencionalidade da definição de Galen e Underwood. No entanto olha-se para os demais aspectos para discutir o comportamento agressivo do ponto de vista da Teoria Social Cognitiva.

Um dos grandes desafios na definição de agressão reside no fato de se considerar ou não a intencionalidade do ato agressivo. Nesse sentido, Bandura (1978) defende que uma definição que considera apenas a intencionalidade torna-se limitada, pois assume que a agressão serve apenas a uma única finalidade: causar prejuízos. Para ele, se a única finalidade da agressão é apenas prejudicar os outros, uma grande parte das atividades humanas que normalmente são julgadas agressivas, sobretudo as várias formas de agressão interpessoal, não seriam assim consideradas.

É válido destacar que embora Galen e Underwood (1997) assumam a intencionalidade no conceito de agressão, é importante destacar que em estudos posteriores, Underwood, Galen, e Paquette (2001) reconheceram a dificuldade em definir operacionalmente agressão, pois nem sempre as intenções de um agressor, nem a percepção dos danos pela vítima podem ser diretamente observado.

Desta forma, para ampliar a discussão sobre a agressão social, o próximo capítulo discute pontos relevantes no que tange a agressão, abordando a agressão numa perspectiva que supera a questão da intencionalidade de acordo com a Teoria Social Cognitiva.

5 UMA LEITURA SÓCIO-COGNITIVA DA AGRESSÃO

Este capítulo discute alguns aspectos relacionados à agressão e as justificativas para cometer atos agressivos, através da ótica da Teoria Social Cognitiva proposta por Albert Bandura. Na literatura, é possível observar que a agressão é um fenômeno que tem sido investigado sob diversos aspectos, e em diversas áreas do conhecimento, tais como sociologia, educação e nas várias abordagens da psicologia. Assim, ela pode ser percebida de diferentes maneiras, dependendo da orientação teórica. Neste trabalho, usaremos a leitura da teoria social da agressão desenvolvida por Albert Bandura para alargarmos nosso campo de compreensão sobre o fenômeno.

Um dos primeiros assuntos que despertou o interesse de Bandura foi a agressão humana. Esse tema ganhou maior repercussão durante a década de 60, época em que Bandura se debruçou sobre o estudo das questões que permeiam o fenômeno da agressão. Em uma importante série de experimentos, Bandura demonstrou como crianças aprendem comportamentos agressivos. Esses estudos, que serão mencionados em outro momento, demonstraram que crianças imitavam com muita facilidade o comportamento agressivo exibido por modelos adultos na presença dos mesmos (Bandura, 1961). Mas, afinal, o que é agressão?

De acordo com Bandura (1978), a agressão é caracterizada por ser um fenômeno multifacetado e multideterminado servindo a vários propósitos (alcançar status, poder etc). Por isso, é embaraçoso afirmar que o único propósito do comportamento agressivo é causar dano ao outro. Desse modo, é importante considerar que geralmente as pessoas recorrem frequentemente à agressão para atingir resultados desejados e não necessariamente para gerar sofrimento a outras pessoas. Nesse caso, elas veem na agressão o único caminho para atingir seus objetivos, e o sofrimento que causam aos outros é consequência secundária.

Um ponto interessante a ser destacado é que nem sempre todos os atos ofensivos e destruidores são julgados agressivos. Apesar do prejuízo causado ao outro ou ao patrimônio ser considerado o principal elemento na definição da agressão, um comportamento só poderá ser rotulado como agressivo quando existir julgamentos subjetivos de intenções e causalidade, ou seja, se foi intencional ou acidental. Dessa forma um único ato pode ser rotulado como agressivo ou não, dependendo, entre outros fatores, do sexo, idade, nível socioeconômico e etnia da pessoa que age agressivamente, bem como da interpretação dos rotuladores segundo seus valores (BANDURA, 1976).

O comportamento agressivo geralmente tem funcionalidade apenas para quem o comete. Isso acontece porque a agressão, diferente de outros comportamentos sociais, não exige reciprocidade para o seu sucesso. Nesse caso, uma pessoa pode provocar danos à vítima, independente da sua aprovação. Através do comportamento agressivo, as pessoas podem obter recursos valiosos como, por exemplo, alterar regras para satisfazer seus próprios desejos, exercer controle sobre os outros (tornando-os seus servos), eliminar condições que afete negativamente seu bem-estar e excluir barreiras que possam interferir a realização de seus desejos (BANDURA, 1978).

Embora muitas pesquisas com base em diversas orientações teóricas tentem explicar a agressão, para Bandura (1976), uma teoria sobre a agressão só é considerada completa quando explica três aspectos: como os padrões de comportamento agressivo são desenvolvidos, o que leva as pessoas a se comportarem de forma agressiva e o que sustenta tais ações depois de terem sido iniciadas.

5.1 Como desenvolvemos, instigamos e mantemos padrões de comportamentos agressivos?

Primeiramente Bandura (1976) considera que ninguém nasce com repertórios pré-formados de comportamentos agressivos e fica a espera de condições ideais para que eles possam se manifestar. Ao contrário, as pessoas podem desenvolver comportamentos agressivos por meio da aprendizagem por observação e experiência direta. Praticamente, todo o aprendizado adquirido através da experiência direta pode ocorrer através da observação do comportamento dos outros e suas consequências. A maioria dos comportamentos, agressivos ou não, são aprendidos através da aprendizagem observacional. Assim, ao observar o comportamento dos outros, uma pessoa pode aprender como o comportamento pode ser realizado, e em situações futuras a representação do comportamento pode servir como um guia para a ação.

É importante lembrar que a exposição a modelos agressivos não garante que um indivíduo aprenda por observação. Isso acontece, dentre outros fatores, porque muitas pessoas não conseguem observar as características essenciais do comportamento do modelo ou não conseguem memorizá-lo. A influência da exposição ao modelo agressivo para aprendizagem por observação só é considerada efetiva se o aprendiz consegue representar cognitivamente imagens, palavras ou alguma outra forma simbólica do ato agressivo. O ensaio mental

também é outro meio de manter na memória o que foi aprendido através da observação (BANDURA, 1976).

As pessoas podem adotar estilos de comportamentos agressivos por meio de três fontes consideradas fundamentais para a aprendizagem da agressão. A primeira delas se refere às aprendizagens adquiridas através das relações familiares. O comportamento agressivo pode ser modelado e reforçado através das relações que estabelecemos com nossos familiares, especialmente os mais próximos. Filhos que observam seus pais resolverem problemas agindo agressivamente tendem a usar estratégias de resolução de problemas agressivas em situações semelhantes ao lidar com outras pessoas (BANDURA, 1978).

A segunda fonte de aprendizagem de comportamentos agressivos diz respeito às interações que as pessoas estabelecem com os grupos nos quais se desenvolvem, e com a qual mantém contato constantemente. Segundo Bandura (1978), algumas comunidades são espaços considerados agressivos, principalmente quando a habilidade de combate dos modelos agressivos é um atributo valorizado, conferindo um forte valor de status à agressão. A terceira fonte é a modelagem simbólica proporcionada pelos meios de comunicação, principalmente o televisivo. A televisão é um meio de comunicação onde facilmente uma criança em desenvolvimento, e também adultos, encontram vários modelos agressivos disponíveis, podendo aprender com eles uma variedade enorme de comportamentos agressivos dentro de suas próprias casas.

É importante salientar que a Teoria da aprendizagem social destaca a diferença entre a aquisição de comportamentos agressivos e os fatores que irão determinar se uma pessoa irá ou não colocar em prática aquilo que aprendeu. A explicação para isso reside no fato de que nem sempre executamos tudo aquilo que aprendemos. Nesse sentido, as pessoas podem perfeitamente aprender e possuir a capacidade para praticar atos agressivos. Contudo, nem sempre as pessoas manifestam os comportamentos que aprenderam, principalmente se ele não possuir nenhum valor funcional para elas (BANDURA, 1976).

Segundo Bandura (1978) o comportamento agressivo possui vários instigadores. Para ele, uma forma eficaz que leva as pessoas a agirem agressivamente é ver outras cometendo agressão. Isso se torna mais forte quando as pessoas estão em contato constante com modelos agressivos. Outra forma instigadora de comportamentos agressivos são situações em que as pessoas são tratadas violentamente através de agressões físicas, ameaças verbais e insultos etc. A agressão nesse caso pode assumir a função de defesa.

O comportamento agressivo também pode ser instigado através das pressões de uma figura que representa autoridade. Nesse caso, as pessoas são instruídas a praticarem atos

agressivos mesmo sem sua vontade. Esse tipo de comportamento obediente pode ter relação com a forma como a maioria dos seres humanos foram educados. Em muitos lugares do mundo as pessoas foram treinadas a obedecer às autoridades institucionais, de preferência sem questioná-las. Na escola, por exemplo, obedecemos os professores, na rua, os policiais, e no trabalho, os chefes. Dessa forma não causa estranheza destacar que muitas agressões são instigadas e justificadas pelas ordens percebidas.

O que mantém ou sustenta o comportamento agressivo após ter sido iniciado é a terceira principal formulação de aprendizagem social da agressão. Estudos psicológicos discutem que o comportamento humano é altamente controlado por suas consequências, e não seria diferente com o comportamento agressivo. A Teoria da aprendizagem social especifica três formas de controle que reforçam e mantém o comportamento agressivo: influência do reforço externo direto, reforço vicário e autorreforço (BANDURA, 1978).

No reforço externo direto, a agressão é altamente influenciada pelas várias formas de consequências diretas. Assim, as recompensas extrínsecas assumem uma especial importância nas agressões interpessoais. Ao se envolver em algum tipo de conflito, uma pessoa está, de alguma maneira, propensa a sofrer algum tipo de lesão, ainda que possa vencer seus adversários. No reforço externo direto existem quatro subtipos de situações que sustentam o comportamento agressivo: recompensas tangíveis, recompensas sociais e status, manifestação de prejuízo e alívio de tratamento aversivo.

A agressão é um meio eficaz para garantir recompensas tangíveis. Geralmente, ações agressivas são utilizadas por pessoas que não possuem melhores alternativas para atingir um determinado objetivo. A prevalência do comportamento agressivo pode ser explicada pelo elevado nível de reforço positivo, uma vez que a consequência de muitos atos agressivos gera resultados gratificantes de ordem não-material. Outras formas de agressão são mantidas por consequências materiais (BANDURA, 1976). Quais são essas por consequências materiais?

Muitos estilos de comportamento agressivo se mantêm porque ganham força através da aprovação por recompensas sociais e de status. Dessa forma, é comum o que comportamento agressivo aumente quando o autor é elogiado por manifestá-lo. A aprovação social da agressão tem o poder não apenas de aumentar as respostas agressivas, como também de facilitar com que o agressor amplie seu repertório de comportamento agressivo. No que se refere à recompensas de status, o desempenho do comportamento agressivo é altamente valorizado, conferindo ao agressor uma posição social com vários benefícios. Contudo, os benefícios sociais e materiais conquistados são perdidos quando há falha no desempenho do

comportamento agressivo, ficando a recompensa específica esperada limitada e sem importância (BANDURA, 1983).

Geralmente, tratamentos humilhantes e dolorosos são considerados formas defensivas de agressão e são reforçados por meio da redução da dor. Assim, a agressão defensiva é mantida mais por consequências previsíveis do que por seus efeitos imediatos. Por isso as pessoas vão suportar a dor das retaliações sobre a expectativa de que seu esforço remova as condições nocivas. Ser vítima de agressão física, para algumas pessoas, é uma condição menos angustiante do que ser vítima de repetida zombaria social (BANDURA, 1978).

As expressões de lesões são sinais de que o comportamento agressivo gerou sofrimento à vítima. O agressor, ao perceber a dor da vítima, enaltece sua autoestima e a agressão é interpretada satisfatoriamente. Contudo, uma visão oposta releva que os sinais de sofrimento normalmente funcionam como inibidores, e não como reforçadores positivos do comportamento agressivo. Numa situação de assalto, por exemplo, os assaltantes podem exibir condutas menos agressivas quando a vítima expressa gritos angustiantes (BANDURA, 1983).

Um outro tipo de reforço que mantém o comportamento agressivo é o reforço vicário. Nesse tipo de reforço, as pessoas observam as ações dos outros bem como as ocasiões em que serão recompensadas, ignoradas ou punidas. Quando a agressão é recompensada, aumenta a probabilidade do observador se comportar de maneira agressiva, todavia, quando observam ações agressivas sendo punidas, as chances de se comportar da mesma maneira diminui. O Reforço vicário produz vários efeitos no comportamento. Ver o sucesso dos outros pode ser um motivador para despertar nos observadores expectativas de que eles podem se beneficiar de recompensas semelhantes ao desempenharem performances parecidas. Outro ponto importante é que a valorização de pessoas e atividades podem ser significativamente alterada em função das consequências observadas (BANDURA, 1976).

O autorreforço é caracterizado pela autorecompensa e autopunição da agressão. Toda ação humana produz uma ou várias consequências. No geral, as pessoas regulam suas ações fazendo coisas que lhes proporcione satisfação e eleve sua autoestima e se recusam agir de forma que resulte em autocritica ou autodesvalorização. Tendo em vista que o ser humano possui uma alta tendência autorreativa, os agressores, quando se comportam de forma agressiva, devem lidar com eles próprios, bem como com os outros. A autorrecompensa regula o comportamento agressivo e facilita com que indivíduos adotem códigos de autorreforço, que fazem do comportamento agressivo de uma fonte de orgulho pessoal, pois o

envolvimento em atividades agressivas proporciona, dentre outros, sentimentos de autoestima (BANDURA, 1983).

A autopunição por agressão é adquirida por meio do processo de socialização, onde, desde muito cedo, os indivíduos aprendem através do exemplo e da regra sanções negativas contra a conduta cruel. O efeito dessa aprendizagem é que o indivíduo provavelmente se sentirá impedido de agir agressivamente, evitando assim a autocensura por uma influência motivadora antecipatória que mantém seu comportamento de acordo com as normas (BANDURA, 1983).

Como se percebe, Bandura defende que a agressão é aprendida. É através da Teoria da Aprendizagem Social que Bandura comprova, por meio de vários experimentos, que as pessoas aprendem a ser agressivas observando o comportamento agressivo dos outros, principalmente daquelas pessoas mais próximas e significativas.

Um dos experimentos que comprovam que a agressão humana é aprendida foi realizado por Bandura, Ross e Ross em 1963. Participaram desse estudo, intitulado *Imitation of film-mediated aggressive models*, 48 meninas e 48 meninos com idade média de 52 meses, dois modelos, um homem e uma mulher e um experimentador masculino. Os participantes foram divididos em quatro grupos e expostos a situações diferentes. O primeiro grupo foi exposto a modelos agressivos da vida real; o segundo, a filmes com os mesmos modelos agressivos da vida real. O terceiro grupo foi exposto a filmes de desenhos animados agressivos, o quarto foi o grupo controle e teve ausência de modelo agressivo.

Em cada situação de exposição haviam brinquedos, martelos e um boneco inflado (João bobo). Os resultados revelaram que: a exposição a modelos agressivos é eficaz em provocar respostas agressivas em crianças; as crianças que observaram modelos agressivos da vida real por meio de filme imitaram mais respostas agressivas verbais e físicas; crianças que foram expostas a modelos masculinos exibiram mais atos agressivos. Os resultados apontaram ainda que as crianças conseguiram generalizar o comportamento agressivo, aprendido a partir da observação do modelo, a outras situações em que o modelo estava ausente, evoluindo para novas formas de agressão (BANDURA; ROSS; ROSS, 1963).

Existem algumas estratégias cognitivas que facilitam o engajamento das pessoas em comportamentos agressivos. Trata-se dos mecanismos de desengajamento moral, que são justificativas que as pessoas utilizam para se desprenderem de seus padrões morais e assim infligir ações danosas aos outros sem se sentirem culpadas. O próximo tópico aborda detalhadamente sobre o Desengajamento moral, que é um dos constructos da teoria Social cognitiva, desenvolvida por Albert Bandura na década de 70. Essa teoria contempla um

conjunto de constructos que tentam explicar vários aspectos do comportamento humano, dentro de uma visão agêntica, ou seja, voltada para o autodesenvolvimento, adaptação e mudança.

5.2 Desengajamento moral

Segundo Bandura (1991), é através dos padrões morais pessoais que as pessoas exercem a capacidade de autorregular-se, influenciando o curso de seus próprios comportamentos. Os padrões de autorregulação na conduta moral e social costumam ser mais estáveis, e por isso as pessoas não mudam o que reconhecem como certo ou errado de uma hora para outra. Na ausência desses padrões, as pessoas agiriam como cataventos, mudando frequentemente seus padrões de comportamento moral para adaptar-se as circunstâncias em um dado momento. Os padrões morais, que regulam a conduta humana, são formados ao longo do processo de socialização, especialmente pelo processo de modelação, pelo julgamento do próprio comportamento a partir das sanções sociais do que é certo ou errado, instrução direta de pessoas adultas e pares significativos e pela observação da avaliação do comportamento de outras pessoas (BANDURA et al 1996, BANDURA, 2002).

Os padrões morais servem como verdadeiros guias para impedir que atrocidades sejam cometidas. Neste caso, as autossanções cumprem um papel central na regulação da conduta moral. Primeiro, por manter os comportamentos humanos alinhados com os padrões morais e, segundo, por servirem como influências reguladoras e motivadoras da conduta moral. A capacidade do indivíduo de exercer influência sobre seu próprio comportamento dá significado à agência moral (BANDURA, 2008). O exercício da agência moral ocorre através do processo de autorregulação do comportamento moral. Mas afinal, o que é autorregulação?

Polydoro e Azzi (2008, p. 151) definem autorregulação como:

(...) um mecanismo interno consciente e voluntário de controle, que governa o comportamento, os pensamentos e os sentimentos pessoais tendo como referência metas e padrões pessoais de conduta a partir dos quais se estabelece consequência para o mesmo.

A autorregulação desempenha um papel fundamental no exercício da agência humana, que é a capacidade da pessoa influenciar intencionalmente o próprio comportamento. Os principais mecanismos da autorregulação são desenvolvidos e recrutados em conjunto com fatores ambientais e situacionais, operando a partir de três subprocessos: auto-observação ou

automonitoramento da conduta, julgamento autoavaliativos e autorreação (BANDURA, 1991). A seguir a descrição de cada subprocesso será realizada a partir de Bandura (1996).

A **auto-observação** é o primeiro subprocesso da autorregulação da conduta humana e o sucesso de todo processo autorregulatório depende da sua qualidade. As pessoas não poderão exercer autoinfluência se não estiverem atentas a aspectos relevantes do seu próprio comportamento. Desta forma, é através da auto-observação que os indivíduos identificam seu próprio comportamento, comparam com seus padrões morais, e percebem as condições ambientais em que ele ocorre e suas consequências. A auto-observação não é apenas a observação automática da própria conduta, pois vários aspectos podem afetá-la, em especial as autoconcepções pré-existentes e os estados afetivos. Quando a auto-observação é afetada pelas autoconcepções pré-existentes, é possível exercer uma influência seletiva que permite dar maior atenção a certos aspectos do comportamento, sobre o modo como são percebidos, bem como sobre o modo como a informação do desempenho é organizada. Já quando esse subprocesso é afetado pelos estados afetivos, o automonitoramento do comportamento e o modo como ele é processado cognitivamente sofre alterações.

Na subfunção de **julgamento** da conduta, o comportamento é avaliado a partir da comparação com seus padrões pessoais, as circunstâncias em que ocorre, as referências sociais, normas sociais, valor da atividade para a pessoa e locus dos determinantes do comportamento (se é externo ou interno). Um determinado comportamento só será considerado favorável ou não a partir da avaliação dos padrões pessoais de cada pessoa. Como já mencionado, esses padrões são formados a partir do conhecimento transmitido pelos diferentes modos de influência social através das interações sociais.

A **autorreação** é o último subprocesso da autorregulação. Ela é adquirida por meio da criação de incentivos para as próprias ações e da reação avaliativa frente ao próprio comportamento. Assim, é possível motivar e regular as ações através dos padrões de referência que possuímos. Os incentivos pessoais, sejam eles reforçadores, punitivos ou indiferentes, afetam o comportamento por meio de sua função motivadora. Existem duas classes de autorreações: uma pessoal ou interna, e outra ambiental ou externa. Na primeira classe, os motivadores avaliativos se referem aos sentimentos pessoais de satisfação ou insatisfação. No segundo caso, os motivadores tangíveis ou externos se baseiam em estímulos ou recompensas de ordem material que as pessoas atribuem a si mesmas.

Em síntese, para Bandura, parte da explicação sobre o funcionamento humano é fruto do exercício da agência pessoal. É por isso que, de modo geral, no processo autorregulatório Bandura (2015, p. 20) afirma:

As pessoas monitoram suas condutas e as condições sob as quais elas ocorrem, as julgam com relação aos seus padrões morais e circunstâncias percebidas e regulam suas ações pelas consequências que aplicam a si mesmas. Elas fazem coisas que lhes dão satisfação e constroem seu senso de autovalor. Elas evitam comportar-se de maneira que viole seus padrões morais porque tais condutas irão trazer autocondenação.

A conduta moral tem sido pouco explorada pelas teorias psicológicas, que enfatizam muito mais o raciocínio moral. Uma teoria completa da agência moral requer integração entre o raciocínio moral e a ação moral, pois a regulação do comportamento moral envolve muito mais do que apenas cognições sobre a moralidade. O raciocínio moral está ligado ao comportamento moral através de mecanismos de autorregulação afetiva, baseados em padrões morais e autossanções, pelos quais a agência moral é exercida (BANDURA, 2002).

Como já mencionado, é através de mecanismos autorregulatórios que o raciocínio moral é traduzido em ações. Assim, o exercício da agência moral ocorre quando os padrões morais e as autossanções são usados no julgamento moral do que é certo ou errado. As autossanções fazem com que as pessoas evitem se comportar de uma maneira que viole seus padrões morais manter o comportamento congruente aos padrões morais, marca a presença dos deveres morais na vida humana (BANDURA, 2015).

Desta forma, pessoas que possuem um forte senso ético evitam agir de forma desumana, mesmo quando expostas a pressões situacionais. Isso acontece porque as pessoas têm o poder de exercer autoinfluência oposta. Quando o indivíduo exerce a autoinfluência, a conduta moral é motivada e regulada. Em outras palavras, pode-se dizer que as pessoas exercem sua agência moral quando ativam processos autorregulatórios que determinam seu engajamento em comportamentos morais. Deste modo, como já explicitado, na intenção de evitar autocondenação, elas evitam se desprender de seus padrões morais e praticam ações que lhes propicie satisfação e um senso de autovalor (BANDURA, 2008).

Segundo Bandura (2015), existem duas formas pelas quais a agência moral pode ser exercida, uma inibitória e outra proativa. Na forma inibitória, a pessoa inibe os comportamentos considerados antissociais, desumanos. Já a forma proativa se manifesta através da capacidade de agir de maneira humana, incentivando comportamentos socialmente desejáveis. Os seres humanos agem proativamente quando lutam contra aquilo que consideram injusto ou imoral, mesmo quando isso possa envolver um alto custo pessoal, pois falhar em agir humanamente implicaria em penalizações autodesvalorizadoras.

É interessante salientar que os padrões morais não funcionam como reguladores internos imutáveis da conduta. Entretanto, os mecanismos que regulam o comportamento moral entram em ação somente quando são ativados. Neste percurso, existem muitas manobras sociais e psicológicas que podem favorecer com que as autossanções morais sejam seletivamente desengajadas da conduta moral. É por isso que nem sempre as pessoas conseguem regular suas ações em conformidade com as normas morais.

5.3 Mecanismos de desengajamento moral

Como parte da agência moral, pode ocorrer o desengajamento moral, que são justificativas utilizadas pelas pessoas para minimizar os feitos repreensíveis de suas condutas transgressivas. Essas justificativas só se adequam ao próprio indivíduo. De acordo com Neto, Iglesias e Günther (2012), o termo desengajamento moral foi apresentado oficialmente por Bandura em seu livro intitulado *Social Learning Theory* em 1977, porém foi a partir da década de 90 que o autor iniciou investigações empíricas acerca do fenômeno.

Segundo Bandura (2002), qualquer pessoa pode se desprender de seus padrões morais e cometer atrocidades, mesmo aquelas consideradas boas e sem histórico de comportamentos cruéis. Assim elas acreditam que não estão fazendo nada de errado, ou creem que a justificativa para se comportar inadequadamente é relevante. Logo, a possibilidade delas se sentirem isentas de quaisquer sentimentos de culpa ou vergonha é alta, abrindo caminhos para que barbaridades sejam cometidas em larga escala.

O desengajamento moral é um mecanismo de regulação do comportamento moral, e se expressa através de justificativas que as pessoas podem utilizar para diminuir o sentimento de culpa, remorso, censura e autocondenação na prática de atos considerados antissociais (por isso o termo desengajamento moral). Os mecanismos de desengajamento moral são seletivamente ativados e só atuam nesta condição (BANDURA, 2008).

De acordo com Iglesias (2008), Bandura conseguiu, através de suas obras sobre desengajamento moral, propor uma explicação psicológica abrangente e sistematizada acerca do tema. Nos últimos anos, este fenômeno tem ganhado significativo destaque, e atualmente serve como referência de estudos em diferentes áreas de interesse, especialmente no que se refere ao comportamento transgressivo. Embora o campo de investigação nesta área seja potencialmente grande, considerando que o desengajamento moral pode ocorrer com qualquer pessoa, corriqueiramente e em qualquer espaço, no Brasil, as pesquisas baseadas neste fenômeno ainda são bastante recentes.

Assim sendo, na tentativa de explicar como as pessoas podem ser simultaneamente cruéis e humanas e como elas justificam seus comportamentos amenizando os atos transgressivos que cometem, Bandura propôs quatro grandes categorias de desengajamento moral, e oito mecanismos cognitivos pelos quais os indivíduos podem se desengajar moralmente. Na primeira categoria, ocorre a reconstrução da conduta antissocial de modo que ela não seja vista como imoral – o *locus* está no comportamento. Esta categoria opera através dos mecanismos de **Justificação Moral, Linguagem Eufemística e Comparação Vantajosa**. Estes mecanismos psicológicos formam um conjunto extremamente poderoso e efetivo no desengajamento moral e tem como característica transformar uma conduta prejudicial em uma conduta socialmente aceitável. O investimento em ações nocivas com propósitos morais e sociais válidos não só elimina a autocondenação, mas atribui autoaprovação a serviço de atividades prejudiciais (BANDURA et al 1996; BANDURA, 2015).

A segunda categoria envolve a distorção do agente responsável pela ação. Neste caso as pessoas são liberadas de suas responsabilidades pessoais ao praticarem ações nocivas – o *locus* está na agência. Esta categoria opera obscurecendo ou distorcendo a relação causal entre a conduta e seus efeitos, e é composta por dois mecanismos: **difusão da responsabilidade** e **distorção da responsabilidade**. A terceira categoria reúne um único mecanismo: **distorção das consequências**. Este mecanismo age distorcendo, minimizando ou negando os efeitos prejudiciais gerados pelo ato transgressivo – o *locus* da ação concentra-se no resultado. Já a quarta categoria compreende mecanismos de **desumanização e atribuição de culpa**. O transgressor distorce sua percepção sobre sua vítima, desvalorizando-as como seres humanos e culpabilizando-as pelo que é feito a ela (BANDURA et al 1996; BANDURA, 2015). A Figura 1 situa cada mecanismo de desengajamento moral e seus componentes: condutas repreensíveis; efeitos prejudiciais e vítima.

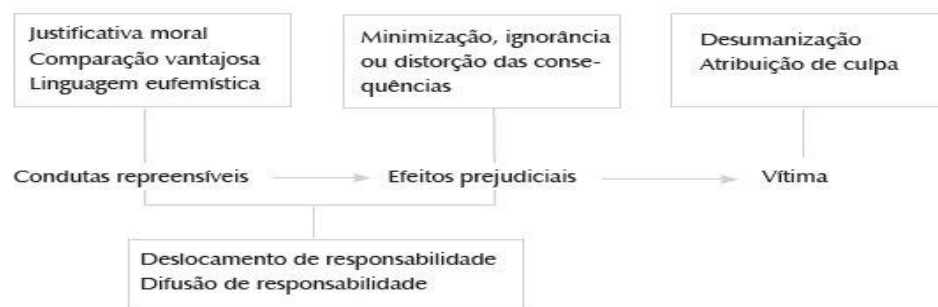


Fig. 1. Mecanismos sociocognitivos de desengajamento moral
Fonte: Bandura (1999)

A seguir estão descritos os oito mecanismos de desengajamento moral, meio pelos quais os comportamentos transgressivos podem ser justificados.

Justificação Moral: Diversas práticas desengajadoras operam quando o indivíduo interpreta o próprio comportamento como prejudicial. Desse modo, as pessoas geralmente não agem em desacordo com seus padrões morais sem que antes autojustifiquem a moralidade de suas ações. Justificar uma conduta pessoal nociva em termos morais significa reconstruí-la cognitivamente de modo que se transforme em uma conduta socialmente admissível e com propósitos morais. Ao utilizar este mecanismo, as pessoas podem preservar sua autoimagem moral ao causar prejuízos na vida dos outros (BANDURA, 2015).

Exemplo: Mensagem do jovem autor do massacre em uma escola pública no bairro Realengo, Rio de Janeiro.

“A luta pela qual muitos irmãos no passado morreram e eu morrerei, não é exclusivamente pelo que é conhecido como *bullying*”. A nossa luta é contra pessoas cruéis, covardes, que se aproveitam da bondade, da inocência, da fraqueza de pessoas incapazes de se defenderem.” (AZZI; CORRÊA, 2015, p. 203).

Ainda segundo Azzi e Corrêa (2015), o autor do massacre de Realengo justificou seu comportamento transgressivo baseado na ideia da luta contra pessoas más e na defesa dos fracos e oprimidos. Ele atribuiu sua conduta repreensível a uma proposta moral valorizada.

Linguagem Eufemística: Os padrões de pensamento são modelados pela linguagem e servem de base para as ações humanas. Este mecanismo é usado quando as pessoas buscam reduzir sua responsabilidade pessoal diante de suas condutas repreensíveis, mascarando-as e convertendo-as em respeitáveis através do uso de diminutivos, termos sanitaristas ou qualquer outra forma de linguagem que justifique sua ação prejudicial (BANDURA, 2002).

Exemplos: “Dar tapas e empurrões em alguém é só uma forma de brincadeira” (IGLESIAS, 2008, p. 170).

“Os meninos queriam só brincar com Japinha. Zoar é brincadeira” (TOGNETTA; ROSÁRIO; MARTÍNEZ, 2015, p. 258)

Comparação Vantajosa: este mecanismo opera quando a pessoa considera a consequência de sua conduta nociva pequena, benigna, com efeito negativo menor, quando comparada a consequência de outras condutas consideradas mais repreensíveis. Quanto maior a distância das consequências entre uma conduta prejudicial e outra, maior será a insignificância dada a conduta prejudicial de consequência mais branda. Quando ações prejudiciais são habitualmente realizadas sob justificativa da comparação vantajosa, elas podem se tornar socialmente aceitáveis ou moralmente corretas (BANDURA, 2015).

Exemplos: “não há mal em insultar um colega de classe porque bater nele seria pior” (IGLESIAS 2008, p. 170)

Difusão da responsabilidade: se configura quando o exercício do controle da moral é enfraquecido em consequência da agência pessoal ter sido obscurecida pela difusão de responsabilidade. Neste caso, o comportamento danoso pode ficar difuso e diminuído quando a ação dirigida a outrem é coletiva. Quando o senso de responsabilidade é difundido coletivamente, ninguém se sente de fato responsável pela ação nociva. “quando todos são responsáveis , ninguém realmente se sente responsável” (BANDURA 2015, p. 33).

Exemplo: “todo mundo sabe que Thereza se comporta diferente das outras meninas, então, não é só o grupo de Carol que zoa, todo mundo faz isso” (TOGNETTA; ROSÁRIO; MARTÍNEZ, 2015, p. 259).

Deslocamento de responsabilidade: esse mecanismo opera quando uma pessoa não se sente responsável por um ato prejudicial que dirigiu a alguém. Para ela, sua conduta foi justificada por pressões sociais ou imposição dos outros. Neste caso, as pessoas percebem suas ações como decorrentes das ordens das autoridades e não se sentem responsáveis por elas. Na condição de responsabilidade deslocada a pessoa comete crueldades sem grandes reações morais, pois sua autocensura foi enfraquecida impedindo que ela se veja como agente real da ação. “Por não serem o real agente de suas ações, elas se poupam de reações autocondenatórias” (BANDURA 2015, p. 29)

Exemplos: “Os colegas agiam assim porque seguiam a ordem de Jorge. Ele é quem comandava as brincadeiras” (TOGNETTA; ROSÁRIO; MARTÍNEZ, 2015, p. 259).

“Se uma criança está vivendo sob más condições ela não pode ser culpada por se comportar agressivamente” (IGLESIAS 2008, p. 171)

Distorção das consequências: ocorre quando a consequência da ação nociva de alguém é ignorada, diminuída ou desconsiderada, e por isso a autocensura não é ativada. É mais fácil para o perpetrador causar prejuízos a alguém sob duas condições: quando o sofrimento da vítima não é visível e quando a ação prejudicial têm consequências físicas e temporalmente remotas. “Quando as pessoas buscam atividades que são prejudiciais a outros por motivos de ganho social ou pressão social, elas evitam encarar o dano que causam ou os minimizam” (BANDURA 2015, p.34).

Exemplos: “As crianças não se importam de serem caçadas porque isso mostra que elas estão recebendo atenção” (IGLESIAS 2008, p. 171).

“Não é tão ruim assim. quando as meninas zoam de Thereza é aí que ela devia ficar feliz, pois está finalmente participando do grupo das meninas” (TOGNETTA; ROSÁRIO; MARTÍNEZ, 2015, p. 259).

Desumanização: o uso deste mecanismo vai depender de como o agressor percebe a vítima. Para evitar a autocondenação, as pessoas que usam este mecanismo desumanizam suas vítimas, ou seja, retiram delas suas qualidades humanas e atribui-lhes qualidades bestiais. As vítimas, neste caso, são vistas como objetos sub-humanos desprovidas de sentimentos, esperanças, interesses e inquietações (BANDURA, 2015).

Exemplo: “Alguém que é desagradável não merece ser tratado como um ser humano” (IGLESIAS 2008, p. 171)

Atribuição da culpa: “as pessoas se veem como vítimas sem culpa, sendo direcionadas a condutas nocivas por uma forçosa provocação” (BANDURA 2015, p. 45). As pessoas que utilizam este mecanismo se eximem das consequências da ação danosa por considerarem suas vítimas culpadas e merecedoras da ação prejudicial, responsáveis por provocarem sofrimento a si próprias.

Exemplo: “Se as pessoas são descuidadas com seus pertences, então a culpa é delas se forem roubadas” (IGLESIAS 2008, p. 172).

O constructo do desengajamento moral é de grande importância para entendermos um pouco melhor sobre a dinâmica das relações agressivas nas redes sociais virtuais entre pares de alunos do ensino médio. Com base no conceito de desengajamento moral, todos os estudantes, mesmo aqueles que nunca praticaram atos antissociais, como agredir alguém virtualmente, podem, dependendo das circunstâncias, se desvincularem de seus padrões morais e agir de tal forma que jamais pensariam ser capazes.

É importante destacar que, internacionalmente, existem diversas pesquisas baseadas no referencial teórico do desengajamento moral. No Brasil elas ainda são poucas, todavia alguns pesquisadores brasileiros têm tido cada vez mais interesse por esse tema, realizando investigações empíricas, principalmente no contexto escolar em situações de bullying. Em seguida, encontram-se algumas pesquisas recentes baseadas no referencial do desengajamento moral vinculado aos fenômenos bullying e cyberbullying. O número de pesquisas que relacionam cyberbullying e desengajamento moral ainda é pequeno.

Aparentemente poucos estudos têm investigado a diferença de gênero e idade no desengajamento moral. Bandura et al (1996) realizaram um estudo com 799 estudantes de escolas públicas (438 do sexo masculino e 361 do sexo feminino), sendo 124 do ensino fundamental e 675 da escola secundária, com idades entre 10 e 15 anos, de uma comunidade próxima a Roma, Itália. Os resultados deste estudo indicaram que participantes do sexo masculino apresentaram níveis mais elevados de desengajamento moral do que as participantes do sexo feminino. Os mecanismos de desengajamento moral que os participantes do sexo masculino mais apresentaram foram: justificção moral, linguagem eufemística, desumanização e atribuição de culpa a vítima. A inclinação dos participantes ao desengajamento moral não foi relacionada ao status socioeconômico da família e não há diferença significativa em função da idade.

As diferenças entre sexo também foram sustentadas em outro estudo realizado por McAlister, Bandura e Owen (2006) com 1499 adultos americanos (46% eram sexo masculino e 54% do sexo feminino) com idades entre 18 a 90 anos. Os resultados indicaram que homens eram mais propensos a se desengajarem moralmente do que mulheres. Os mesmos autores explicam, que talvez a diferença entre homens e mulheres no que tange ao desengajamento moral possa ser resultado da socialização estereotipada de gênero acerca da agressão. Eles observaram que para homens os comportamentos agressivos são modelados e tolerados socialmente e, portanto, homens se desengajam mais facilmente.

Em um estudo com 339 alunos, (159 do sexo masculino e 180 do sexo feminino) que frequentavam o 7º e o 9º ano, Pornari e Wood (2010) descobriram que, embora os resultados de indicassem que desengajamento moral tenham sido relacionados tanto com o bullying tradicional quanto com o cyberbullying, vários dos mecanismos de desengajamento moral foram mais associados com o bullying tradicional do que com o cyberbullying. Os mecanismos de desengajamento moral que tiveram maior associação com o bullying foram: justificação moral, rotulagem eufemística e deslocamento de responsabilidade enquanto que para o cyberbullying foi apenas a justificação moral.

Bussey, Fitzpatrick e Raman (2015) realizaram um estudo com 964 estudantes dos graus 7 e 9 de nove escolas secundárias não governamentais em New South Wales, Austrália. No grau 7 haviam 399 estudantes com idade média de 12,2 anos e no grau 9, haviam 565 estudantes com idade média de 14,5 anos. Um dos objetivos desse estudo foi utilizar uma medida de desengajamento moral com foco em cyberbullying. Os resultados revelaram que houve uma forte associação entre os mecanismos de desengajamento moral e o cyberbullying, onde os níveis mais altos de predisposição ao desengajamento moral foram associados com os níveis também elevados de autodeclaração para cometer cyberbullying. As autoras afirmaram que, o uso de uma escala que contextualizou o fenômeno em questão mostrou que o papel do desengajamento moral era tão forte para cyberbullying quanto para o bullying tradicional.

Com o objetivo de investigar as relações entre o bullying, as representações de si dos envolvidos em situações de bullying e as formas pelas quais se engajam ou desengajam moralmente Tognetta, Rosário e Martínez (2015) conduziram um estudo brasileiro com 2.600 alunos de escolas públicas e particulares do Estado de São Paulo do 9º ano do Ensino Fundamental II, com idade média de 15 anos. Duas histórias foram usadas para conhecer como os participantes se engajam ou desengajam diante de uma situação de *bullying*. Na primeira história, o protagonista era alvo constante de *bullying*, porém não reagia, e como consequência da intimidação, os agressores o obrigavam a pagar lanches e coca-colas. Na segunda história, a vítima era considerada provocadora de situações de ataque aos pares, e a consequência das agressões e intimidações dirigidas a ela era a exclusão do grupo.

O resultado dessa pesquisa indicou que os agressores são os que mais se desengajam e menos se engajam moralmente. O mecanismo de desengajamento moral que mais aparece na primeira história é o deslocamento de responsabilidade (29,1%), seguido pela comparação vantajosa (16,5%), desumanização (13,6%) e atribuição de culpa a vítima (13,5%). Já na segunda história, os mecanismos de desengajamento moral identificados foram: deslocamento de responsabilidade (29,7%), difusão de responsabilidade (28,1%),

atribuição de culpa à vítima (27,4%) e desumanização (23,7%). Esse estudo também revelou, que meninas são mais engajadas e menos desengajadas que meninos.

Algo interessante destacado por Tognetta, Rosário e Martínez (2015) se refere às vítimas de agressão. Não são apenas os agressores que culpabilizam as vítimas, eximindo-se de qualquer tipo de responsabilidade ou culpa. As vítimas também fazem isso. Elas possuem uma autoimagem diminuída, com pouco ou nenhum valor, e sentem-se incapazes de romperem com essa condição. Por assim dizer, meninos e meninas que declaram ser vítimas de bullying parecem concordar com a justificativa que alguns agressores usam: a vítima é culpada por trazer sofrimento a si própria. Assim, elas se percebem como merecedoras das agressões a que são submetidas. O fato, é que não importa a forma que perpetradores utilizam para justificar suas ações, as pessoas sempre vão sofrer pelas injustiças que lhe são feitas (BANDURA, 2002).

Outro ponto importante é que, nos primeiros anos de vida, não existe diferença de gênero quanto ao desengajamento moral, mas, com o passar do tempo, meninos se mostram mais desengajadores morais do que meninas. Pesquisas sobre desenvolvimento humano apontam que o desengajamento moral atua desde a infância. Os maiores desengajadores morais possuem as seguintes características: são menos pró-sociais, são menos afetados por sentimentos antecipados de culpa por seu comportamento nocivo, frequentemente ruminam sobre queixas percebidas e retaliação vingativa. Todas essas características conduzem à agressão e a condutas antissociais (BANDURA, 2015).

Azzi e Corrêa (2015) destacam algo relevante: não é possível afirmar que quando as pessoas se desengajam moralmente elas sejam sempre cruéis. A explicação para essa condição se refere ao fato de elas se desengajarem apenas em determinadas situações, em determinados contextos. Os valores morais de uma pessoa que, por algum motivo, se desengajou moralmente podem ser os mesmos de uma pessoa que, sob as mesmas condições, não se desengajou. Dessa forma, é incorreto pensar que, ao se desengajarem moralmente, as pessoas não tenham bons valores, se comportem sempre em direções reprováveis ou não sejam capazes de realizarem boas ações em outras situações.

6. OBJETIVOS

6.1 Geral

- Investigar as formas de agressão social entre alunos do ensino médio que se percebem como agressores por meio das redes sociais virtuais, e sua relação com os mecanismos de desengajamento moral.

6.2 Específico

- Identificar, descrever e analisar:
 - ✓ Quais são as agressões sociais mais utilizadas nas redes sociais virtuais entre estudantes do sexo feminino e masculino que indicaram ter praticado agressão social nas redes sociais virtuais;
 - ✓ E os eventuais mecanismos de desengajamento moral usados para justificar cada forma de agressão social nas redes sociais virtuais.

Considerando as variáveis sexo e idade, este trabalho visa responder as seguintes questões acerca da agressão social entre pares nas redes sociais virtuais:

- Por meio de qual agressão social os participantes do sexo feminino e masculino mais agridem virtualmente?
- Quem mais pratica agressão social por meio das redes sociais virtuais, sujeitos do sexo feminino ou masculino?
- Em que faixa etária existem mais participantes de ambos os sexos agredindo socialmente? E por qual forma de agressão?
- Agressão social aumenta com a idade em participantes do sexo feminino e masculino?

Para cada pergunta sobre os subtipos de agressão social, os participantes que responderam sim ou não tiveram a opção de justificar seu comportamento. Para isso foi realizada a seguinte pergunta: Respondendo sim ou não, diga o que te levou a agir assim.

Considerando as variáveis sexo e idade, o resultado dessas questões visam responder as seguintes perguntas:

- Quem mais se desengaja moralmente, participantes do sexo masculino ou feminino?
- Em que faixa etária, levando em consideração ambos os sexos, existem mais desengajadores morais?

7 MÉTODO

Como mencionado anteriormente, esta pesquisa é parte constitutiva de um estudo maior coordenado pela Prof^a. Dr^a Roberta Gurgel Azzi denominado “*Agressão Social no Ensino Médio: Um Estudo Exploratório*” que tem como objetivo geral conhecer a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre a ocorrência de agressão social em suas escolas.

Este estudo faz uso de delineamento não experimental transversal de alcance exploratório. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), um estudo é exploratório quando o pesquisador se propõe a examinar um tema ou um problema de pesquisa pouco ou nada estudado e que ainda gere muitas dúvidas ou, ainda, quando se quer estudar sobre temas e áreas, a partir de novas perspectivas. Desta forma,

Os estudos exploratórios servem para nos tornar familiarizados com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informação sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações e postulados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 101)

Portanto, apesar do montante de pesquisas já realizadas que elegeram como objeto de estudo a agressão em suas variadas formas e relacionada a inúmeros contextos, este estudo sobre agressão social está sendo classificado como exploratório devido a escassez de pesquisas que fazem o uso deste recorte dos subtipos de agressão, da maneira como foi descrita por Galen e Underwood (1997) e por elas denominada como agressão social.

7.1 Caracterização dos Participantes

Os participantes deste estudo foram selecionados por conveniência e totalizaram 184 estudantes de ambos os sexos, cursando Ensino Médio Tradicional (do 1º ao 3º ano) e Ensino Médio Profissionalizante (4º ano), nos turnos matutino e noturno de duas escolas públicas, uma estadual e outra municipal localizadas no estado de São Paulo.

A Tabela 1 apresenta a caracterização dos participantes desse estudo considerando o sexo. É importante destacar que da amostra total n=184, alguns participantes não informaram a que sexo pertencia.

Tabela 1. Distribuição dos alunos por sexo

Sexo	n	%
Masculino	53	29.28
Feminino	128	70.72
Total	181	100

Da amostra total (n=184), observou-se que o grupo com maior número de participantes foi composto pelo sexo feminino (70,72%) e o com menor número foi o do sexo masculino (29,28%).

Os participantes tinham idades entre 14 e 20 anos, e segundo a análise de frequência relativa a faixa etária com maior número de participantes foi composta por indivíduos com idades entre 18 e 20 anos (49.99%), como mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Distribuição dos alunos por faixa etária

Faixa etária	n	%
14-15	26	14.46
16-17	64	35.55
18-20	90	49.99
Total	180	100

Sobre a distribuição dos alunos por escolas, a Tabela 3 sinaliza que a maioria (77.60%) estudava na escola municipal e a minoria (22.40%) na escola estadual.

Tabela 3. Distribuição dos alunos por escola

Escola	n	%
Municipal	142	77.60
Estadual	41	22.40
Total	183	100

No que se refere a divisão dos alunos por turno, se observa através da Tabela 4 que há uma maior concentração de participantes no período noturno 77,60% e uma menor concentração no período matutino 22,40%.

Tabela 4. Distribuição dos alunos por turno

Turno	n	%
Manhã	41	22.40
Noite	142	77.60
Total	183	100

Percebe-se, como mostra a Tabela 5, que o modo de distribuição dos participantes com relação as séries do ensino médio indica que: 21,11% estavam na 1ª e 2ª série, 23.33% na 3ª série e 34.44% na 4ª série, onde houve mais participantes.

Tabela 5. Distribuição dos alunos por série

Série	n	%
1	38	21.11
2	38	21.11
3	42	23.33
4	62	34.44
Total	180	100

A Tabela 6 contempla informações sobre o que os participantes acessam na internet: pesquisa escolar, jogos, redes sociais e tipo de rede social.

Tabela 6. O que os participantes acessam na internet

Atividade	n	%
Pesquisa escolar		
Não	33	18.13
Sim	149	81.87
Total	182	100
Jogos		
Não	142	77.17
Sim	42	22.83
Total	184	100
Redes sociais		
Não	7	3.80
Sim	177	96.20
Total	184	100
Tipo de rede social		
Facebook	43	24.43
Facebook mais outras redes sociais*	133	75.57
Total	176	100

*twitter, instagram, snapchat, whatsapp

Com relação ao que os estudantes acessam na internet, pode-se observar que a maioria dos respondentes 81.87% usam a internet para fins de pesquisas escolares. No que tange ao uso da internet para a atividade de jogos, é possível perceber que uma pequena parcela dos respondentes, 22,83%, revelou usar a internet para jogar.

Sobre o acesso as redes sociais virtuais, pode-se perceber que 96,20% dos participantes fazem uso de redes sociais, sendo que o Facebook é usado por todos.

7.2 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um único questionário. O questionário é composto de itens relacionados à caracterização dos estudantes participantes, agressão social em meio virtual e presencial, crença de autoeficácia para defender vítimas de agressão social e justificativas de desengajamento moral. Considerando que esta pesquisa integra um estudo mais amplo, o instrumento utilizado captou um conjunto de informações do qual parte

será analisada por esta pesquisa. No presente estudo só serão analisadas as questões referentes à caracterização e à percepção dos estudantes enquanto agressores sociais em ambiente virtual e sua relação com o desengajamento moral.

Inicialmente, o questionário apresenta o seguinte texto inspirado no instrumento utilizado por Fitzpatrick e Bussey (2011): “Este questionário tem como objetivo conhecer o que você pensa sobre a **agressão social**. Um estudante sofre **agressão social** em ambiente virtual (facebook, twitter, instagram, snapchat, whatsapp entre outros) e nas interações presenciais (face a face) quando outro estudante ou um grupo de estudantes se comporta das seguintes formas: faz ameaças exigindo que façam o que quer, fala mentiras ou espalha boatos sobre ele, ou ainda se afasta excluindo-o das atividades que pretende fazer. Leia com atenção todas as questões e responda com sinceridade como as situações descritas acontecem com você. Evite deixar respostas em branco, suas respostas são muito importantes para nós. Neste questionário não existem respostas certas ou erradas, apenas queremos saber como acontece com você. Ressaltamos que suas respostas serão totalmente confidenciais”.

Com relação à **Caracterização do Participante**: Os participantes responderam questões referentes as características do grupo, onde foram solicitadas as seguintes informações: sexo, idade, série do Ensino Médio que estão cursando, se a instituição em que estudam é municipal, estadual ou federal, se pretendem concluir o Ensino Médio, se pretendem ingressar no Ensino Superior, se exercem trabalho remunerado e o quanto este trabalho os ocupam, se fazem uso da internet para navegar em sites para realizar pesquisa escolar, se jogam *online*, se acessam alguma rede social e em caso positivo quais são as redes mais acessadas, e se acessam outras coisas que não foram contempladas na caracterização. Todas as perguntas referentes ao acesso à internet foram seguidas de indicação do número de horas gastas. Também se perguntou sobre o que os estudantes assistem na televisão nas horas vagas, quais novelas ou séries assistem e qual o personagem que mais apreciam.

Sobre a **Agressão Social**, o questionário apresentou questões sobre a percepção dos estudantes quanto a terem sido testemunhas, agressores ou vítimas da agressão social e se já haviam ajudado algum amigo ou colega em situação de agressão social. Cada questão abordou oito itens que apresentavam exemplos de diferentes subtipos de agressão social. O questionário solicitou aos participantes que indicassem se as ocorrências das situações expostas nos 32 itens aconteceram em interações presenciais e/ou em ambientes virtuais. Para efeitos deste estudo, serão considerados apenas os itens em que o participante se percebeu como agressor em ambiente virtual. Para obter as repostas sobre a ocorrência ou não dos subtipos de agressão social foram realizadas perguntas acerca de cada subtipo de agressão,

como se pode conferir no Quadro 1. É importante ressaltar que essas questões valem para todas as variáveis, como idade e sexo, que serão descritas mais tarde.

Quadro 2 Subtipos de agressão social e perguntas feitas aos participantes conforme cada subtipo de agressão social

Subtipos de agressão social	Perguntas feitas aos participantes
Manipulação direta de relacionamento	Você já exigiu que um amigo (a) ou colega fizesse o que você pediu, senão deixaria de se relacionar com ele (a)?
Manipulação indireta de relacionamento	Você já exigiu secretamente que seus amigos(as) ou colegas deixem de se relacionar com determinado amigo(a) ou colega(a)?
Espalhar rumores de forma direta	Você já espalhou abertamente boatos maldosos sobre um(a) amigo(a) ou colega?
Espalhar rumores de forma indireta	Você já espalhou pelos costas boatos maldosos sobre um(a) amigo(a) ou colega?
Exclusão social direta verbal	Você já disse na frente de um amigo(a) ou colega que não iria mais convidá-lo(a) para sair ou realizar qualquer atividade juntos?
Exclusão social indireta verbal	Você já combinou com um grupo de alunos, pelos costas de um amigo(a) ou colega, que ele não seria mais convidado para sair ou realizar qualquer atividade juntos?
Exclusão social direta não-verbal	Você já ignorou ou desprezou abertamente um amigo(a) ou colega enquanto ele(a) tentava se aproximar para conversar (mesmo que virtualmente)?
Exclusão social indireta não-verbal	Você já trocou olhares, gestos, <i>emotions</i> ou imagens com um grupo de alunos, pelos costas de um(a) amigo(a) ou colega, para desprezá-lo ou excluí-lo?

Para cada forma de agressão social, os participantes tiveram a oportunidade de responder “sim”, “não” e “não lembro” para agressões que ocorreram nas redes sociais virtuais, nas interações presenciais ou em ambos. Houve casos em que os respondentes não responderam as questões, sendo assim classificados como *missing*. Os participantes que responderam “sim” assumiram que já haviam praticado algum tipo de agressão social. Estes são o alvo deste estudo.

As questões referentes à agressão social foram inspiradas no relato sobre o instrumento *Social Bullying Involvement Scales* (SBIS), desenvolvido por Fitzpatrick e Bussey (2011). O SBIS consiste em quatro escalas que medem o grau em que as pessoas experimentam a vitimização social, o engajamento no bullying social, testemunham o bullying social e intervêm no bullying social. Cada escala é constituída por quatro subescalas de comportamentos diretos e outras quatro de comportamentos indiretos, referentes à manipulação de comportamento, espalhar rumores, exclusão social verbal e exclusão social não-verbal, conforme modelo desenvolvido por Underwood (2003).

No que concerne as **crenças de autoeficácia**, logo após responderem cada item referente a ocorrência de situações em que tentaram ajudar a vítima de agressão social, os estudantes foram questionados sobre o quanto se sentem capazes de ajudar a vítima naquela

situação específica de agressão social. São 8 questões que constituem uma escala Likert de 6 pontos, onde 1 indica “incapaz” e 6 “totalmente capaz”.

No que diz respeito ao **Desengajamento Moral**, no final de cada item das questões sobre a percepção dos participantes sobre já ter ajudado um colega ou amigo em situação de agressão social e se já haviam agredido um colega ou amigo, havia uma questão aberta indagando sobre a justificativa dos participantes para terem ajudado ou não um colega ou amigo em situação de agressão social e para terem agredido socialmente ou não. As justificativas apresentadas por cada participante foram categorizadas posteriormente por três pesquisadores do projeto, incluindo esta pesquisadora que escreve, e somente aquelas que se enquadravam na descrição proposta por Bandura sobre os 8 tipos de mecanismos de desengajamento foram analisadas.

A categorização foi realizada a fim de tornar as justificativas dos participantes passíveis de análise quantitativa. A categorização foi realizada por três pesquisadores do grupo de pesquisa NEAPSI. O primeiro passo foi reconhecer individualmente se as justificativas dos participantes se tinham características suficientes para se encaixarem em algum dos oito tipos de mecanismos de desengajamento moral descritos por Bandura. Feito isso, foi marcada uma reunião onde se compartilhou as conclusões. Todas as respostas, onde houve reconhecimento de mecanismos desengajamento moral, foram discutidas e avaliadas pelos três pesquisadores. A maioria delas foi reconhecida pelos três pesquisadores com os mesmos mecanismos de desengajamento moral. As respostas em que cada um reconheceu um tipo diferente de mecanismo foram discutidas e novamente analisadas, chegando-se assim a um denominador comum. Depois dessa fase foram previamente estabelecidas 11 (onze) categorias onde 8 (oito) correspondem aos mecanismos de desengajamento moral criados por Bandura (1977) – justificação moral, comparação vantajosa, linguagem eufemística, difusão de responsabilidade, deslocamento de responsabilidade, minimização das consequências, atribuição de culpa à vítima e desumanização. As outras três correspondem a justificativas para não agredir, justificativas de comportamentos agressivos sem desengajamento moral e ausência de justificativas.

A seguir serão apresentadas as descrições de cada uma das 11 (onze) categorias acompanhadas de seus exemplos.

✓ **Justificação Moral**

Segundo Bandura (2002), a **justificação moral** é percebida quando o indivíduo representa o seu comportamento antissocial como a serviço de um valor socialmente reconhecido. A ação danosa é justificada por sua função e consequências.

Neste estudo, as justificativas classificadas como integrantes desta categoria incluem respostas que atribuem ao comportamento agressivo as funções de autopreservação, defesa de seus pares e até mesmo da vítima, além de a serviço de princípios morais como a franqueza e a reciprocidade.

Seguem exemplos de respostas representantes da categoria justificação moral:

“Era para o bem deles”;

“Sim pois estava me prejudicando e fazendo mal aos demais”;

“Quero que façam por mim o que faço por eles”;

“Fiz isso para deixar bem claro quando algo me desagrada”.

Algumas respostas referentes às questões sobre manipulação de relacionamento indireto exigem uma atenção especial, pois podem justificar este tipo de agressão social, atribuindo a ele a função de defesa de alguém, como a própria vítima de manipulação, e ainda justificar um comportamento de exclusão social de uma terceira pessoa responsabilizando a vítima da exclusão, devido as suas ações ou características. Assim, a justificação moral serve como justificativa para a manipulação do relacionamento, que é o comportamento em questão, e um outro mecanismo de desengajamento serve para justificar a exclusão social, tipo de agressão que não é avaliado por tal questão. Exemplo:

“Sim. Boa parte dos momentos que fiz foi para ajuda-lo, pois, a tal pessoa não era de boa índole”.

✓ **Linguagem Eufemística**

O mecanismo denominado **linguagem eufemística** se refere à tentativa de atribuir caráter mais aceitável à ação antissocial, alterando apenas a sua nomenclatura. Nomear suas ações repreensíveis com palavras em formas diminutivas ou termos sanitaristas, como quando chamamos uma agressão física de tapinha, um suborno de cafezinho ou a exclusão de pessoas de limpeza do ambiente, são exemplos do uso da linguagem eufemística (Bandura, 2002).

Esta categoria de respostas reúne justificativas em que os comportamentos agressivos descritos nos enunciados das questões têm alteradas as formas pelas quais são chamados. Diferentes formas de agressão são chamadas de brincadeira ou zueira, a ação de exigir é denominada como dar conselho ou decidir junto e espalhar boatos se torna relatar fatos ou dizer verdades. Seguem alguns exemplos:

“Não foi bem exigir, mais sim um conselho, pois determinada pessoa com quem ela estava andando lhe oferecia bebidas”;

“Não era boato, apenas relatei o ocorrido”;

“Zueira (éramos todos amigos)”.

✓ **Comparação Vantajosa**

O mecanismo de desengajamento moral denominado comparação vantajosa atua na tentativa de amenizar o caráter repreensível de uma ação danosa, comparando-a a algum outro comportamento que sofra maior rejeição social (Bandura, 2002).

A categoria de respostas denominada Comparação Vantajosa reúne as respostas dos participantes que justificam suas ações comparando-as a outros comportamentos antissociais ou comparando-as a alternativas para suas próprias ações. Como apresentam os seguintes exemplos:

“Sim, decidi falar logo do que ficar agindo de má fé”;

“Não foi por mal, mas eu não queria estar com a pessoa, então para não tratar ela mal, não convidei”.

✓ **Deslocamento de Responsabilidade**

As autossanções morais são ativadas de forma intensa quando as pessoas se percebem claramente responsáveis pela ação prejudicial praticada. O deslocamento de responsabilidade opera obscurecendo, distorcendo ou minimizando a agência pessoal na conduta contrária ao padrão moral, deslocando a responsabilidade pela ação a uma autoridade legítima, terceiros ou a determinadas circunstâncias. (BANDURA, 1991, 2006).

Nesta pesquisa, as justificativas identificadas como integrantes desta categoria incluem respostas que deslocam a responsabilidade pelo comportamento agressivo à

influência de terceiros ou a determinados contextos situacionais. Conforme exemplos a seguir:

“Sim, por influência de outros”;

“Circunstâncias e acontecimentos”.

É necessária uma atenção especial nas justificativas que tratam do deslocamento de responsabilidade nas questões que se referem a prática da agressão social por meio da manipulação de relacionamento indireto. Nessa agressão, se manipula o relacionamento de uma pessoa para atingir um terceiro, procurando convencê-la secretamente a gerar dano social à vítima. Esta investigação foi realizada com seguinte questão: *“Você já exigiu secretamente que seus amigos(as) ou colegas deixem de se relacionar com determinado amigo(a) ou colega(a)?”* É importante destacar que neste caso há duas vítimas: o manipulado e o excluído, com o agressor em alguns casos justificando a conduta de manipulação da vítima pelas características ou conduta do excluído. Como pode se verificar nos seguintes exemplos:

“Pela pessoa ser um espalhador de boatos falsos”;

“Porque a pessoa era uma má influência.”.

✓ **Difusão de Responsabilidade**

A força das autossanções morais são enfraquecidas quando a relação entre a conduta e os efeitos do comportamento condenável é obscurecido, distorcido ou minimizado pela difusão da responsabilidade da agência pessoal. Isto pode ser feito por meio da divisão do trabalho, que favorece o distanciamento da tarefa realizada com a consequência final da ação; pela conduta coletiva, na qual a responsabilidade por um comportamento prejudicial realizado em grupo pode ser atribuída ao grupo ou a qualquer membro. E pela decisão coletiva, que favorece a pessoa não se considerar responsável pela mesma. Onde todos são responsáveis, ninguém se percebe realmente responsável. (BANDURA, 1991, 1999).

As justificativas identificadas como integrantes deste mecanismo de desengajamento moral, incluem respostas que difundem a responsabilidade pelo comportamento agressivo justificando-o como uma ação coletiva. Exemplificada a seguir:

“Às vezes já cometi isso, ao estar em um grupo de pessoas que estavam apontando defeitos sobre "o colega em questão, e sem perceber, eu colaborei com o comentário maldoso sobre a pessoa”.

✓ **Minimização das Consequências**

Minimização das consequências é o nome do mecanismo de desengajamento moral que atua sobre a percepção das consequências geradas pela ação do indivíduo. Determinado comportamento pode perder seu caráter repreensível quando suas consequências danosas são ignoradas, minimizadas ou distorcidas. As pessoas tendem a não se culparem por ações que não produzem prejuízos que sejam percebidos (BANDURA, 2002).

As justificativas que compõem esta categoria de respostas minimizam ou até negam os efeitos prejudiciais do comportamento agressivo, relatando-os como “nada de mais” ou corriqueiro, ou ainda negando a existência de dano por falta do desconhecimento da vítima sobre a agressão. Há também a possibilidade de distorção das consequências, quando o agressor percebe os efeitos do seu comportamento antissocial como positivos para a vítima.

Seguem exemplos:

“O fato de achar que a pessoa nunca vai saber”.

“Fiquei de mal com as pessoas, mas nada de mais, amigos brigam”.

✓ **Desumanização**

A **desumanização** atua na elaboração do pensamento sobre a vítima, considerando-a como destituída de qualidades humanas ou possuidora de atributos desumanos, ou ainda a depreciando, dificultando assim a percepção de similaridades com a vítima. O que, por sua vez, dificulta a ativação de emoções empáticas ou vicárias. Este mecanismo libera o indivíduo a agir em relação à vítima sem o mesmo nível de exigência que o tratamento dirigido a outro ser humano requer. Por este motivo, segundo Bandura (2015), a distinção das pessoas entre pertencentes ou não ao seu grupo favorecem desconsiderar o bem-estar dos que estão fora dele.

Esta categoria é composta por respostas que justificam as ações agressivas, destacando características depreciativas da vítima, o não pertencimento da vítima ao grupo e a falta de identificação com ela. Seguem alguns exemplos:

“Porque ou a pessoa era muito chata, ou falsa ou os dois”;
“A pessoa não compartilhava dos mesmos gostos da turma”;
“Falta de afinidade”.

✓ **Atribuição de Culpa**

Considerar os destinatários da conduta prejudicial como responsáveis pelo seu próprio sofrimento é um recurso eficaz para evitar autossanções condenatórias. O mecanismo de atribuição de culpa considera a vítima ou as circunstâncias vivenciadas por ela como as responsáveis pela ação antissocial. Nesse processo o agente da conduta danosa considera sua ação como forçada por provocação de uma ação ou situação vivida pela própria vítima (BANDURA, 1991, 1999).

Nesta investigação, as respostas identificadas como atribuição de culpa envolvem justificativas para a conduta prejudicial uma agressão anterior da vítima e o não atendimento de uma demanda do agressor.

“Aquela pessoa havia feito um mal para mim, então resolvi retribuir”;
“Falta de ajuda em trabalhos escolares”;
“Por falta de compromisso em muitos eventos por parte dele/a”.

✓ **Justificativas para não agredir**

Esta categoria é composta das justificativas dos participantes para as respostas negativas, ou seja, de não ter cometido a agressão social.

Nesta investigação, as justificativas para não agredir envolvem respostas de empatia, de não achar justo com a pessoa, da liberdade que o outro tem de fazer as próprias escolhas e de não considerar a agressão social um comportamento correto norteado por questões morais:

“Como já disse, não acho certo ameaçar para conseguir algo. Por isso não exigo algo do tipo a um amigo.”
“É contra o que acredito de princípios”
“Isso é injusto com a pessoa”

“Não, pois da mesma forma que eu preservo minha imagem, quero que preserve a imagem de tal.”

“Eu não faço com as pessoas aquilo que não gostaria que fosse feito comigo um dia.”

✓ **Justificativas para a agressão sem desengajamento moral**

Tratam-se de justificativas para comportamentos de agressão social nas quais não foram encontrados mecanismos de desengajamento moral, por não se encaixarem em nenhum critério que indicasse desengajamento moral ou por possuírem poucas informações (dados insuficientes).

“ciúmes”

“questões escolares, como trabalhos e apresentações.”

“Eu estava nervoso e me senti no direito de fazer aquilo.”

“Me senti ameaçada com medo de perder meus amigos”

“Baixo nível de maturidade (quando criança).”

✓ **Comportamento sem justificativa e ausência de resposta**

Ocorre quando o participante marcou a opção que indica que cometeu agressão social, porém não justificou a ação, ou quando não assinalou nem sim e nem não. Nestes casos as respostas foram classificadas como *missing* e categorizada pelo número 99.

7.3 Procedimentos éticos

Após a seleção de escolas públicas que atuam no Ensino Médio e que estão situadas na região metropolitana de Campinas, segundo critérios de conveniência, foi realizado o contato com seus diretores para a apresentação da pesquisa e solicitação de autorização para a realização da mesma na escola que dirigem. No caso da escola municipal, foi necessária a apreciação pela Secretaria Municipal de Educação e sua liberação por escrito antes que a pesquisa fosse apresentada e permitida pela direção da escola. Esta pesquisa foi desenvolvida de acordo com os critérios éticos e científicos exigidos pela resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que dentre outros, considera o respeito pela dignidade humana e

pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

Os participantes foram informados sobre o tema da pesquisa por meio de apresentação oral realizada pelos pesquisadores em visita às salas de aula e através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue a eles. O TCLE forneceu informações sobre a instituição a qual a pesquisa e os pesquisadores estão vinculados, a importância da participação dos estudantes para o presente estudo e para a melhoria das relações em contexto escolar, relevância social e científica da pesquisa, a garantia de sigilo das informações e da identidade, a liberdade de se recusar a participar ou de retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização ou prejuízo acadêmico, assim como, não haverá benefício financeiro ou acadêmico. Os estudantes também foram informados de que os resultados gerais da pesquisa poderão ser apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem expor suas identidades.

Na oportunidade da apresentação da pesquisa para os alunos, estes receberam o TCLE que foi prontamente assinado e devolvido pelos alunos com 18 anos de idade ou mais. Os alunos que tinham menos de 18 anos de idade ficaram com os termos para que fossem apreciados e assinados por seus pais ou responsáveis para que os estudantes participassem da pesquisa. Antes da realização da coleta de dados, os pesquisadores voltaram várias vezes às escolas para recolher os TCLE dos estudantes menores de idade. Todos os alunos receberam duas vias do termo, uma do participante e outra do pesquisador. A via do pesquisador foi devolvida.

7.4 Procedimentos de coleta de dados

Os dados foram coletados pelos próprios pesquisadores, e foram utilizados questionários impressos. As sessões de coleta de dados aconteceram de forma coletiva, nas próprias escolas dos participantes e durante seus períodos de aula. As informações descritas abaixo referem-se ao procedimento de coleta de dados do projeto maior, no qual este trabalho faz parte.

Na escola municipal, 256 questionários foram respondidos em 16 sessões de aplicação, com média de 16 estudantes por sessão, tendo como número mínimo de participantes por sessão 5 e máximo 32. Todas as aplicações ocorreram no período noturno, em 7 dias diferentes, com intervalo de 3 semanas entre o primeiro e o último dia de coleta de dados. 14 sessões foram realizadas em uma sala de aula desativada e reuniram alunos de

diversas turmas, 1 sessão aconteceu na própria sala de aula dos alunos respondentes e outra foi realizada em uma sala de aula momentaneamente vazia e reuniu alunos de duas turmas.

Nesta escola, cada sessão de aplicação ocorreu em aproximadamente 60 minutos, desde a convocação do primeiro participante até a devolução do questionário respondido pelo último participante. Podemos dividir as sessões por tempo aproximado da seguinte forma: 20 minutos até que todos os participantes se acomodassem, 5 minutos para apresentação e instruções e 35 minutos para que todos os participantes respondessem ao questionário.

Segundo permissão e orientação dos gestores da escola, os próprios pesquisadores, munidos de listas que continham os nomes dos estudantes que entregaram os TCLE assinados, foram até as salas de aula e, quando permitidos pelos professores, convidaram os alunos a se dirigirem às salas em que sessão de aplicação do questionário ocorreria. Na oportunidade em que a coleta de dados ocorreu na própria sala de aula dos respondentes, frente ao pedido de liberação dos alunos feito pelos pesquisadores, o professor da turma disponibilizou o espaço para que a realização da pesquisa acontecesse na própria sala e se retirou junto com alunos que não participariam da pesquisa. Para esta escola, este relato de pesquisa refere-se à análise de 142 participantes, conforme relatado anteriormente.

Já na escola Estadual, no período matutino, foram respondidos 50 questionários em 3 sessões de aplicação que ocorreram em dois dias diferentes, com um intervalo de 2 semanas entre eles. No primeiro dia de aplicação, foram realizadas duas sessões que tiveram 25 e 17 participantes respectivamente. No segundo dia de coleta de dados, aconteceu apenas uma sessão que contou com 8 participantes. Todas estas 3 sessões aconteceram em uma mesma sala de aula reservada para a realização de atividades complementares.

No período noturno da escola Estadual, houve 32 participações que ocorreram em 2 sessões realizadas em 1 mesmo dia. As sessões contaram com 20 e 12 participantes respectivamente e ocorreram em uma sala de aula que não é utilizada durante o período noturno.

Em todas as sessões de aplicação desta mesma escola, em ambos os períodos, os pesquisadores contaram com a ajuda de funcionários da escola para reunirem os participantes na sala em que a aplicação do questionário ocorreria. Munidas de uma lista, fornecida pelos pesquisadores, com os nomes dos estudantes que haviam devolvido o TCLE assinado, a inspetora de alunos no matutino e coordenadora pedagógica no noturno, foram às salas de aula, pediram permissão aos professores, chamaram os alunos e os orientaram a se dirigirem às salas de aplicação munidos de canetas.

O auxílio prestado pelas funcionárias da escola diminuiu o tempo total necessário para as aplicações dos questionários que ocorreram aproximadamente em 50 minutos, sendo que foram necessários algo em torno de 10 minutos para reunir os participantes na sala de aplicação, 5 minutos para apresentação e instruções e 35 minutos para que todos os participantes respondessem ao questionário. Desta escola foram incluídos 42 questionários na análise ora apresentada.

Em ambas as escolas, os pesquisadores seguiram um mesmo padrão de ações preparatórias e de realização da aplicação do questionário. Além dos questionários impressos, os pesquisadores levaram às escolas TCLE em branco para serem entregues a estudantes que ainda manifestassem desejo em participar da pesquisa, canetas para os estudantes que por algum motivo não as portassem e listas com os nomes dos estudantes que já haviam devolvido o TCLE assinado. As listas continham os nomes dos estudantes numerados (número que foi posto no questionário após a aplicação), agrupados por turma e organizados por ordem alfabética.

No momento em que os alunos, ainda em suas salas de aula, foram convidados a se dirigirem à sala em que a pesquisa seria realizada, foram avisados de que deveriam levar canetas. Quando todos os participantes de cada sessão se encontraram acomodados e preparados para o início da sessão de pesquisa, os pesquisadores se apresentaram, agradeceram a participação e antes das aplicações um dos pesquisadores passou as seguintes orientações:

- Colocaremos os questionários virados sobre as mesas e, por favor, esperem o aviso de que podem desvirá-los e começar a respondê-los.
- Os questionários não possuem nomes para preservar o sigilo das respostas de vocês. Por favor, não coloquem nenhuma forma de identificação nos questionários.
- O questionário não possui respostas certas ou erradas. Respondam a partir das opiniões de vocês. As opiniões devem ser individuais. Portanto, não façam perguntas ou comentários com os colegas. Por favor, respeitem a privacidade dos colegas.
- Em caso de dúvidas, levantem a mão e o pesquisador irá até você para auxiliá-lo.
- Por favor, respondam todas as questões, inclusive as justificativas quando solicitado. Caso o espaço para as justificativas seja insuficiente, utilize o verso da folha colocando o número da questão.
- Em caso de desejarem alterar a resposta já assinalada, basta circular o que já foi respondido, acrescentar um não e assinalar o espaço que desejarem.
- Respondam com calma e sem pressa.

- Quando terminarem, por favor, confirmem se responderam todas as questões.
- Após conferirem as respostas, dirijam-se até a mesa do pesquisador, que irá conferir o nome do participante na lista e numerar o questionário.

Após todos os participantes presentes receberem o questionário e as orientações serem dadas, um dos pesquisadores permitiu que virassem o questionário e os convidou a acompanhá-lo na leitura do cabeçalho do questionário, presente no alto da primeira página do questionário e já citada no segundo parágrafo da descrição do instrumento de coleta de dados.

7.5 Procedimento de análises de dados

Os resultados coletados foram inseridos em um banco de dados do programa Excel e posteriormente convertidos para o programa de análise estatística *The SAS System for Windows (Statistical Analysis System)*, versão 9.2.

Conforme os objetivos específicos propostos, os resultados foram analisados da seguinte maneira:

- Com finalidade de descrever o perfil da amostra segundo as variáveis em estudo foram feitas tabelas de frequência das variáveis categóricas (gênero, faixa etária, série, turno, formas de agressão, mecanismos de desengajamento moral), com valores de frequência absoluta (n) e percentual (%), e tabelas estatísticas descritivas das variáveis numéricas (idade, tempo de acesso aos sites etc) com valores de média, desvio padrão, valores mínimo e máximo, mediana e quartis.
- Para descrever a percepção dos estudantes quanto às agressões sociais nas redes sociais virtuais, bem como os tipos de mecanismos de desengajamentos morais ligados a cada subtipo de agressão, foi realizada uma análise descritiva simples.
- Para comparação das variáveis categóricas entre sexo, idade e tempo de acesso foram utilizados os testes Qui-Quadrado ou exato de Fisher (para valores esperados menores que 5).

O nível de significância adotado para os testes estatísticos foi de 5%, ou seja, $P < 0.05$. Os resultados das análises estatísticas foram interpretados a partir dos fundamentos teóricos da pesquisa.

8. RESULTADOS

A apresentação dos resultados está organizada de acordo com as categorias de agressão social (manipulação de relacionamento direta e indireta, espalhar rumores de forma direta e indireta, exclusão social direta e indireta, exclusão social não verbal direta e indireta) e as respectivas justificativas para cada subtipo de agressão social.

Tanto a descrição dos subtipos de agressão social quanto às justificativas oferecidas pelos participantes levaram em consideração variáveis como idade e sexo. É importante reiterar que o número de participantes deste estudo é $n=184$, todavia houve aqueles que não responderam a todos os itens, por isso nem sempre o número de respondentes para cada variável indica o número total da amostra. É válido mencionar que em várias tabelas, embora o “n” total tenha sido baixo, optou-se por manter o cálculo de percentuais dos testes estatísticos a fim de melhor validar os dados. A análise estatística dos resultados obtidos em um determinado estudo é uma ferramenta importantíssima na validação desses dados (NORMANDO; TJÄDERHANE; QUINTÃO, p. 1, 2010).

8.1 Agressão social e justificativas para cada subtipo de agressão

A Tabela 7 apresenta a frequência de respostas sobre a forma de agressão social manipulação direta de relacionamento

Tabela 7. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Manipulação direta de relacionamento		
Sim	15	8.24
Não	154	84.62
Não lembro	13	7.14
Total	182	100

Percebe-se que, dos 182 respondentes, 8.24% já agrediram por meio dessa forma de agressão, 84.62% revelaram que não agrediram e 7.14% não lembram.

A Tabela 8 indica as justificativas apresentadas pelos participantes para cometer manipulação direta de relacionamento. Dos 15 respondentes, 8 justificaram por algum tipo de mecanismo de desengajamento moral, sendo a atribuição de culpa à vítima (26.67%) o mecanismo mais usado para justificar a ação prejudicial. Quase a metade dos participantes apresentou justificativas sem desengajamento moral (46.67%).

Tabela 8. . Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação de relacionamento direta através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Justificação moral	2	13,33
Desumanização	2	13,33
Atribuição de culpa à vítima	4	26,67
Justificativas sem desengajamento moral	7	46,67
Total	15	100

Com relação à manipulação indireta de relacionamento, a Tabela 9 exhibe que dos 183 respondentes, 16.39% admitiram ter agredido usando essa forma de agressão, 75.41% negaram ter cometido e 8.20% não lembram.

Tabela 9. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Manipulação indireta de relacionamento		
Sim	30	16.39
Não	138	75.41
Não lembro	15	8.20
Total	183	100

Na Tabela 10 encontram-se as justificativas dos participantes que praticaram manipulação indireta de relacionamento nas redes sociais virtuais. Dos 30 respondentes, 29 justificaram a ação danosa. Desses, a maioria oferecem mecanismos de desengajamento moral como justificativas. O mecanismo de desengajamento moral mais usado foi o deslocamento de responsabilidade (34.48%). Os outros 3 mecanismos mencionados variaram entre 10 e 14,24%. 24.14% dos participantes deram justificativas sem desengajamento moral.

Tabela 10. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Justificação moral	4	13,79
Linguagem Eufemística	3	10,34
Deslocamento de responsabilidade	10	34,48
Desumanização	5	14,24
Justificativas sem desengajamento moral	7	24,14
Total	29	96,99

A Tabela 11 fornece informações sobre a frequência de respostas sobre a agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta nas redes sociais virtuais. Dos 182

respondentes, 10.99 % afirmaram já ter cometido essa forma de agressão nas redes sociais virtuais. 80.22% não fizeram uso dessa forma de agressão e 8.79% não lembram.

Tabela 11. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Espalhar rumores de forma direta		
Sim	20	10.99
Não	146	80.22
Não lembro	16	8.79
Total	182	100

Dos 20 respondentes que afirmaram ter usado essa forma de agressão para causar danos à vítima, 30% apresentaram justificativas de linguagem eufemística, 5% por desumanização, e 15% por atribuição de culpa à vítima. A metade dos participantes justificou por meio de justificativas sem desengajamento (50%).

Tabela 12. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Linguagem eufemística	6	30
Desumanização	1	5
Atribuição de culpa à vítima	3	15
Justificativas sem desengajamento moral	10	50
Total	20	100

A Tabela 13 apresenta a frequência de respostas sobre a forma de agressão social espalhar rumores de forma indireta

Tabela 13. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Espalhar rumores de forma indireta		
Sim	31	16.94
Não	136	74.32
Não lembro	16	8.74
Total	183	100

Dos 183 participantes que responderam a pergunta referente a essa forma de agressão, 74.32% disseram não tê-la praticado, 8.74% não lembram e 16.94% revelaram já ter espalhado rumores de forma indireta.

Dos 31 respondentes que afirmaram ter usado essa forma de agressão para causar danos à vítima, 28 justificaram sua ação. Desses, 15 justificaram através de justificativas sem

desengajamento moral (53.57%), e 13 através de mecanismos de desengajamento moral, sendo a linguagem eufemística (21.43%) o mecanismo mais utilizado para justificar a ação danosa, como percebe-se na Tabela 14.

Tabela 14. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Linguagem eufemística	6	21,43
Difusão de responsabilidade	1	3,57
Deslocamento de responsabilidade	2	7,14
Desumanização	3	10,71
Atribuição de culpa à vítima	1	3,58
Justificativas sem desengajamento moral	15	53,57
Total	28	100

Quanto a frequência de respostas sobre a forma de agressão social exclusão social verbal direta nas redes sociais virtuais, a Tabela 15 informa que 72.13% dos participantes indicaram que não usou essa forma de agressão, 11.48% não lembram e 16.39% assumiram que já praticaram essa forma de agressão para causar danos as suas vítimas.

Tabela 15. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social verbal direta nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Exclusão social direta verbal		
Sim	30	16.39
Não	132	72.13
Não lembro	21	11.48
Total	183	100

A Tabela 16 indica as justificativas apresentadas pelos participantes para cometer exclusão social direta verbal. Dos 30 respondentes, a maioria usou algum tipo de mecanismo de desengajamento moral, sendo a, sendo a atribuição de culpa à vítima (46.67%) o mecanismo mais usado para justificar a ação prejudicial. Uma pequena parcela apresentou justificativas sem desengajamento moral (23.33%).

Tabela 16. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta verbal através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Justificação moral	4	13,33
Desumanização	5	16,67
Atribuição de culpa à vítima	14	46,67
Sem desengajamento	7	23,33

Total	30	100
-------	----	-----

Com relação à exclusão social indireta verbal, a Tabela 17 mostra que dos 182 respondentes, 65.38% não usaram essa forma de agressão, 12.09% não lembram e 22.53% já agrediram através dessa forma de agressão.

Tabela 17. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social indireta verbal nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Exclusão social indireta verbal		
Sim	41	22.53
Não	119	65.38
Não lembro	22	12.09
Total	182	100

A Tabela 18 apresenta a frequência de respostas sobre as justificativas para agressão social na forma de exclusão social verbal indireta nas redes sociais virtuais. Observa-se que a maioria dos respondentes usou algum tipo de mecanismo de desengajamento moral, sendo a desumanização (29.27%) e a atribuição de culpa à vítima (29.27%) os mecanismos mais usados. Apenas 36.59% justificaram por meio de justificativas sem desengajamento moral.

Tabela 18. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal indireta através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Justificação moral	1	2.44
Comparação vantajosa	1	2.44
Desumanização	12	29.27
Atribuição de culpa à vítima	12	29.27
Justificativas sem desengajamento moral	15	36.59
Total	41	100

No que se refere à frequência de respostas sobre a forma de agressão social exclusão social direta não verbal nas redes sociais virtuais, a Tabela 19 mostra que 64.29% dos participantes não usaram essa forma de agressão, 14.84% não lembram e 20.88% assumiram tê-la praticado.

Tabela 19. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social direta não verbal nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Exclusão social direta não verbal		
Sim	38	20.88
Não	117	64.29
Não lembro	27	14.84
Total	182	100

Conforme a Tabela 20, dos 38 respondentes que afirmaram ter usado essa forma de agressão para causar danos à vítima, 60.53% justificaram ter agido assim por meio de justificativas sem desengajamento, 21.05% através da atribuição de culpa a vítima e, 15.79% por desumanização e 2,63 por distorção das consequências.

Tabela 20. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Distorção das consequências	1	2.63
Desumanização	6	15.79
Atribuição de culpa à vítima	8	21.05
Justificativas sem desengajamento moral	23	60.53
Total	38	100

A Tabela 21 fornece informações sobre a frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais. Dos 181 respondentes, 60.77 % não fez uso dessa forma de agressão, 13.81% não lembram e 25.41% afirmaram já ter cometido essa forma de agressão nas redes sociais virtuais.

Tabela 21. Frequência de respostas sobre a agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais

Subtipo de agressão social	n	%
Exclusão social indireta não verbal		
Sim	46	25.41
Não	110	60.77
Não lembro	25	13.81
Total	181	100

Na Tabela 22 encontram-se as justificativas dos participantes que praticaram exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais. Dos 46 respondentes, somente 43 justificaram a ação danosa. Desses a maioria ofereceram mecanismos de desengajamento moral como justificativas. Os mecanismos de desengajamento moral mais mencionados nas justificativas foram a atribuição de culpa à vítima (18.60%) e a desumanização (16.28%).

Tabela 22. Justificativas identificadas como explicação para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal através das redes sociais virtuais

Justificativas	n	%
Linguagem eufemística	4	9.30
Deslocamento de responsabilidade	3	6.98
Distorção das consequências	2	4.65
Desumanização	7	16.28
Atribuição de culpa à vítima	8	18.60
Justificativas sem desengajamento moral	19	44.19
Total	43	100

Para permitir uma rápida visualização sobre as formas de agressão social mais usadas pelos participantes, e os mecanismos de desengajamento moral mais utilizados para justificá-las foram construídas as tabelas abaixo.

A Tabela 23 apresenta a frequência das subformas de agressão social. Notou-se que as agressões sociais indiretas foram as que os participantes mais indicaram ter praticado. A forma de agressão social indireta mais usada foi a exclusão social não verbal, e a menos usada foi a manipulação de relacionamento.

Tabela 23. Frequência das subformas de agressão social usadas pelos participantes

Agressão social direta		Agressão social indireta	
	%		%
Manipulação de relacionamento	8.24%	Manipulação de relacionamento	16.39%
Espalhar rumores	10.99%	Espalhar rumores	16.94%
Exclusão social verbal	16.39%	Exclusão social verbal	22.53%
Exclusão social não verbal	20.88%	Exclusão social não verbal	25.41%

No que se refere às justificativas identificadas como mecanismos de desengajamento moral, verificou-se que no geral o mecanismo mais usado foi a atribuição de culpa à vítima. As formas de agressão social mais justificadas pelos participantes através de mecanismos de desengajamento moral foram: exclusão social direta verbal, através do mecanismo de atribuição de culpa a vítima (46.67%) e manipulação indireta de relacionamento, através do mecanismo de deslocamento de responsabilidade (34.48%), conforme exposto na Tabela 24.

Tabela 24. Justificativas identificadas como mecanismos de desengajamento moral mais utilizadas para a ocorrência de cada subforma de agressão social

Agressão social direta			Agressão social indireta		
Agressão social	Justificativa de DM	%	Agressão social	Justificativa de DM	%
Manipulação de relacionamento	Atribuição de culpa à vítima	26.27%	Manipulação de relacionamento	Deslocamento de responsabilidade	34.48%
Espalhar rumores	Linguagem eufemística	30%	Espalhar rumores	Linguagem eufemística	21.43%
Exclusão social verbal	Atribuição de culpa à vítima	46.67%	Exclusão social verbal	Atribuição de culpa à vítima e desumanização	29.27%
Exclusão social não verbal	Atribuição de culpa à vítima	21.05%	Exclusão social não verbal	Atribuição de culpa à vítima	18.60%

8.2 Agressão social e justificativas para cada subtipo de agressão de acordo com o sexo do agressor

8.2.1 Agressão social na forma de *manipulação direta de relacionamento* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa subforma de agressão.

De acordo com a Tabela 25, do total dos participantes que responderam a essa questão, 11.54% do sexo masculino e 7.09% do sexo feminino que assumiram autoria dessa forma de agressão. Dos que sinalizaram que não agrediram virtualmente através da exclusão social indireta, 75% são sexo masculino e 88.19% do sexo feminino. Sobre os que não lembram ter agredido, 13.46% são do sexo masculino e 4.72% são do sexo feminino. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 25. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de manipulação de relacionamento direta de acordo com o sexo do agressor

	Masculino n (%)	Feminino n (%)	Total n (%)	p*
Manipulação direta de relacionamento				
Sim	6 (11,54)	9 (7,09)	15	0,059
Não	39 (75,00)	112 (88,19)	151	
Não lembro	7 (13,46)	6 (4,72)	13	
Total	52 (100,00)	127 (100,00)	179 (100,00)	

*Teste exato de Fischer

Como mostra a Tabela 26, dos 15 participantes que justificaram o comportamento de agredir manipulando diretamente relacionamento nas redes sociais virtuais, 6 são do sexo masculino e 9 do sexo feminino. No que tange aos participantes do sexo masculino 50% apresentaram justificativas com desengajamento moral e sem desengajamento moral. Já com relação ao sexo feminino, 55.55% justificaram através de justificativas com desengajamento moral e 44.45% sem desengajamento moral.

Tabela 26. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino	Feminino	Total	p*
	n(%)	n(%)	n	
Justificativas com DM	3 (50)	5 (55,55)	8	0,787
Justificativas sem DM	3 (50,00)	4 (44,44)	7	
Total	6 (100,00)	9 (100,00)	15	

* Teste exato de Fischer

Os mecanismos de desengajamento moral apresentados pelos participantes do sexo masculino foram: justificação moral (16,67) e atribuição de culpa à vítima (33,33%). Com relação ao sexo feminino, verificou-se que os mecanismos usados foram: Linguagem eufemística (11,11%), desumanização (22,22%) e atribuição de culpa à vítima (22,22%), conforme registrado na Tabela 27.

Tabela 27. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino	Feminino	Total
	n(%)	n(%)	n
Justificação moral	1 (16,67)	1 (11,11)	2
Desumanização	-	2 (22,22)	2
Atribuição de culpa à vítima	2 (33,33)	2 (22,22)	4

8.2.2 Agressão social na forma de *manipulação indireta de relacionamento* e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

Os resultados representados pela Tabela 28 apontam que 180 participantes de ambos os sexos responderam a questão referente à manipulação indireta de relacionamento. Desses, 53 são do sexo masculino e 127 do sexo feminino. Dos participantes do sexo masculino, 15,09% admitiram já ter agido agressivamente através dessa forma de agressão, 73,58% não praticaram essa forma de agressão e 11,32% não lembram ter cometido. Quanto ao sexo feminino, 17,32% assumiram ter praticado manipulação indireta de relacionamento, 76,38% não usaram essa forma de agressão para agredir suas vítimas e 6,30% não lembram. Não houve diferença significativa entre sexo ($p > 0,05$).

Tabela 28. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Manipulação de relacionamento indireta				
Sim	8 (15,09)	22 (17,32)	30	0,506*
Não	39 (73,58)	97 (76,38)	136	
Não lembro	6 (11,32)	8 (6,30)	14	
Total	53 (100,00)	127 (100,00)	180 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

Sobre as justificativas, observou-se que 100% dos participantes do sexo masculino legitimaram esse tipo de agressão através de justificativas com desengajamento moral. Com relação ao sexo feminino, 68.18% justificaram através de justificativas com desengajamento moral e 31.82% através de justificativas sem desengajamento moral. Houve diferença significativa entre sexo, conforme mostra a Tabela 29. Houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 29. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	7 (100)	15 (68.18)	22	0,002*
Justificativas sem DM	-	7 (31.82)	7	
Total	7 (100)	22 (100)	29	

* Teste exato de Fischer

No que tange ao desengajamento moral, observa-se na Tabela 30 que participantes do sexo masculino usaram os seguintes mecanismos: justificação moral (57.14%), linguagem eufemística (14.29%) e deslocamento de responsabilidade (28.57%). Já participantes do sexo feminino justificaram a agressão por meio dos seguintes mecanismos: linguagem eufemística (9.09%), deslocamento de responsabilidade (36.36%) e desumanização (22.73%).

Tabela 30. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Justificação moral	4 (57,14)	-	4
Linguagem eufemística	1 (14,29)	2 (9,09)	3
Deslocamento de responsabilidade	2 (28,57)	8 (36,36)	10
Desumanização	-	5 (22,73)	5

8.2.3 Agressão social na forma de *espalhar rumores de forma direta* e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

Pelos resultados, a Tabela 31 indica que 11.32% dos participantes do sexo masculino e 11.11% do sexo feminino já espalharam rumores de forma direta nas redes sociais virtuais. Sobre os que não agrediram por essa forma de agressão 75.47% são do sexo masculino e 82.54 são do sexo feminino. Com relação aos participantes que não lembram ter praticado essa agressão, 13.21% são do sexo masculino e 6.35% são do sexo feminino. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 31. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Espalhar rumores de forma direta				
Sim	6 (11,32)	14 (11,11)	20	0,312*
Não	40 (75,47)	104 (82,54)	144	
Não lembro	7 (13,21)	8 (6,35)	15	
Total	53 (100,00)	126 (100,00)	179 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

A Tabela 32 exibe as justificativas para a agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta apresentadas pelos participantes que assumiram ter praticado esse tipo de agressão por meio das redes sociais virtuais. É possível observar que 83.84% dos participantes do sexo masculino e 35.72% dos participantes do sexo feminino apresentaram justificativas com desengajamento moral. Sobre os participantes que apresentaram justificativas sem desengajamento moral, 16.67% são do sexo masculino e 64.29% são do sexo feminino. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 32. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	5 (83.34)	5 (35.72)	10	0,072
Justificativas sem DM	1 (16.67)	9 (64,29)	10	
Total	6	14	20	

* Teste exato de Fischer

Os participantes do sexo masculino justificaram essa forma de agressão através dos seguintes mecanismos de desengajamento moral: Linguagem eufemística (66.67%) e

atribuição de culpa à vítima (16.67%). Com relação ao sexo feminino, percebeu-se que os mecanismos usados foram: Linguagem eufemística (14.29%), desumanização (7.14%) e atribuição de culpa à vítima (14.29%), conforme pode-se observar na Tabela 33. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 33. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Linguagem eufemística	4 (66,67)	2 (14,29)	6
Desumanização	-	1 (7,14)	1
Atribuição de culpa à vítima	1 (16,67)	2 (14,29)	3

8.2.4 Agressão social na forma de *espalhar rumores de forma indireta* e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

Pode-se perceber, conforme exposto na Tabela 34, que dos 180 participantes que responderam a questão sobre a agressão social na forma de espalhar rumores indiretamente através das redes sociais virtuais, 53 são do sexo masculino e 127 são do sexo feminino. A maioria dos participantes de ambos os sexos informaram não ter praticado esse tipo de agressão e 11.32% e 7,87% dos respondentes do sexo masculino e feminino, respectivamente não lembram. Dos que afirmaram já ter espalhado rumores de forma indireta nas redes sociais virtuais, 16.98% é do sexo masculino e 75.75% é do sexo feminino. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 34. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Espalhar rumores de forma indireta				
Sim	9 (16,98)	20 (15,75)	29	0,725*
Não	38 (71,70)	97 (76,38)	135	
Não lembro	6 (11,32)	10 (7,87)	16	
Total	53 (100,00)	127 (100,00)	180 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

Como mostra a Tabela 35, dos 26 participantes que justificaram o comportamento de agredir espalhando rumores de forma indireta nas redes sociais virtuais, 8 são do sexo masculino e 18 do sexo feminino. No que tange aos participantes do sexo masculino 37.50% apresentaram justificativas sem desengajamento moral e 62.50% apresentaram justificativas

com desengajamento moral. Já com relação ao sexo feminino, 55.55% das justificaram através de justificativas sem desengajamento moral e 44.45% com desengajamento moral.

Tabela 35. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	5 (62,50)	8 (44,45)	13	0,173
Justificativas sem DM	3 (37,50)	10 (55,55)	13	
Total	8 (100)	18 (100)	26	

*Teste exato de Fischer

Os mecanismos de desengajamento moral apresentados pelos participantes do sexo masculinos foram: Linguagem eufemística (37.50%), difusão de responsabilidade (12.50%) e atribuição de culpa à vítima. Com relação ao sexo feminino, verificou-se que os mecanismos usados foram: Linguagem eufemística (16.67%), desumanização (16.67%) e deslocamento de responsabilidade (11.11%), conforme registrado na Tabela 36. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 36. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência da agressão social espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Linguagem eufemística	3 (37,50)	3 (16,67)	6
Difusão de responsabilidade	1 (12,50)	-	1
Deslocamento de responsabilidade	-	2 (11,11)	2
Desumanização	-	3 (16,67)	3
Atribuição de culpa à vítima	1 (12,50)	-	1

8.2.5 Agressão social na forma de **exclusão social verbal direta** e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

De acordo com a Tabela 37 nota-se que a maioria dos participantes de ambos os sexos sinalizaram não agredir através da exclusão social direta por meio das redes sociais virtuais e 11.32% do sexo masculino e 11.81% do sexo feminino não lembram. Dos participantes que assumiram ter praticado essa forma de agressão 11.32% são do sexo masculino e 18.11% são do sexo feminino.

Tabela 37. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal direta nas redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Exclusão social direta				
Sim	6 (11,32)	23 (18,11)	29	0,509
Não	41 (77,36)	89 (70,08)	130	
Não lembro	6 (11,32)	15 (11,81)	21	
Total	53 (100,00)	127 (100,00)	180 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

Pelos resultados, observou-se que 33.33% dos participantes do sexo masculino justificaram esse tipo de agressão através de justificativas sem desengajamento moral, e 66.66% através de justificativas com desengajamento moral. Com relação ao sexo feminino, 21.74% justificaram através de justificativas sem desengajamento moral e 78.26% através de justificativas com desengajamento moral, conforme mostra a Tabela 38. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 38. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	4 (66.66)	7 (78.26)	11	0,550
Justificativas sem DM	2 (33.33)	5 (21.74)	7	
Total	6 (100)	23 (100)	29	

*Teste exato de Fischer

De acordo com a Tabela 39, os mecanismos de desengajamento moral apresentados pelos participantes do sexo masculinos foram: desumanização (33.33%) e atribuição de culpa à vítima (33.33%). Com relação ao sexo feminino, verificou-se que os mecanismos usados foram: Justificação moral (17.39%), desumanização (13.04%) e atribuição de culpa à vítima (47.83%). Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 39. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social verbal direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Justificação moral	-	4 (17,39)	4
Desumanização	2 (33.33)	3 (13.04)	4
Atribuição de culpa à vítima	2 (33.33)	11 (47.83)	13

8.2.6 *Agressão social* na forma de **exclusão social verbal indireta** e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

Conforme a Tabela 40, do total dos participantes que responderam a essa questão, 66.04% do sexo masculino e 65.08% do sexo feminino sinalizaram que não agrediram virtualmente através da exclusão social indireta, 11,32% e 12.70% do sexo masculino e feminino, respectivamente, não lembram. Dos que assumiram autoria dessa forma de agressão 22.64% são do sexo masculino e 22.22% são do sexo feminino.

Tabela 40. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal indireta de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Exclusão social indireta				
Sim	12 (22,64)	28 (22,22)	40	0,968*
Não	35 (66,04)	82 (65,08)	117	
Não lembro	6 (11,32)	16 (12,70)	22	
Total	53 (100,00)	126 (100,00)	179 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

Como mostra a Tabela 41, dos 40 participantes que justificaram o comportamento de agredir excluindo socialmente de forma indireta nas redes sociais virtuais, 12 são do sexo masculino e 28, do sexo feminino. No que tange aos participantes do sexo masculino, 75% apresentaram justificativas com desengajamento moral, e 25% apresentaram justificativas sem desengajamento moral. No que se refere ao sexo feminino, 57.14% ofereceram justificativas com desengajamento moral e 42.86% sem desengajamento moral. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 41. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social verbal indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	9 (75.00)	16 (57.14)	25	0,695
Justificativas sem DM	3 (25.00)	12 (42.86)	15	
Total	12 (100)	28 (100)	40	

*Teste exato de Fischer

Os participantes do sexo masculino justificaram essa forma de agressão através dos seguintes mecanismos de desengajamento moral: Desumanização (33.33%) e atribuição de culpa à vítima (41.67%). Com relação ao sexo feminino, percebeu-se que os mecanismos

usados foram: Justificação moral (3.57%), desumanização (28.57%) e atribuição de culpa à vítima (25%), conforme registrado na Tabela 42.

Tabela 42. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social verbal indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Justificação moral	-	1 (3.57)	1
Desumanização	4 (33.33)	8 (28.57)	12
Atribuição de culpa à vítima	5 (41.67)	7 (25.00)	12

8.2.7 Agressão social na forma de *exclusão social direta não verbal* e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

Os resultados representados pela Tabela 43 apontam que 179 participantes de ambos os sexos responderam a questão referente à agressão social na forma de exclusão social direta não verbal. Desses, 52 são do sexo masculino e 127 do sexo feminino. Dos participantes do sexo masculino, 65.38% não praticaram essa forma de agressão, 19.23% não lembram ter cometido e 15.38% admitiram já ter agido agressivamente através dessa forma de agressão. Quanto ao sexo feminino, 64.57% não usaram essa forma de agressão para agredir suas vítimas, 12.60% não lembram e 22.83% assumiram ter praticado exclusão social direta não verbal. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 43. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Exclusão social direta não-verbal				
Sim	8 (15,38)	29 (22,83)	37	0,348*
Não	34 (65,38)	82 (64,57)	116	
Não lembro	10 (19,23)	16 (12,60)	26	
Total	52 (100,00)	127 (100,00)	179 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

Sobre as justificativas oferecidas por participantes de ambos os sexos para cometer exclusão social direta não verbal, é possível perceber, na Tabela 44, que os participantes do sexo masculino justificaram seu comportamento agressivo através de justificativas com desengajamento moral (37.50%) e justificativas sem desengajamento moral (62.50%). No que se refere ao sexo feminino, 37.93% ofereceram justificativas com desengajamento moral e 62.07% sem desengajamento moral.

Tabela 44. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	3 (37.50)	11 (37.93)	14	
Justificativas sem DM	5 (62.50)	18 (62.07)	23	0,160
Total	8 (100)	29(100)	37(100)	

*Teste exato de Fischer

Como mostra a Tabela 45, 37.50% dos participantes do sexo masculino usaram o mecanismo de desengajamento moral **desumanização** para justificar a ação agressiva. Com relação ao sexo feminino, 3.45% justificaram através do mecanismo distorção das consequências, 10.34% através da desumanização e 24.14% através da atribuição de culpa à vítima. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 45. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Distorção das consequências	-	1 (3.45)	1
Desumanização	3 (37.50)	3 (10.34)	6
Atribuição de culpa à vítima	-	7 (24.14)	7

8.2.8 Agressão social na forma de *exclusão social indireta não verbal* e as justificativas apresentadas pelos participantes para esse subtipo de agressão.

De acordo com a Tabela 46, do total dos participantes que responderam a essa questão, 65.38% do sexo masculino e 58.73% do sexo feminino sinalizaram que não agrediram virtualmente através da exclusão social indireta não verbal, 13.46% e 14.29% do sexo masculino e feminino, respectivamente, não lembram. Dos que assumiram autoria dessa forma de agressão 21.15% são do sexo masculino e 26.98% são do sexo feminino.

Tabela 46. Frequência de respostas de ocorrência de agressão social do tipo exclusão social indireta não verbal de acordo com o sexo do agressor

Agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n(%)	p*
Exclusão social indireta não verbal				
Sim	11 (21,15)	34 (26,98)	45	0,677*
Não	34 (65,38)	74 (58,73)	108	
Não lembro	7 (13,46)	18 (14,29)	25	
Total	52 (100,00)	126 (100,00)	178 (100,00)	

*Teste Qui-quadrado

Pelos resultados, observou-se que 54.54% dos participantes do sexo masculino justificaram esse tipo de agressão através de justificativas com desengajamento moral, e 45.45% através de justificativas sem desengajamento moral. Com relação ao sexo feminino, 58.06% justificaram através de justificativas com desengajamento moral, e 41.94% através de justificativas sem desengajamento moral, conforme mostra a Tabela 47. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 47. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Justificativas	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n	p*
Justificativas com DM	6 (54,54)	18 (58,06)	24	0,670
Justificativas sem DM	5 (45,45)	13 (41,94)	18	
Total	11 (100)	31 (100)	42	

*Teste exato de Fischer

Os mecanismos de desengajamento moral apresentados pelos participantes do sexo masculino foram: Linguagem eufemística (18,18%), distorção das consequências (9,09%), Desumanização (9,09%) e atribuição de culpa à vítima (18,18%). Com relação ao sexo feminino, verificou-se que os mecanismos usados foram: Linguagem eufemística (6,45%), deslocamento de responsabilidade (9,68%), distorção das consequências (3,23%), desumanização (19,35%) e atribuição de culpa à vítima (11,11%), conforme registrado na Tabela 48. Não houve diferença significativa entre sexo.

Tabela 48. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de exclusão social indireta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo do agressor

Desengajamento Moral	Masculino n(%)	Feminino n(%)	Total n
Linguagem eufemística	2 (18,18)	2 (6,45)	4
Deslocamento de responsabilidade	-	3 (9,68)	3
Distorção das consequências	1 (9,09)	1 (3,23)	2
Desumanização	1 (9,09)	6 (19,35)	7
Atribuição de culpa à vítima	2 (18,18)	6 (19,35)	8

Para permitir uma rápida visualização sobre as formas de agressão social mais usadas pelos participantes, bem como os mecanismos de desengajamento moral mais utilizados para justificá-las, foram construídas uma tabela e um quadro com informações resumo.

Tabela 49. Frequência das subformas de agressão social usadas pelos participantes do sexo masculino e feminino

Subtipos de agressão social	Masculino n(%)	Feminino n(%)
Manipulação direta de relacionamento	6 (11,54)	9 (7,09)
Manipulação indireta de relacionamento	8 (15,09)	22 (17,32)
Espalhar rumores diretamente	6 (11,32)	14 (11,11)
Espalhar rumores indiretamente	9 (16,98)	20 (15,75)
Exclusão social verbal direta	6 (11,32)	23 (18,11)
Exclusão social verbal indireta	12 (22,64)	28 (22,22)
Exclusão social não verbal direta	8 (15,38)	29 (22,83)
Exclusão social não verbal indireta	11 (21,15)	34 (26,98)

Pode-se perceber, conforme exposto na Tabela 49, que a agressão social que os participantes, de forma geral, mais utilizam através das redes sociais virtuais é a exclusão social indireta não-verbal e a que menos utilizam é a manipulação direta de relacionamento. É interessante observar que a agressão social mais utilizada pelo sexo feminino foi a **exclusão social indireta não-verbal** (26,98%), seguida pela **exclusão social direta não-verbal** (22,83%) e pela **exclusão social indireta** (22,22%). Já com relação ao sexo masculino, os participantes indicaram que a agressão social mais utilizada para agredir nas redes sociais virtuais foi a **exclusão social indireta** (22,64%), seguida pela **exclusão social indireta não-verbal**(21,15%) e pela agressão social do tipo **espalhar rumores de forma indireta** (16,98%).

O Quadro 3 mostra uma breve comparação dos mecanismos de desengajamento moral usados por participantes do sexo masculino e feminino. De modo geral, a desumanização e a atribuição de culpa à vítima foram os mecanismo de desengajamento moral mais usados para justificar as agressões sociais nas redes sociais virtuais por participantes de ambos os sexos. Observa-se que participantes do sexo feminino parecem usar mais mecanismos de desengajamento moral para justificar as agressões sociais nas redes sociais virtuais do que participantes do sexo masculino. A forma de agressão social mais justificada por participantes do sexo foi a exclusão social indireta não verbal. Já as agressões sociais mais justificadas por participantes do sexo masculino foram a manipulação indireta de relacionamento e a exclusão social indireta não verbal.

Quadro 3 Comparação de mecanismos de desengajamento moral usados pelos participantes de ambos os sexos

Formas de agressão social	Mecanismos de desengajamento moral	
	Masculino	Feminino
Manipulação direta de relacionamento	Justificação moral, atribuição de culpa à vítima	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima
Manipulação indireta de relacionamento	Justificação moral, linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade e desumanização.	Linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade e desumanização.
Espalhar rumores de forma direta	Linguagem eufemística e atribuição de culpa à vítima	Linguagem eufemística, desumanização e atribuição de culpa à vítima
Espalhar rumores de forma indireta	Linguagem eufemística, difusão de responsabilidade e atribuição de culpa à vítima	Linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade e desumanização.
Exclusão social direta verbal	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima
Exclusão social indireta verbal	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima
Exclusão social direta não-verbal	Desumanização	Distorção das consequências, desumanização e atribuição de culpa à vítima
Exclusão social indireta não-verbal	Linguagem eufemística, distorção das consequências, desumanização e atribuição de culpa à vítima	Linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade, distorção das consequências, desumanização e atribuição de culpa à vítima

8.3 Agressão social e justificativas para cada subforma de agressão nas redes sociais virtuais de acordo com o sexo e a idade do agressor

8.3.1 Agressão social na forma de *manipulação direta de relacionamento* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

Na Tabela 50 observa-se que 117 participantes do sexo feminino indicaram não terem agredido e não lembrarem ter agredido alguém através da manipulação de relacionamento direta nas redes sociais virtuais. Desses 95.45% estavam na faixa etária de 14 a 15 anos de idade, 89.58% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 94.64% tinham entre 18 e 20 anos. Dos participantes do sexo feminino que assumiram já ter agredido usando essa forma de agressão social, 4.55%, 10.42% e 5.36% estavam na faixa etária entre 14 e 15 anos, 16 e 17 anos e entre 18 e 20 anos de idade, respectivamente.

Com relação aos participantes do sexo masculino, verificou-se que na faixa etária entre 14 e 15 anos não houve indicação de agressores. Já na faixa etária entre 16 e 17 anos 86.67% dos participantes não agrediram e não lembram ter agredido por esta forma de agressão, e 13.33% revelaram ter manipulado diretamente o relacionamento com seus pares.

Tabela 50. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Não/não lembro	21(95.45)	43(89.58)	53(94.64)	117	2 (100)	13 (86.67)	30 (88.24)	45	
Sim	1 (4.55)	5 (10.42)	3 (5.36)	9	-	2 (13.33)	4 (11.76)	6	0.699
Total	22	48	56		2	15	34		

No que tange às justificativas apresentadas pelos respondentes do sexo feminino percebe-se na faixa etária entre 14 e 15 anos nenhuma participante se desengajou e somente 1 ofereceu justificativa sem desengajamento moral. Na faixa etária entre 16 e 17 anos 60% se desengajaram moralmente e 40% justificaram através de justificativas sem desengajamento moral. Entre 18 e 20 anos 66.66% justificaram através de mecanismos de desengajamento moral e 33.33% através de justificativas sem desengajamento moral. Com relação ao sexo masculino, notou-se que participantes com faixa etária entre 18 a 20 foram os que mais justificaram sua ação agressiva, 75% por mecanismos de desengajamento moral e 25% por justificativas sem desengajamento moral, como mostra a Tabela 51. Não houve diferença significativa entre sexos levando em consideração a faixa etária.

Tabela 51. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Justificativas com DM	-	3 (60)	2(66.66)	5	-	-	3 (75)	3	
Justificativas sem DM	1(100)	2 (40)	(33,33)	3	-	2 (100)	1 (25)	3	0,986
Total	1	5	3		-	2	4		

*Teste Exato de Fischer

Percebe-se que das participantes do sexo feminino que usaram desengajamento moral para justificar a agressão, as com idades entre 16 e 17 anos se desengajaram através dos seguintes mecanismos: Justificação moral (20%), Desumanização (20%) e atribuição de culpa à vítima (20%). Os mecanismos mais usados por participantes do sexo feminino com idade entre 18 e 20 anos foram: desumanização (33.33%) e atribuição de culpa à vítima (33.33%). No que se refere ao sexo masculino, é possível observar que os participantes com idade entre 18 e 20 anos se desengajaram através de justificação moral (25%) e atribuição de culpa à vítima (50%), como registrado na Tabela 52.

Tabela 52. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de manipulação direta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Justificação moral	-	1 (20)	-	1	-	-	1(25)	1
Desumanização	-	1 (20)	1(33,33)	2	-	-	-	0
Atribuição de culpa à vítima	-	1 (20)	1(33,33)	2	-	-	2 (50)	2

8.3.2 Agressão social na forma de *manipulação indireta de relacionamento* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

A maioria dos participantes do sexo feminino, de todas as faixas etárias declararam que não agrediram e não lembram ter agredido seus pares usando essa forma de agressão social. Das participantes que admitiram ter ferido seus pares através da manipulação indireta de relacionamento, 13.64% estavam na faixa etária entre 14 e 15 anos, 20.83% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 16.07% estavam na faixa etária entre 18 e 20 anos. No que se refere ao sexo masculino, também se observa que em todas as faixas etárias, a maioria dos participantes indicaram que não cometeram essa forma de agressão e não lembram ter cometido. Já aqueles que afirmaram ter praticado essa forma de agressão, 12.50% estavam na faixa etária entre 16 e 17 anos e 17.65% tinham idades entre 18 e 20 anos.

Tabela 53. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Não/não lembro	19 (86.36)	38(79.17)	47 (83.93)	117	2 (100)	14 (87.50)	28 (82.35)	45	
Sim	3 (13.64)	10 (20.83)	9 (16.07)	9	-	2 (12.50)	6 (17.65)	6	0.964
Total	22	48	56		2	16	34		

As participantes do sexo feminino, com faixa etária entre 14 e 15 anos justificaram a ocorrência dessa forma de agressão somente por meio de mecanismos de desengajamento moral. As com idades entre 16 e 17 anos justificaram usando desengajamento moral (60%) e justificativas sem desengajamento moral (40%). Já na faixa etária entre 18 e 20 anos, 66.66% se desengajaram moralmente e 33.33% apresentaram justificativas sem desengajamento moral. Quanto ao sexo masculino, todos os participantes das faixas etárias

entre 16 e 17 e 18 e 20 anos usaram mecanismos de desengajamento moral como justificativa para essa forma de agressão social, conforme representa a Tabela 54.

Tabela 54. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Justificativas com DM	3 (100)	6 (60)	4(66.66)	13	-	2(100)	5(100)	7	0,986
Justificativas sem DM	-	4 (40)	3 (33.33)	7	-	-	-	-	
Total	3	10	7		-	2	5		

*Teste Exato de Fischer

Como mostra a Tabela 55, participantes com idades entre 14 e 15 anos, do sexo feminino usaram deslocamento de responsabilidade (33.33%) e desumanização (66.66%) para justificar essa forma de agressão social. Na faixa etária entre 14 e 15 anos as participantes usaram os seguintes mecanismos de desengajamento moral: linguagem eufemística (20%), deslocamento de responsabilidade (30%) e desumanização (10%). No que tange ao sexo masculino, verificou-se que todos os participantes na faixa etária entre 16 e 17 se desengajaram através de justificação moral. Já participantes com idades entre 18 e 20 anos justificaram através dos seguintes mecanismos de desengajamento moral: Justificação moral (40%), Linguagem eufemística (20%) e deslocamento de responsabilidade (40%).

Tabela 55. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de manipulação indireta de relacionamento através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Just moral	-	-	-	-	-	2 (100)	2 (40,00)	4
Ling euf	-	2 (20,00)	-	2	-	-	1 (20,00)	1
Desl resp	1 (33,33)	3 (30,00)	4 (44,44)	8	-	-	2 (40,00)	2
Desum	2 (66,67)	1 (10,00)	2 (22,22)	5	-	-	-	-

8.4.3 Agressão social na forma de *espalhar rumores de forma direta* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

No que se refere ao uso de agressão social na forma de exclusão social indireta nas redes sociais virtuais, a Tabela 56 indica que participantes do sexo feminino de todas as faixas etárias não agrediram e não lembram ter agredido através dessa forma de agressão.

Com relação às participantes que assumiram ter usado essa forma de agressão para ferir suas vítimas 4.76% tinham entre 14 e 15 anos de idade, 16.67% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 8.93% estavam na faixa etária entre 18 e 20 anos. No que concerne ao sexo masculino, observa-se que em todas as faixas etárias os participantes afirmaram que não cometeram essa forma de agressão e não lembram ter cometido. Já aqueles que disseram afirmaram ter espalhado rumores de forma direta, 6.25% encontram-se na faixa etária entre 16 e 17 anos e 14.21% tinham idades entre 18 e 20 anos.

Tabela 56. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	p*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Não/não lembro	20 (95.24)	40 (83.33)	51 (91.07)	111	2 (100)	15 (93.75)	29 (85.29)	46	
Sim	1 (4.76)	8 (16.67)	5 (8.93)	14	-	1 (6.25)	5 (14.21)	6	0.673
Total	21	48	56		2	16	34		

Todas as participantes do sexo feminino que admitiram ter agredido socialmente por essa forma de agressão apresentaram justificativas sem desengajamento moral para cometê-la. As com idades entre 16 e 17 anos justificaram através de desengajamento moral (25%) e justificativas sem desengajamento moral (75%). Das participantes na faixa etária entre 18 e 20 anos 60% usaram mecanismos de desengajamento moral e 40% justificativas sem desengajamento moral. Sobre os participantes do sexo masculino na faixa etária entre 16 e 17 anos, somente 1 justificou por desengajamento moral. Os com idades entre 18 e 20 anos, 80% justificaram através de desengajamento moral e 20% por meio de justificativas sem desengajamento moral, conforme Tabela 57.

Tabela 57. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Justificativas com DM	-	2 (25)	3 (60)	5	-	1 (100)	4 (80)	5	
Justificativas sem DM	1 (100)	6(75)	2 (40)	9	-	-	1 (20)	1	0,391
Total	1	8	5				5		

*Teste Exato de Fischer

Nota-se, através da Tabela 58 que os mecanismos linguagem eufemística (12.50%) e atribuição de culpa à vítima (12.50%) foram as justificativas usadas por

participantes do sexo feminino com idades entre 14 e 15 anos (75%). As participantes com idades entre 18 e 20 anos se desengajaram através dos seguintes mecanismos: linguagem eufemística (20%), desumanização (20%) e atribuição de culpa à vítima (20%). No que diz respeito ao sexo masculino, 1 participante com idade entre 16 e 17 anos justificou através linguagem eufemística. Participantes na faixa etária entre 18 e 20 anos se desengajaram moralmente através dos seguintes mecanismos: Linguagem eufemística (60%) e atribuição de culpa à vítima (40%).

Tabela 58. Mecanismos de Desengajamento moral identificados como justificativa para a ocorrência de espalhar rumores de forma direta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Ling euf	-	1 (12,50)	1(20,00)	2	-	1 (100)	3 (60,00)	4
Desum	-	-	1 (20,00)	1	-	-	-	-
Atr de culp a vit	-	1 (12,50)	1 (20,00)	2	-	-	1 (20,00)	1

8.4.4 Agressão social na forma de *espalhar rumores de forma indireta* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 59, a expressiva maioria dos participantes do sexo feminino e masculino, de todas as faixas etárias declararam que não praticaram essa forma de agressão e não lembram tê-la cometido. No sexo feminino, das participantes que declararam ter prejudicado seus pares espalhando rumores de forma indireta, 9.09% estavam na faixa etária entre 14 e 15 anos, 16.67% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 17.86% tinham de 18 a 20 anos de idade. Já os adolescentes do sexo masculino que disseram “sim” 6.27% encontravam-se na faixa etária entre 16 e 17 anos e 23.53% tinham entre 18 e 20 anos de idade.

Tabela 59. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Não/não lembro	20 (90.91)	40 (83.33)	46(82.14)	106	2 (100)	15 (93.75)	26 (76.47)	43	
Sim	2 (9.09)	8 (16.67)	10 (17.86)	20	-	1 (6.25)	8 (23.53)	9	0.662
Total	22	48	56		2	16	34		

Das participantes do sexo feminino, com faixa etária entre 14 e 15 anos justificaram a ocorrência dessa forma de agressão por meio de mecanismos de desengajamento moral (50%) e justificativas sem desengajamento moral (50%). As com idades entre 16 e 17 anos justificaram usando desengajamento moral (25%) e por justificativas sem desengajamento moral (75%). Já na faixa etária entre 18 e 20 anos, as participantes justificaram tanto por desengajamento moral (62.50%) quanto por justificativas sem desengajamento moral (37.50). Quanto ao sexo masculino, todos os participantes com idades entre 16 e 17 anos usaram justificativas sem desengajamento moral, e na faixa etária entre 18 e 20 anos, 57.15% justificaram por desengajamento moral e 42.86% através de justificativas sem desengajamento, conforme Tabela 60.

Tabela 60. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Justificativas com DM	1 (50)	2 (25)	5 (62.50)	8	-	-	4 (57.15)	4	
Justificativas sem DM	1 (50)	6 (75)	3 (37.50)	10	-	1 (100)	3(42.86)	4	0,223
Total									

*Teste Exato de Fischer

Participantes do sexo feminino com idades entre 14 e 15 anos, se desengajaram somente por linguagem eufemística (50%). Na faixa etária entre 16 e 17, os mecanismos usados foram: linguagem eufemística (12.50%) e desumanização (12.50%), já entre 18 e 20 anos as participantes usaram: linguagem eufemística (12.50%), deslocamento de responsabilidade (25%) e desumanização (25%). No que diz respeito ao sexo masculino, somente participantes na faixa etária entre 18 e 20 anos se desengajaram usando os seguintes mecanismos: linguagem eufemística (42.86%) e difusão de responsabilidade (14.29), como indica a Tabela 61.

Tabela 61. Mecanismos de desengajamento moral identificados como justificativa para espalhar rumores de forma indireta através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Ling euf	1 (50)	1 (12,50)	1(12,50)	1	-	-	3 (42,86)	3
Dif de resp	-	-	-	-	-	-	1 (14,29)	1
Desl de resp	-	-	2 (25,00)	2	-	-	-	-
Desum	-	1(12,50)	2 (25,00)	3	-	-	-	-

Atr de cul a vit	-	-	-	-	-	-	-	-
------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

8.3.5 Agressão social na forma de *exclusão social direta verbal* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

No que se refere ao uso de agressão social na forma de exclusão social direta verbal nas redes sociais virtuais, a Tabela 62 indica que participantes do sexo feminino de todas as faixas etárias não agrediram e não lembram ter agredido através dessa forma de agressão. Com relação às participantes que revelaram ter usado essa forma de agressão para ferir suas vítimas 9.09% tinham entre 14 e 15 anos de idade, 22.92% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 17.86% estavam na faixa etária entre 18 e 20 anos. No que concerne ao sexo masculino, também observa-se que em todas as faixas etárias os participantes afirmaram que não cometeram essa forma de agressão e não lembram ter cometido. Já aqueles que disseram “sim” 6.25% encontram-se na faixa etária entre 16 e 17 anos e 14.71% tinham entre 18 e 20 anos de idade.

Tabela 62. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social direta verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Não/não lembro	20 (90.91)	37 (77.08)	46(82.14)	103	2 (100)	15 (93.75)	29 (85.29)	46	
Sim	2 (9.09)	11 (22.92)	10 (17.86)	24	-	1 (6.25)	5 (14.71)	9	0.630
Total	22	48	56		2	16	34		

Na Tabela 63 encontram-se as justificativas, por faixa etária dos participantes de ambos os sexos que assumiram autoria dessa forma de agressão social. Verificou-se que todas as participantes do sexo feminino com faixa etária entre 14 e 15 anos se desengajaram moralmente. Na faixa etária entre 16 e 17 anos 81.81% das participantes usaram mecanismos de desengajamento moral como justificativa e 30% usaram justificativas sem desengajamento moral. Das participantes com idades entre 18 e 20 anos, 70% se desengajaram moralmente 30% deram justificativas sem desengajamento moral. Quanto ao sexo masculino, observa-se que somente um participante com idade entre 14 e 15 anos justificou via desengajamento moral. Com relação aos participantes com idade entre 18 e 20 anos, 60% justificaram por desengajamento moral e 40% através de justificativas sem desengajamento. Não houve diferença significativa entre sexo e faixa etária.

Tabela 63. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Justificativas com DM	2 (100)	9 (81,81)	7 (70)	18	-	1 (100)	3 (60)	4	0,850
Justificativas sem DM	-	3 (30,00)	3 (30)	6	-	-	2 (40)	2	
Total	2	11	10		-	-	5		

*Teste Exato de Fischer

Nota-se, através da Tabela 64 que a justificação moral (50%) e a atribuição de culpa à vítima (50%) foram os mecanismos de desengajamento moral usados por participantes do sexo feminino com idades entre 14 e 15 anos. As participantes com faixas etárias entre 16 e 17 e 18 e 20 anos se desengajaram, respectivamente, através dos seguintes mecanismos: Justificação moral (18,18%; 10%), desumanização (18,18%; 10%) e atribuição de culpa à vítima (45,45%; 50%). No que diz respeito ao sexo masculino, o único participante com idade entre 14 e 15 anos, que se desengajou o fez através do mecanismo atribuição de culpa à vítima. Na faixa etária entre 18 e 20 anos os participantes se desengajaram moralmente através dos seguintes mecanismos: desumanização (40%) e atribuição de culpa à vítima (20%).

Tabela 64. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social direta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Jus mor	1 (50,00)	2 (18,18)	1 (10,00)	4	-	-	-	-
Desum	-	2 (18,18)	1 (10,00)	3	-	-	2 (40,00)	2
Atr de culpa vit	1 (50,00)	5 (45,45)	5 (50,00)	11	-	1 (100)	1 (20,00)	2

8.3.6 Agressão social na forma de *exclusão social indireta verbal* nas redes sociais virtuais e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

Sobre a exclusão social indireta verbal nas redes sociais virtuais, nota-se, através da Tabela 65, que em todas as faixas etárias, em ambos os sexos, a maioria dos participantes sinalizaram que não praticaram essa forma de agressão e não lembrar tê-la cometido. No sexo feminino, das participantes que declararam ter prejudicado seus pares por essa forma de agressão, 23,81% estavam na faixa etária entre 14 e 15 anos, 22,92% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 21,43% tinham de 18 a 20 anos de idade. Já aqueles participantes do sexo

masculino que disseram “sim” 18.75% encontravam-se na faixa etária entre 16 e 17 anos e 26.47% tinham entre 18 e 20 anos de idade.

Tabela 65. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social indireta verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Não/não lembro	16 (76.19)	37 (77.08)	44 (78.57)	97	2 (100)	13 (81.25)	25 (73.53)	40	
Sim	5 (23.81)	11 (22.92)	12 (21.43)	28	-	3 (18.75)	9 (26.47)	12	0.985
Total	21	48	56		2	16	34		

As participantes do sexo feminino, com faixa etária entre 14 e 15 anos justificaram a ocorrência dessa forma de agressão somente por meio de mecanismos de desengajamento moral. As com idades entre 16 e 17 anos justificaram usando desengajamento moral (45.45%) e justificativas sem desengajamento moral (54.55%). Já na faixa etária entre 18 e 20 anos, metade das participantes justificou tanto por desengajamento moral quanto por justificativas sem desengajamento moral. Quanto ao sexo masculino, todos os participantes com idades entre 16 e 17 anos usaram mecanismos de desengajamento moral como justificativa, e na faixa etária entre 18 e 20 anos, 66.66% justificaram por desengajamento moral e 33.33% através de justificativas sem desengajamento, ver Tabela 66.

Tabela 66. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social indireta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Justificativas com DM	4 (100)	5 (45.45)	6 (50)	15	-	3 (100)	6 (66.66)	9	
Justificativas sem DM	-	6 (54.55)	6 (50)	12	-	-	3 (33.33)	3	0,167
Total	4	11	12			3	9		

*Teste Exato de Fischer

Participantes do sexo feminino com idades entre 14 e 15 anos, se desengajaram por meio dos seguintes mecanismos: justificação moral (20%), desumanização (60%) e atribuição de culpa à vítima. Nas faixas etárias entre 16 e 17 e entre 18 e 20 anos, respectivamente, os mecanismos usados foram: desumanização (9.09% e 33.33%) e atribuição de culpa à vítima (36.36% e 16.67%). No que diz respeito ao sexo masculino, ocorreu algo semelhante. Participantes nas faixas etárias entre 16 e 17 e entre 18 e 20 anos, respectivamente, também usaram desumanização (33.33% e 66.66%) e atribuição de culpa à

vítima (33.33% e 33.33%) para justificar essa forma de agressão social, como indica a Tabela 67.

Tabela 67. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social indireta verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Just mor	1(20,00)	-	-	1	-	-	-	-
Comp vant	-	-	-	-	-	-	-	-
Desum	3(60,00)	1 (9,09)	4 (33,33)	8	-	1 (33,33)	3 (33,33)	4
Atr de cul a vit	1 (20,00)	4 (36,36)	2 (16,67)	7	-	2 (66,67)	3 (33,33)	5

8.3.7 Agressão social na forma de *exclusão social direta não verbal* e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.

A maioria dos participantes do sexo feminino de todas as faixas etárias declararam que não agrediram e não lembram ter agredido seus pares usando essa forma de agressão. Das participantes que admitiram ter ferido seus pares através da exclusão social direta verbal, 4.55% estavam na faixa etária entre 14 e 15 anos, 28% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 30.36% estavam na faixa etária entre 18 e 20 anos. No que se refere ao sexo masculino, também se observa que em todas as faixas etárias os participantes afirmaram que não cometeram essa forma de agressão e não lembram ter cometido. Já aqueles que afirmaram ter praticado essa forma de agressão, 50% encontravam-se na faixa etária entre 15 e 14 anos, 18.75% estavam na faixa etária entre 16 e 17 anos e 12.12% tinham idades entre 18 e 20 anos, conforme Tabela 68.

Tabela 68. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Não/não lembro	21 (95.45)	38 (79.17)	39 (69.64)	98	1 (50)	13 (81.25)	29 (87.88)	43	
Sim	1 (4.55)	10 (28.83)	17 (30.36)	28	1 (50)	3 (18.75)	4 (12.12)	8	0.071
Total	22	48	56		2	16	33		

Como mostra a Tabela 69, somente uma participante do sexo feminino da faixa etária entre 14 e 15 anos apresentou justificativa sem desengajamento moral para cometer essa forma de agressão social. As participantes com idades entre 16 e 17 anos justificaram a prática dessa forma de agressão através de mecanismos de desengajamento moral (50%) e por

meio de justificativas sem desengajamento moral (50%). Na faixa etária entre 18 e 20 anos, verificou-se que 35.29% usaram desengajamento moral como justificativa e 64.71% apresentaram justificativas sem desengajamento moral. Dos participantes do sexo masculino com idades entre 14 e 15 anos somente um justificou a agressão usando mecanismo de desengajamento moral. Já na faixa etária entre 16 e 17 anos percebe-se que 33.33% apresentou desengajamento moral como justificativa e 66.67% justificaram através de justificativas sem desengajamento moral. Os participantes do sexo masculino na faixa etária entre 18 e 20 anos apresentaram justificativas com desengajamento moral (25%) e sem desengajamento moral (75%).

Tabela 69. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Justificativas com DM	-	5 (50)	6 (35,29)	11	1 (100)	1 (33,33)	1 (25)	3	
Justificativas sem DM	1 (100)	5 (50)	11 (64,71)	17	-	2 (66,67)	3 (75,00)	5	0.250
Total	1	10	17						

*Teste Exato de Fischer

Os mecanismos de desengajamento moral usados por participantes do sexo feminino com idades entre 15 e 15 anos foram: desumanização (30%) e atribuição de culpa à vítima (20%). Aquelas na faixa etária entre 18 e 20 anos se desengajaram moralmente através dos seguintes mecanismos: distorção das consequências (5.88%) e atribuição de culpa à vítima (29,41). Participantes do sexo masculino, de todas as faixas etárias se desengajaram somente através da desumanização, conforme Tabela 70.

Tabela 70. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Dist das cons	-	-	1 (5,88)	1	-	-	-	-
Desum	-	3 (30,00)	-	3	1 (100)	1 (33,33)	1 (25,00)	3
Atr de cul a vit		2 (20,00)	5 (29,41)	7	-	-	-	-

8.3.8 *Agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal e as justificativas apresentadas pelos participantes para essa forma de agressão.*

No que se refere ao uso de agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais, a Tabela 71 indica que participantes do sexo feminino de todas as faixas etárias não agrediram e não lembram ter agredido através dessa forma de agressão. Com relação as participantes que revelaram ter usado essa forma de agressão para ferir suas vítimas 19.05% tinham entre 14 e 15 anos de idade, 22.92% tinham entre 16 e 17 anos de idade e 32.14% estavam na faixa etária entre 18 e 20 anos. No que concerne ao sexo masculino, observa-se que em todas as faixas etárias os participantes afirmaram que não cometeram essa forma de agressão e não lembram ter cometido. Já aqueles que disseram “sim” 32.35% encontram-se na faixa etária de 18 a 20 anos.

Tabela 71. Frequência de respostas de sobre de agressão social na forma de exclusão social indireta não verbal nas redes sociais virtuais de acordo com a idade e sexo do agressor

	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)		
Não/não lembro	17 (80.95)	37 (77.08)	38 (67.86)	92	2 (100)	15 (100)	23 (67.65)	40	
Sim	4 (19.05)	11 (22.92)	18 (32.14)	33	-	-	11 (32.35)	11	0.090
Total	21	48	56		2	15	34		

Na Tabela 72 encontram-se as justificativas, por faixa etária dos participantes de ambos os sexos que assumiram autoria da agressão social na forma de exclusão social verbal indireta. Verifica-se que 75% das participantes do sexo feminino com faixa etária entre 14 e 15 anos se desengajaram moralmente e 25% ofereceram justificativas sem desengajamento moral. Na faixa etária entre 16 e 17 anos 70% das participantes usaram mecanismos de desengajamento moral como justificativa e 30% usaram justificativas sem desengajamento moral. Das participantes com idades entre 18 e 20 anos, 43.75% se desengajaram moralmente 56.25% deram justificativas sem desengajamento moral. Quanto ao sexo masculino, observa-se que somente participantes com idades entre 18 e 20 anos apresentaram justificativas: 54.55% desengajamento moral e 45.45% justificativas sem desengajamento moral.

Tabela 72. Justificativas com ou sem desengajamento moral indicadas para a ocorrência de agressão social na forma de exclusão social direta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot	P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	
Justificativas com DM	3 (75)	7 (70)	7 (43,75)	17	-	-	6 (54,55)	6	0,349
Justificativas sem DM	1 (25)	3 (30)	9 (56,25)	13	-	-	5 (45,45)	5	
Total	4	10	16		-	-	11		

*Teste Exato de Fischer

Nota-se, através da Tabela 73 que a atribuição de culpa à vítima foi o único mecanismo de desengajamento moral usado por participantes do sexo feminino com idades entre 14 e 15 anos (75%). As participantes com idades entre 16 e 17 anos se desengajaram através dos seguintes mecanismos: linguagem eufemística (10%), deslocamento de responsabilidade (10%), desumanização (30%) e atribuição de culpa à vítima (20%). Os mecanismos mais usados por participantes do sexo feminino com idade entre 18 e 20 anos foram: deslocamento de responsabilidade (12.50%), distorção das consequências (6.25%), desumanização (18.75%) e atribuição de culpa à vítima (6.25%). No que diz respeito ao sexo masculino, somente participantes na faixa etária entre 18 e 20 anos se desengajaram moralmente através dos seguintes mecanismos: Linguagem eufemística (18.18%), distorção das consequências (9.09%), desumanização (9.09%) e atribuição de culpa à vítima (18.18%).

Tabela 73. Mecanismos de desengajamento moral indicados como justificativa para exclusão social indireta não verbal através das redes sociais virtuais de acordo com o sexo e idade do agressor

Idade	Feminino			Sub tot	Masculino			Sub tot
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	n
Ling euf	-	1 (10,00)	-	1	-	-	2 (18,18)	2
Desl de res	-	1 (10,00)	2 (12,50)	3	-	-	-	-
Dist das cons	-	-	1 (6,25)	1	-	-	1 (9,09)	1
Desum	-	3 (30,00)	3 (18,75)	6	-	-	1 (9,09)	1
Atrib de culp a vit	3 (75,00)	2 (20,00)	1 (6,25)	6	-	-	2 (18,18)	2

Para permitir uma rápida visualização sobre as formas de agressão social mais usadas pelos participantes de ambos os sexos, conforme cada faixa etária, e os mecanismos de desengajamento moral mais utilizados para justificá-las, foram construídos uma tabela e um quadro com informações resumo.

Conforme a Tabela 74, observou-se que participantes do sexo feminino com idades entre 18-20 anos (32,14%) foram as que mais utilizaram a agressão social do tipo

exclusão social não verbal indireta para atingir suas vítimas. Também é possível observar que, no sexo feminino, a frequência de ocorrências de algumas subformas de agressão social aumenta com a idade. Quanto ao sexo masculino é possível notar que a exclusão social não verbal indireta também foi a subforma de agressão social mais utilizado por participantes da faixa etária entre 18 e 20 anos (32,35%). É importante destacar que houve baixíssima participação de participantes do sexo masculino com idades entre 14 e 15 anos em agressão social através das redes sociais virtuais.

Tabela 74. Frequência das subformas de agressão social usadas pelos participantes de ambos os sexos de acordo com a faixa etária

	Feminino			Masculino			P*
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	
Manipulação direta de relacionamento	1 (4,55)	5 (10,42)	3(5,36)	-	2(13,33)	4 (11,76)	0,699
Manipulação indireta de relacionamento	3 (13,64)	10 (20,83)	9 (16,07)	-	2 (12,50)	6 (17,65)	0,964
Espalhar rumores diretamente	1 (4,76)	8 (16,67)	5 (8,93)	-	1 (6,25)	5 (14,71)	0,673
Espalhar rumores indiretamente	2 (9,02)	8 (16,67)	10(17,86)	-	1 (6,25)	8 (23,53)	0,662
Exclusão social verbal direta	2 (9,09)	1 (22,92)	10(17,86)	-	1 (6,25)	5 (14,71)	0,630
Exclusão social verbal indireta	5 (23,81)	11 (22,92)	12(21,43)	-	3(18,75)	9 (26,47)	0,985
Exclusão social não verbal direta	1 (4,55)	10 (20,83)	17(30,36)	1(50)	3 (18,75)	4 (12,12)	0,071
Exclusão social não verbal indireta	4 (19,05)	11 (22,92)	18(32,14)	-	-	11(32,35)	0,090

* Teste Exato de Fischer

O Quadro 4 apresenta uma breve comparação entre os mecanismos de desengajamento moral usados por participantes do sexo feminino e masculino, de acordo com cada faixa etária. Os mecanismos de desengajamento moral mais usados por participantes do sexo feminino na faixa etária entre 14 e 15 anos foram a atribuição de culpa à vítima, desumanização e justificação moral, e a agressão social nas redes sociais virtuais mais justificada foi a exclusão social verbal indireta. Na faixa entre 16 e 17 anos, as justificativas mais usadas foram desumanização, atribuição de culpa à vítima e linguagem eufemística. Ainda no sexo feminino, participantes na faixa etária entre 18 e 20 anos usaram com mais frequência os seguintes mecanismos de desengajamento moral: desumanização e atribuição de culpa à vítima. A agressão social mais justificada nas redes sociais virtuais nas duas últimas faixas etárias foi a exclusão social indireta não verbal.

Com relação ao sexo masculino, notou-se que a maioria dos participantes com idades entre 14 e 15 anos não justificaram as formas de agressão social nas redes sociais virtuais. Já participantes que estavam na faixa etária entre 16 e 17 anos usaram com maior frequência as justificativas de desumanização e atribuição de culpa à vítima, sendo que a agressão social mais justificada nessa faixa etária foi a exclusão social indireta verbal. Já na faixa etária entre 18 e 20 anos, os participantes do sexo masculino usaram com maior frequência os mecanismos de desengajamento moral atribuição de culpa à vítima, desumanização e linguagem eufemística para justificar a maioria das formas de agressão social nas redes sociais virtuais, sendo a exclusão social indireta não verbal a agressão social mais justificada por esse grupo.

Quadro 4 Comparação de mecanismos de desengajamento moral usados pelos participantes de ambos os sexos

Formas de agressão social	Mecanismos de desengajamento moral					
	Feminino			Masculino		
	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)	14-15 n(%)	16-17 n(%)	18-20 n(%)
Manipulação direta de relacionamento	-	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	-	-	Justificação moral e atribuição de culpa à vítima
Manipulação indireta de relacionamento	Deslocamento de responsabilidade e desumanização	Linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade e desumanização	Deslocamento de responsabilidade e desumanização	-	Justificação moral	Justificação moral, linguagem eufemística e deslocamento de responsabilidade
Espalhar rumores de forma direta	-	Linguagem eufemística e atribuição de culpa à vítima	Linguagem eufemística, desumanização e atribuição de culpa à vítima	-	Linguagem eufemística	Linguagem eufemística e atribuição de culpa à vítima
Espalhar rumores de forma indireta	Linguagem eufemística	Linguagem eufemística e desumanização	Linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade e desumanização	-	-	Linguagem eufemística e difusão de responsabilidade
Exclusão social verbal direta	Justificação moral e atribuição de culpa à vítima	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima	-	Atribuição de culpa à vítima	Desumanização e atribuição de culpa à vítima
Exclusão social verbal indireta	Justificação moral, desumanização e atribuição de culpa à vítima	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	-	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	Desumanização e atribuição de culpa à vítima
Exclusão social direta não verbal	-	Desumanização e atribuição de culpa à vítima	Distorção das consequências e atribuição de culpa à vítima	Desumanização	Desumanização	Desumanização
Exclusão social indireta não verbal	Atribuição de culpa à vítima	Linguagem eufemística, deslocamento de responsabilidade, desumanização e atribuição de culpa à vítima	Deslocamento de responsabilidade, Distorção das consequências, desumanização e atribuição de culpa à vítima	-	-	Linguagem eufemística, Distorção das consequências desumanização e atribuição de culpa à vítima

9 DISCUSSÃO

Neste capítulo é apresentada a discussão dos resultados encontrados no presente estudo e a sua relação com a literatura disponível. Para tanto, os objetivos são retomados em tópicos juntamente com as hipóteses, que estão em forma de perguntas no método, facilitando assim a discussão.

9.1 Agressões sociais mais utilizadas nas redes sociais virtuais entre estudantes do sexo feminino e masculino que se percebem como agressores

Como já discutido em sessão anterior, pesquisas sobre agressão social, conforme a organização proposta por Galen e Underwood (1997) aparentemente tem sido investigada somente na forma presencial ou face-a-face. Todavia, esse estudo ousou investigar as práticas dessas formas de agressão social nas redes sociais virtuais. Com isso deparamo-nos com outras formas de agressões virtuais entre pares que vem sendo estudada por pesquisadores de diversos países: o cyberbullying, que nada mais é segundo Patchin e Hinduja (2010) e Menesi (2012) do que um tipo de bullying social praticado por meio das novas tecnologias da comunicação e informação com o uso de internet com algumas características bem próprias.

Ao comparar os dois fenômenos, agressão social entre pares nas redes sociais virtuais e cyberbullying, percebeu-se que existem muitas semelhanças, podendo, a agressão social entre pares nas redes sociais virtuais ser considerada uma das várias expressões de cyberbullying, com uma organização diferenciada, como já discutida anteriormente.

Ao explorar a problemática da agressão social nas redes sociais virtuais, verificou-se neste trabalho que houve uma baixa frequência desse fenômeno, ou seja, poucos participantes admitiram já ter usado alguma forma de agressão social nas redes sociais virtuais. Esse resultado corrobora com a ideia de Olweus (2012) de que a agressão virtual entre pares em idade escolar, mais conhecida como cyberbullying, é um fenômeno de baixa frequência, que não aumentou acentuadamente ao longo do tempo e não criou “novas vítimas” e “autores”. Na verdade, os envolvidos em situações de cyberbullying geralmente são aqueles envolvidos em outras formas de bullying.

A baixa frequência de agressão social entre pares nas redes sociais virtuais também concorda com as conclusões de vários estudos realizados neste âmbito, já que na maioria destas investigações o número de vítimas é superior ao número de praticantes de

agressões virtuais entre pares escolares (SMITH ET AL. 2008; HINDUJA; PATCHIN, 2009; LI, 2007).

De forma geral, foi possível observar que as formas indiretas de agressão social foram as mais praticadas entre os agressores nas redes sociais virtuais. Uma das principais características da agressão social indireta é que a identidade do agressor não é revelada. Estes dados podem ser explicados pela literatura que aponta que a opção dos cybers agressores pelo anonimato pode ser compreendida a partir do efeito desinibição, que gera uma tendência a não responsabilização pelos seus atos, conferindo-lhes assim uma “falsa” sensação de liberdade proveniente da possibilidade de suas ações não serem punidas. Dessa forma os agressores virtuais podem agir de forma indireta porque isso lhes deixa mais seguros e confiantes na hora de atacar suas vítimas, e também porque através dessas situações eles experimentam uma dificuldade maior em conter seus impulsos *online* do que em situações sociais no espaço real (WILLARD, 2007; PALFREY; GASSER, 2011; DEMPSEY et al, 2011; AVILÉS (2012, *apud* TOGNETTA E BOZZA, 2012). As formas indiretas de agressão social foram as mais praticadas pelos participantes deste estudo nas redes sociais virtuais, sendo a exclusão social não verbal indireta e a exclusão social indireta verbal as indicadas com maior frequência.

No que concerne à variável sexo, os resultados mostram que não houve diferença significativa para nenhuma das formas de agressão social praticadas pelos participantes através das redes sociais virtuais. Ainda que os testes não tenham apontado nenhuma diferença significativa, é possível reconhecer na Tabela 49 que participantes do sexo masculino agredem com mais frequência por meio de formas indiretas de agressão social, como exclusão social verbal, exclusão social não verbal e espalhar rumores. Já participantes do sexo feminino agredem com mais frequência através da exclusão social não verbal indireta, exclusão social não verbal direta e exclusão social indireta.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa apontam que participantes do sexo masculino indicaram agredir virtualmente tanto quanto participantes do sexo feminino. Assim, embora as formas de agressão social não tenham sido estudadas no meio virtual, os dados sobre as diferenças de gênero são contraditórios com aqueles disponíveis na literatura sobre a agressão social presencial, onde, muitos pesquisadores (Feshbach e Sones, 1971; Cairns e Cairns, 1984; Galen e Underwood 1997; Xie, Cairns e Cairns, 2002) afirmam que participantes do sexo masculino agredem menos socialmente e mais fisicamente e meninas tem mais predisposição para agredir socialmente. Também não confirmam os resultados obtidos em outras investigações sobre a diferença de gênero em cyberbullying, que sinalizam que a maioria dos agressores são do sexo masculino (Li, 2006; Pinto, 2011; McNulty, 2014;

Fonseca, 2015). Todavia os resultados estão de acordo com os achados de Fitzpatrick e Bussey (2011), que apontam não haver diferença significativa entre sexo para os agressores de bullying social.

Sobre quem mais pratica agressão social nas redes sociais virtuais, os resultados sinalizam que a resposta depende muito forma de agressão social, não sendo possível fazer uma generalização. Por exemplo, formas de agressão social que chegaram mais próximas de ter uma diferença significativa entre agressores do sexo masculino e feminino foram: manipulação direta de relacionamento e exclusão social verbal direta, com maior expressão no sexo masculino; e exclusão social direta não-verbal e exclusão social indireta não-verbal com maior expressão no sexo feminino.

Com relação a variável idade também não houve diferença significativa de faixa etária entre os sexos masculino e feminino para todas as formas de agressão social, o que demonstra que, independente da idade, qualquer estudante pode praticar qualquer forma de agressão social entre pares nas redes sociais virtuais. Esses dados vão ao encontro com os achados de Beran e Li (2007) e Ybarra (2004) onde os resultados de suas investigações indicam que a idade não é um preditor significativo de cyberbullying entre os adolescentes.

Embora não exista nenhuma diferença significativa, foi possível perceber, conforme informa a Tabela 74, a agressão social nas redes sociais virtuais mais usada por participantes de ambos os sexos com idades entre 18 e 20 anos foi a exclusão social indireta não-verbal. O uso dessa forma de agressão por participantes do sexo feminino pode ser explicado a partir das considerações de Underwood (2004). Para essa autora agredir através de formas não-verbais de exclusão social pode ser um recurso poderoso e eficaz para meninas, por vários motivos, sendo um deles o fato dessa ser estratégia eficiente para prejudicar alguém com relativamente poucas consequências sociais. Quanto ao sexo masculino, nota-se que a exclusão social indireta não verbal também foi a forma de agressão social mais utilizada por participantes da mesma faixa etária. Ainda que Underwood não tenha feito essa mesma consideração para participantes do sexo masculino, mesmo que em situações presenciais, acredita-se que esse motivo, especificamente, tenha validade em situações de agressão social que envolva o sexo masculino.

Sobre se a agressão social nas redes sociais virtuais aumenta com a idade em ambos os sexos, essa questão só é possível ser percebida para algumas formas de agressão. No sexo feminino, observou-se que as formas de agressão social que aumenta com a idade são: espalhar rumores indiretamente, exclusão social direta não-verbal, exclusão social indireta não-verbal. Nos participantes do sexo masculino, também constatou-se que a prática de

agressão social virtual aumentou com a idade apenas para algumas formas de agressão social como: manipulação indireta de relacionamento, espalhar rumores de forma direta, espalhar rumores de forma indireta e exclusão social verbal direta e indireta. Vale ressaltar que não foi possível contar com a faixa etária de 14 e 15 anos, pois houve baixíssimo engajamento de participantes do desse sexo, como percebe-se na Tabela 74. Pela perspectiva de Bjorkqvist, (1994) e Underwood, Beron e Rosen, (2009), é possível compreender esses resultados encontrados no presente estudo. Para eles, a manifestação da agressão social aumenta durante a adolescência, época que as relações sociais se ampliam, são mais valorizadas e importantes. Assim, prejudicar seus pares no que tange aos status social, e interromper as relações de amizade, independente do motivo, é uma forma potencialmente eficaz de causar dano ao outro.

9.2 Mecanismos de desengajamento moral usados para justificar cada forma de agressão social de acordo com o sexo e com a faixa etária dos agressores.

Para melhor atender ao objetivo e as hipóteses, organização da discussão dos resultados referentes as justificativas apresentadas pelos agressores de ambos os sexos e de diferentes faixas etárias, para as diferentes formas de agressão social nas redes sociais virtuais, optou-se por primeiramente discutir os resultados já apresentados sobre quem mais se desengaja moralmente e depois discutir os dados sobre as faixas etárias onde existem mais desengajadores em ambos os sexos.

De forma geral, foi possível perceber que a desumanização e a atribuição de culpa a vítima foram os mecanismos de desengajamento moral mais utilizados pelos participantes de ambos os sexos para justificar as indicações de agressão social entre pares nas redes sociais virtuais. Contudo, não foi possível concluir se quem mais se desengaja moralmente são participantes do sexo feminino ou masculino, pois os participantes justificaram seu comportamento agressivo para cada forma de agressão social. Não obstante, evidências indicam que participantes do sexo feminino parecem ter indicado usar mais mecanismos de desengajamento moral do que participantes do sexo masculino, porém esse dado não pode ser generalizado e necessita de novas investigações. Estes resultados não reforçam os achados de Bandura et al (1996) e McAlister, Bandura e Owen (2006), que indicaram que participantes do sexo masculino apresentaram níveis mais elevados de desengajamento moral do que as participantes do sexo feminino. Vale ressaltar que os estudos acima citados não referem-se ao

contexto de agressão social, e sim à situações de agressão entre pares escolares (Bandura et al 1996) e em situações de suporte à força militar (McAlister, Bandura e Owen (2006).

Durante o processo de busca na literatura sobre pesquisas que sinalizassem a existência ou não de diferenças entre sexo para desengajamento moral em situações de agressões virtuais, como no caso de cyberbullying, notou-se que aparentemente essa questão ainda é pouco discutida. Contudo, os resultados da pesquisa de Bussey, Fitzpatrick e Raman (2015) indicam que houve uma forte associação entre os mecanismos de desengajamento moral e o cyberbullying, onde os níveis mais altos de predisposição ao desengajamento moral foram associados com os níveis também elevados de autodeclaração para cometer cyberbullying. Acredita-se, portanto que esse tema deve ser investigado, levando em consideração diferenças de gênero e de idade.

Com relação a variável faixa etária, os testes indicaram que não houve diferença estatisticamente significativa entre as faixas etárias de ambos os sexos para desengajamento moral. O que corrobora com os dados da literatura, segundo os quais apontam que o desengajamento moral não foi relacionado com a idade pois não houve diferença significativa (BANDURA, 1996). Mesmo não havendo diferença significativa, percebeu-se que para algumas formas de agressão social entre pares nas redes sociais virtuais, os resultados foram levemente expressivos, indicando uma pequena, porém notável incidência de desengajadores morais em algumas faixas etárias. Entre participantes do sexo feminino e masculino, o maior número de desengajadores estão na faixa etária dos 18 a 20 anos para a forma de agressão social exclusão social indireta não verbal. Notou-se que no sexo masculino, os participantes mais novos não justificaram a maioria das agressões sociais entre pares nas redes sociais virtuais, o que contradiz os achados de Barchia e Bussey (2011) que apontam que alguns autores de agressões do tipo presencial usam mais frequentemente mecanismos de desengajamento moral no início da adolescência. Nesta pesquisa fica claro que o uso de tais mecanismos é mais frequente no meio e no fim da adolescência e no início da vida adulta.

A desumanização e a atribuição de culpa à vítima foram os mecanismos de desengajamento moral mais usados pelos participantes de ambos os sexos para justificar as agressões sociais nas redes sociais virtuais. Esse resultado é condizente com os resultados encontrados na investigação realizada por Tognetta, Rosário e Martínez (2015), com estudantes no contexto de bullying. Para esses autores, desumanizar a vítima é uma estratégia usada pelos agressores para descaracterizá-la da dignidade que lhe é inerente. Dessa forma, ao perceber que a vítima não é digna de respeito, os agressores não avaliam negativamente sua conduta agressiva.

Atribuir culpa à vítima foi outra estratégia usada expressivamente pelos participantes deste estudo para se autoexonerarem da culpa pela prática de agressão social nas redes sociais virtuais, e desse modo classificaram como merecedoras dos prejuízos advindos da agressão por trazerem sofrimentos para si mesmas.

Diante das discussões, vale registrar que para Bandura (1991), é importante que todas as pessoas possam desenvolver valores humanizadores e afirma que a humanização é um processo que promove ações prosociais de combate a violência e que pode suscitar sentimentos de empatia e um forte senso de obrigação social ligada a autossanções avaliativas, que por sua vez motivam o comportamento humano em benefício dos outros, sacrificando o próprio interesse ou mesmo quando envolve situação de risco pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu investigar as formas de agressão social entre alunos do ensino médio que indicaram ter praticado tais agressões nas redes sociais virtuais, bem como os mecanismos de desengajamento moral usados para justificar cada forma de agressão social. Dessa forma, pode-se dizer que os objetivos desta investigação foram alcançados, e as questões norteadoras respondidas.

Os resultados deste trabalho indicaram a relevância do mesmo, uma vez que a agressão social da forma como está organizada, propõe outra forma de olhar e pensar sobre o fenômeno das agressões que ocorrem entre pares de alunos nas redes sociais virtuais. Não se trata de um fenômeno novo, mas a lógica em que ele se encontra organizado pode gerar discussões que podem ampliar o conhecimento e contribuir para o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

A pesquisa mostrou que a agressão social entre pares nas redes sociais virtuais, ainda que tenha indicado uma baixa expressividade, não pode ser ignorada. Entende-se que é papel dos educadores agirem de forma consciente em relação a esse fato. Desse modo, o conhecimento do que se passa entre os alunos em suas interações presenciais é importante, pois questões mal resolvidas no palco das interações face-a-face podem migrar para as redes sociais virtuais, podendo causar prejuízos irreversíveis. A partir dos resultados aqui encontrados é possível sugerir ações preventivas e interventivas que visem a melhoria da relação entre pares. Como sugere Olweus (2012), quando as escolas dirigem esforços para ações antibullying estão também aumentando as chances de reduzir, a já baixa prevalência de agressões virtuais entre pares, ou cyberbullying.

É válido destacar que esta pesquisa, sob nenhuma circunstância, visa esgotar a complexidade dos fenômenos em questão, nem tampouco abrange todas as dimensões que envolvem as agressões sociais que ocorrem nas redes sociais virtuais e os mecanismos de desengajamentos morais como justificativas para a ação agressiva.

Embora os resultados deste estudo forneçam informações úteis sobre as agressões sociais que ocorrem entre pares de estudantes nas redes sociais virtuais, e sobre os mecanismos de desengajamento moral usados para justificar cada subforma de agressão social, considerando as variáveis sexo e faixa etária, algumas limitações devem ser reconhecidas. A primeira delas se refere ao tamanho da amostra do estudo. Por se tratar de uma investigação com muitas categorias de agressão social e de desengajamento moral, o número de participantes não foi o suficiente para gerar resultados consistentes, tendo em vista

que os resultados na maior parte das categorias ficaram bastante pulverizados. Deste modo, é interessante a realização de investigações futuras sobre o tema, que contemple uma amostra maior e que seja capaz de gerar resultados mais consistentes.

A segunda limitação diz respeito à construção do questionário aplicado. O questionário serviu como instrumento de coleta de dados para mais de uma dissertação. Dessa forma, na parte onde havia as perguntas específicas sobre ter ou não agredido alguém socialmente, os participantes tinham a opção de marcar claramente se tinham ou não, ou não lembravam ter praticado as formas de agressão social em “meio virtual: facebook, twitter, instagram, snapchat, whatsapp, entre outros” ou em “interação presencial”. Houve casos em que os participantes reconheceram ter praticado agressão social tanto em meio virtual quanto em interações presenciais. O problema surgiu quando os participantes justificaram as agressões, pois não ficou claro se a justificativa correspondia à agressão social praticada em meio virtual ou em interações presenciais ou nas duas. Outra limitação foi o número de participantes do sexo feminino, que foi expressivamente maior que o número de participantes do sexo masculino, o que possivelmente interferiu no resultado de algumas análises.

Uma consideração importante a ser feita se refere à análise dos mecanismos de desengajamento moral de acordo com as respostas qualitativas dos participantes. Muitas justificativas consideradas sem desengajamento moral por possuírem poucas informações, na verdade, foram pouco exploradas e, por isso, não se pode chegar a uma conclusão mais consistente sobre a presença de desengajamento moral. Por exemplo, participantes que justificaram as formas de agressão social através de justificativas como “ciúmes” e “por falta de afinidade”, talvez se estivessem sendo questionados em outro contexto, como em situações de entrevistas, outros aspectos pudessem ser explorados e analisados como mecanismos de desengajamento moral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro. FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012. Disponível em: http://www.flacso.org.br/portal/pdf/libros/conversando_sobre_violencia.pdf Acesso: 31/01/2015.
- ABRAMOVAY, M. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO no Brasil, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265POR.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015.
- ABRAMOVAY, M. **Violências nas escolas. Rio de Janeiro**. FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>. Acesso em 10 nov. 2015.
- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO no Brasil, 2002.
- ABRAMOVAY, M; AVANCINI, M. F. **A violência e a escola: O caso Brasil**. 2000. Disponível em: <http://www.ucb.br/observatorio/pdf/A%20Viol%EAncia%20e%20a%20Escola.pdf>. Acesso em: 01 maio 2015
- ABRAMOVAY, M; CUNHA, A. L; CALAF, P.P. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. Disponível em: http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=comdocman&task=doc_download&gid=24&Itemid= Acesso 31/01/2015.
- ARCHER, J; COYNE, S. M. An integrated review of indirect, relational, and social aggression. **Personality and Social Psychology Review**, n. 3, p. 212–230, 2005.
- AVILES, J.M O Cyberbullying. In:_____. (ORG). **Bullying**: Guia para educadores. Campinas, SP: Mercado de letras, 2013, p. 213-254.
- AVILES, J.M. Ciberbullying: Diferencias entre el alumnado de secundaria. **Boletín de Psicología**, n. 96, p. 79-96, 2009.
- AZZI, R.G; CORRÊA, G.C. Mecanismos de desengajamento moral em ação: discussão a partir de exemplos brasileiros. In: A. Bandura; R. Azzi; L.Tognetta (org). **Desengajamento moral**: Teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva. Campinas-SP: Mercado das Letras, pp.195-218, 2015.
- BANDURA, A et al. Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. **Journal of Personality and Social Psychology**, n. 2, p. 364-374, 1996.
- BANDURA, A. A evolução da teoria social cognitiva. In: A. Bandura; R. Azzi; S. Polydoro e cols. Teoria Social Cognitiva: Conceitos básicos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BANDURA, A. A teoria social cognitiva na perspectiva da agência. In: A. Bandura; R. Azzi; S. Polydoro e cols. *Teoria Social Cognitiva: Conceitos básicos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BANDURA, A. **Aggression: A Social Learning Analysis**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1973.

BANDURA, A. Desengajamento moral na perpetração de desumanidades. In: A. Bandura; R. Azzi; L. Tognetta (org). **Desengajamento moral: Teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2015.

BANDURA, A. Psychological mechanism of aggression. In: R.G, Geen; E. Donnerstein (Orgs). **Aggression: Theoretical and empirical reviews**. New York: Academic Press, 1983, p. 1-40.

BANDURA, A. **Selective moral disengagement in the exercise of moral agency**. *Journal of Moral Education*, 31, 101–119. 2002.

BANDURA, A. **Social cognitive theory of moral thought and action**. In W. M. Kurtines & J. L. 1991.

BANDURA, A. Social learning analysis of aggression. In: E. Riber-Inesta; A Bandura (Orgs). *Analysis os delinquency an aggression*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1976.

BANDURA, A. Social learning theory of aggression. **Journal of Communication**, vol 28, n. 3, p 2-12, 1978.

BANDURA, A., BARBARANELLI, C., CAPRARA, G. V., & PASTORELLI, C. **Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency**. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 364–374. 1996.

BANDURA, A.; ROSS; ROSS, S. A. Vicarious reinforcement and imitation. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v 67, p. 601-607, 1963.

BANDURA, A.; WALTERS, R. H. **Adolescent Aggression**. New York: Ronald Press, 1959.

BANDURA, A.; WALTERS, R. H. **Social learning and personality development**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1963.

BERNDT, T. J. The features and effects of friendship in early adolescence. **Child Development**, 53, 1447-1460, 1982.

BJÖRKQVIST, K. Sex differences in physical, verbal, and indirect aggression: **A review of recent research**. *Sex Roles*, n. 30, p. 177-188, 1994.

BJÖRKQVIST, K; ÖSTERMAN, K; KAUKIAINEN, A. The development of direct and indirect aggressive strategies in males and females. In K. BJÖRKQVIST; P. NIEMELÄ (orgs.) **Of mice and women: Aspects of female aggression**. San Diego, CA: Academic Press, p. 51–64, 1992.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, n. 13, p. 210-230, 2008.

BRASIL, SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Coordenação Geral de Políticas Transversais. Participatório - Observatório Participativo da Juventude. **Pesquisa Agenda Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros -2013**. Brasília: SNJ, 2013.

BUSSEY, K. FITZPATRICK, S. RAMAN, A. The Role of Moral Disengagement and Self-Efficacy in Cyberbullying. **Journal of School Violence**. Vol. 14, p. 30-46, 2015.

CAIRNS, R. B; CAIRNS, B. D. Predicting aggressive patterns in girls and boys: A developmental study. **Aggressive Behavior**, 10, 227- 242, 1984.

CALVETE, E; ORUE, I; ESTÉVEZ, A; VILLARDÓN, L; PADILLA, P. Cyberbullying in adolescents: Modalities and aggressors' profile. *Computers in Human Behavior*, 26, 1128-1135, 2009.

CAMACHO, L. M. Y. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, p. 123-140, 2001.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, 4(8), 2002. 432-443.

CRICK, N. R, et al. Gender differences in children's normative beliefs about aggression: How do I hurt thee? Let me count the ways. **Child Development**, 67, 1003-1014, 1996.

CRICK, N. R; GROTPETER, J. K. Relational aggression, gender, and social psychological adjustment. **Child Development**, v. 66, p. 710-722, 1995.

DANIELS-BEIRNESS, T. Measuring peer status in boys and girls: A problem of apples and of oranges. In: SCHNEIDER, B. H.; ATTILI, G.; NADEL, J.; WEISSBERG, R. P. (Orgs.). **Social competence in development perspective**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1989.

DEBARBIEUX, E. **Violências nas escolas: divergências sobre palavras e um desafio político**. In E. Debarbieux & C. Blaya (Orgs.), *Violência nas escolas e políticas públicas* (pp. 59-87). Brasília: UNESCO. 2002.

DEMPSEY, A.G et al. Has cyber technology produced a new group of peer aggressors? **Cyberpsychol Behav Soc Netw**. 2011; 14:297-302.

EISENSTEIN, E.; ESTEFENON, S. G. B. Geração Digital: Riscos das Novas Tecnologias para Crianças e Adolescentes. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto (Impresso)** , v. 10, p. 42-52, 2011.

FESHBACH, N; SONES, G. Sex differences in adolescent reactions toward newcomers. **Developmental Psychology**, 4, 381-386, 1971.

FITZPATRICK, S; BUSSEY, K. The development of the social bullying involvement scales. **Aggressive Behavior**, 37, 177-192, 2011.

FONSECA, P.M. *Bullying e Cyberbullying: Estudo do Fenómeno em Jovens Estudantes do Ensino Secundário*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2015. 100 f. (Dissertação de mestrado) - Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto, 2015.

FREEMAN, L. C. Some antecedents of social network analysis. **Connections**, v. 19, n. 1, p. 39-42, 1996.

FRY, D. P; GABRIEL, A. H. Preface: The cultural construction of gender and aggression. **Sex Roles**, 30, 165-167, 1994. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF01420986#page-1>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

GALEN, B. R; UNDERWOOD, M. K. A developmental investigation of social aggression among children. **Developmental Psychology**, n. 33, p. 589–600, 1997.

GRIGG, D.W. **Cyber-Aggression: Definition and Concept of Cyberbullying**. Aust. J. Guid. Counsell. 2010, 20, 143–156.

GUZZI, D. Diálogo, configurações de privacidade e compartilhamento: Aja, não seja só um espectador. In: **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil = ICT Kids Online Brazil 2013 : survey on Internet use by children in Brazil / [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination Alexandre F. Barbosa]**. – 1. ed. – São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acesso em: 06 out 2015.

HAZELWOOD, S,D; KOON-MAGNIN, S. Cyber Stalking and Cyber Harassment Legislation in the United States: A Qualitative Analysis. **International Journal of Cyber Criminology**, Vol 7 (2), p. 155–168, 2013. Disponível em: <http://www.cybercrimejournal.com/hazelwoodkoonmagninijcc2013vol7issue2.pdf>. Acesso em: 12 out. 2015.

IGLESIAS, F. Desengajamento moral. In A. Bandura, R. G. Azzi; S. Polydoro (Org.), **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 165-176, 2008.

KEBEDE, R. Redes Sociais superam o e-mail. **Reuters**, 2009. Disponível em: <<http://br.hsmglobal.com/notas/43543-redes-sociais-superam-o-e-mail>>. Acesso em 11 de out. de 2015.

LAGERSPETZ, K. M; BJORKQVIST, K; PELTONEN, T. Is indirect aggression typical of females? Gender differences in aggressiveness in 11- to 12-year-old children. **Aggressive Behavior**, 14(6), 403-414, 1998.

LI, Q; BERAN, T. The relationship between cyberbullying and school bullying. *Journal of Student Wellbeing*, 1 (2), 15-33, 2007.

LUNA, C. Uma web perturbada pela violência. In C. N. Abreu; E. Eisenstein e S. G. B. Estefenon (Org). **Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

MACCOBY, E. E. Gender and relationships: A developmental account. **American Psychologist**, 45, 513-520, 1990.

MACHADO, J.R.; TIJIBOY, A.V. Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, maio, 2005. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~cvnascimento/artigos/a37_redessociaisvirtuais.pdf>. Acesso em: 3 out. 2015.

MARÉES, N.; PETERMANN, F. Cyberbullying: An increasing challenge for schools. **School Psychology International**, v. 33, n. 5, p. 467-476, 2012.

MARRIEL, L.C et al . Violência escolar e auto-estima de adolescentes. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 36, n. 127, p. 35-50, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Nov. 2015. http.

MARTINS, M J. D. Agressão e vitimização entre adolescentes, em contexto escolar: um estudo empírico. **Revista Análise Psicológica**. Out. 2005, v.23, nº.4, p.401-425. ISSN 0870-8231.

MATOS, H. **Capital Social e Comunicação: Interfaces e Articulações**. Summus Editorial: São Paulo, 2009.

MCALISTER, A.L; BANDURA, A; OWEN, S.V. Mechanisms of moral disengagement in support of military force: The impact of Sept. 11. **Journal of Social and Clinical Psychology**, 25, 141-165, 2006. .

MCNULTY, D. **Predictors of Cyberbullying amongst Adolescents: The role of Empathy, Moral Disengagement and Self-Esteem**. Dublin: Dublin Business School, 2014. 61 f. (Dissertação de mestrado) - Dublin Business School, Department of Psychology. Dublin, 2014.

MILHORN, T. **Cybercrime: How to Avoid Becoming a Victim**. Universal Publishers, Boca Raton, Flórida, 2007.

MOREIRA, V.M. **Redes sociais e a inteligência coletiva**. In C. N. Abreu; E. Eisenstein e S. G. B. Estefenon (Org). Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

NORMANDO, D; TJADERHANE, L; QUINTAO, C. C. A. A escolha do teste estatístico - um tutorial em forma de apresentação em PowerPoint. **Dental Press J. Orthod.** [online]. 2010, vol.15, n.1, pp.101-106. ISSN 2176-9451. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-94512010000100012>.

NOVA ESCOLA. **Como combater a indisciplina e as incivildades?** disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n5J9qgLnTY8>>. Acesso em 08 nov. 2015.

OLWEUS, D. **Bully/Victim Problems at School: Facts and Effective Intervention. Reclaiming children and youth** (Spring 1996), pp. 15-22, 1996.

OLWEUS, D. Bully/victim problems in school: facts and intervention. **European Journal of Psychology of Education**, 12 (4), 495-511, 1997.

OLWEUS, D. NORWAY. In P. K. Smith, Y. MORITA, J. Junger-Tas, D. Olweus, R. Catalano, & P. Slee (Eds.), **The nature of school bullying: A cross-national perspective**, p. 7–27. London: Routledge, (1999).

OLWEUS, D. Invited Expert Discussion Paper Cyberbullying: An overrated phenomenon? **European journal of developmental psychology**, Bergen, v.9, n. 5, p. 520–538, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Report on Violence and Health**. Geneva: World Health Organization Press, 2002. Disponível em: <http://http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en//>. Acesso em: 05 nov. 2015.

PALFREY, J; GASSER, U. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, p.352, 2011.

PATRICIA, R; RECUPERO, J. Forensic Evaluation of Problematic Internet Use. *The Journal of the American Academic Psychiatry and the Law*, 36, 505-514, 2008.

PEREIRA, F.; MATOS, M.. Cyberstalking entre adolescentes: uma nova forma de assédio e perseguição?. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa , v. 16, n. 1, mar. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164500862015000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 set. 2015. <http://dx.doi.org/10.15309/15psd160207>.

PINTO, T. M. G. **Estudo da prevalência de comportamentos de cyberbullying e sua relação com vivências de vergonha e estados emocionais negativos**. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga, 2011. 53 f. Tese (Dissertação de mestrado) - Ramo Psicoterapia e Psicologia Clínica. Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2011.

PIROLO, M.A.M et al. **As redes de relacionamentos e seus reflexos na interação social do jovem**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Blumenau: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 28 a 30 de Maio de 2009.

PRODÓCIMO, E; SILVA, R. G. C; MIGUEL, R. S; RECCO, K. V. Meninas também agredem? Estudo sobre agressão entre escolares. **Educação em Foco**, 15, 59-76, 2010.

POLYDORO, S, J; AZZI, R.G. Autorregulação: aspectos introdutórios. In: A. Bandura; R. Azzi; S. Polydoro e cols. **Teoria Social Cognitiva: Conceitos básicos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v. 28, n. 68, p. 117-127, 2014. Disponível em: Acesso em: < <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06> > 08 fev. 2015.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. (5. ed.). Porto Alegre: Penso 2013.

SHARIFF, S. Cyberbullying: **questões e soluções para a escola, a sala de aula e a família**. (J. E. COSTA, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2011.

SILVA, P.K.L. **A escola na era digital**. In: In C. N. Abreu; E. Eisenstein e S. G. B, Estefenon (Org). Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 137-157, 2013.

SMITH, P. K. Cyberbullying and cyber aggression. In: S. R. Jimerson, A. B. Nickerson, M. J. Mayer & M. J. Furlong (org.), **Handbook of school violence and school safety: international research and practice** (pp. 93-103). New York: Routledge, 2012.

SMITH, P. K; MONKS, C. P. Concepts of bullying: Developmental and cultural aspects. *International Journal Of Adolescent Medicine And Health*, 20(2), 101-112, 2008.

SPOSITO, M. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p.87-104, 2001.

SUBRAHMANYAM, K; GREENFIELD, P. Online communication and adolescent relationships. **Future of Children**, v. 18, p. 119–146, 2008.

TIC KIDS ONLINE BRASIL. **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil = ICT Kids Online Brazil 2013 : survey on Internet use by children in Brazil** / [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination Alexandre F. Barbosa]. – – 1. ed. – – São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acesso em: 06 out 2015.

TOGNETTA, L.R.P. Bullying na escola: o olhar da psicologia moral para um problema moral. In: Garcia,J; Tognetta, L.R.P; Vinha, T.P. **Indisciplina, conflitos e bullying na escola**. Campinas-SP: Mercado das letras (coleção desconstruindo a violência: os meus, os seus, os nossos bagunceiros), 2013, p. 41-60.

TOGNETTA, L.R.P; BOZZA, T. L. Cyberbullying: um estudo sobre a incidência do desrespeito no ciberespaço e suas relações com as representações que adolescentes têm de si. **Nuances**, v. 23, n. 24, p. 164-180, 2012.

TOGNETTA, L.R.P; ROSÁRIO, P.J.S.L.F; MARTÍNEZ, J.M.A. Desengajamento moral e bullying: desafios da convivência na escola. In: A. Bandura; R. Azzi; L.Tognetta (org). **Desengajamento moral: Teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva**. Campinas-SP: Mercado das Letras, pp. 243-284, 2015.

TOGNETTA, L.R.P; VINHA, T.P. **É possível superar a violência na escola?** Construindo caminhos pela formação moral. São Paulo: Editora do Brasil: Faculdade de Educação, 2012, p. 176.

TOKUNAGA, R. S. Following you home from school: A critical review and synthesis of research on cyberbullying victimization. *Computers in Human Behavior* 26, 277–287, 2010.

TRUZZI, G.. Cyberbullying, cyberstalking e redes sociais - Os reflexos da perseguição digital. **Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 2, set. 2012. Disponível em: <<http://www.procrim.org/revista/index.php/COPEN/article/view/100>>. Acesso em: 04 Set. 2015.

UDEMO. **Pesquisa Violência nas Escolas**. São Paulo, 2010 Disponível em: <<http://www.udemo.org.br>>. Acesso em: 01 maio de 2015.

UNDERWOOD, M. Glares of Contempt, Eye Rolls of Disgust and Turning Away to Exclude: Non-verbal Forms of Social Aggression among Girls. **Feminism & Psychology**, Vol 14(3), p. 371-375, 2004.

UNDERWOOD, M. K. **Social Aggression Among Girls**. *The Guilford series on social and emotional development*. Guilford Press, 2003.

UNDERWOOD, M. K., BERON, K. J., & ROSEN, L. H. Continuity and change in social and physical aggression from middle childhood through early adolescence. *Aggressive Behavior*, 35(5), 357–375, 2009.

UNDERWOOD, M. K; PAQUETTE, J. A. **Gender differences in young adolescents' experiences of peer victimization: Social and physical aggression**. *Merrill-Palmer Quarterly*, 45, 242–266, 1999.

UNDERWOOD, M.K; GALEN, B.R.; PAQUETTE, J.A. Top ten challenges for understanding gender and aggression in children: why can't we all just get along? **Social Development** 10: 248-266, 2001.

UNICEF. **O uso da internet por adolescentes**. Unicef Brasil. DF-Brasília, p 88, 2013. Acessado em 04 de fev 2015. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/br_uso_internet_adolescentes.pdf>. Acessado em: 12, fev, 2015.

VOLPI, M. A internet dos adolescentes: uma grande biblioteca de informações e um lugar de amizade. In: **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil = ICT Kids Online Brazil 2013 : survey on Internet use by children in Brazil / [coordenação executiva e editorial / executive and editorial coordination Alexandre F. Barbosa]**. -- 1. ed. -- São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-kids-online-2013.pdf>. Acesso em: 06 out 2015.

WENDT, G. W; LISBOA, C. S. DE M. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. **Psicologia Clínica**, 25(1),73-87, 2013.

WENDT, G. W; LISBOA, C. S. M. Compreendendo o fenômeno do cyberbullying. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 22, n. 1, p. 39-54, abr. 2014.

WERNER, N.E; BUMPUS, M.F. Involvement in internet aggression during early adolescence. **Journal of Youth and Adolescence**, v 39, pp. 607–619, 2010.

WHITNEY, I; P. K. SMITH. “A survey of the nature and extent of bullying in primary and secondary schools.” **Educational Research**, 35: 34-39, 1993.

WILLARD, N.E. **Cyberbullying and Cyberthreats: Responding to the Challenge of Online Social Aggression, Threats, and Distress**. Champaign, Ill: Research Press, 2007.

WILLIAMS, K. R.; GUERRA, N.G. Prevalence and predictors of Internet bullying. *Journal of Adolescent Health*, v. 41, 2007.

WILLIAMS, L.C; STELKO-PEREIRA, A.C. **Por fora bela viola: pesquisa e intervenção sobre cyberbullying**. In C. N. Abreu; E. Eisenstein e S. G. B, Estefenon (Org). *Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

WITTER, G. P. Ponto de vista: violência e escola. **Temas psicol.** Ribeirão Preto , v. 18, n. 1, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2010000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 nov. 2015.

XIE, H; CAIRNS, R. B; CAIRNS, B. D. The development of social aggression and physical aggression: A narrative analysis of interpersonal conflicts. **Aggressive Behavior**, 28(5), 341-355, 2002.

YBARRA, M.L. Linkages between depressive symptomatology and internet harassment among young regular internet users. **CyberPsychology & Behavior**, 7(2), 247-257, 2004.